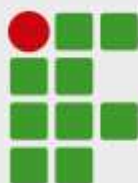




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
AUDITORIA INTERNA

Rua do Rouxinol, 115 – Bairro do Imbuí - CEP: 41.720-052 - Salvador - BA
Fone: (71) 3186-0046. E-mail: audin@ifbaiano.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
Baiano

**RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA 01/2026 –
AVALIAÇÃO CAMPUS SANTA INÊS**

Ministério da educação - MEC
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Órgão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF BAIANO

Unidade Examinada: Campus SANTA INÊS – CSI

Ordem de Serviço: 02/2025

TIPO DE AUDITORIA: Operacional

UCI: AUDIN/ IF Baiano

MISSÃO

A missão da Auditoria Interna é prover, de forma independente e objetiva, serviços de atestação e consultoria com o intuito de adicionar valor e melhorar as operações do Instituto.

Auditoria de Avaliação

A Auditoria de avaliação visa à obtenção e à análise de evidências para fornecer opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de auditoria.

AVALIAÇÃO CAMPUS – SANTA INÊS

Em atendimento ao Plano de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) para o exercício de 2025 e a Ordem de Serviço nº 02/2025, de 01/04/2025, foi realizada a avaliação do Campus Santa Inês – CSI. O escopo de auditoria abrangeu o atendimento às ações “2.6.1 – Avaliação da Gestão de Recursos Financeiros; 2.6.3 – Avaliação da Gestão Acadêmica, 2.6.7.2 Avaliação da Gestão de Riscos: 2.6.6 – Avaliação da Gestão Operacional dos Campi”.

POR QUE A AUDIN REALIZOU ESSE TRABALHO?

A auditoria interna governamental é uma atividade independente e objetiva. Com foco em melhorar as operações do IF Baiano, bem como ajudar a alcançar seus objetivos institucionais, a AUDIN avalia informações coletadas por diversos métodos e fontes, e busca trazer maior eficácia e eficiência nos trabalhos executados.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA AUDIN?

Dos testes substantivos e de controle (observação e análise documental), considerando o escopo estabelecido, observa-se que:

-> O campus apresenta estruturais gerais adequadas para as atividades operacionais praticadas atualmente, ainda que apresente algumas deficiências. Para possíveis expansões futuras, deve-se pensar em novas estruturas, conforme demanda.

-> Necessidade de amadurecimento dos controles internos, incluindo os ligados a atividades operacionais e táticas, bem como os que podem auxiliar nas tomadas de decisões estratégicas pela alta gestão.

-> Identificou-se ainda baixo nível de desenvolvimento das práticas relacionadas a gestão de riscos, carência de registro e formalização das situações identificadas, entre outras situações com menor impacto.

-> Por último, há necessidade de plano de capacitação contínua por parte dos servidores.

Se conclui que o Campus é operacional em todos os aspectos relevantes e apresenta uma equipe que demonstra conhecer bem suas atividades, ainda que haja carência de fluxo de processos, manuais, entre outros documentos, formalmente estabelecidos para orientar a execução das atividades administrativas e pedagógicas.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO.....	1
I OBJETIVOS E ESCOPO.....	1
II ESTRUTURA DO RELATÓRIO.....	5
III CRITÉRIOS E METODOLOGIA.....	5
IV VISÃO GERAL.....	6
V RESULTADOS DAS ANÁLISES.....	13
V.I GESTÃO DE SUPRIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS.....	13
V.II AVALIAÇÃO DA GESTÃO ACADÊMICA.....	20
V.III AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS.....	36
V.IV AVALIAÇÃO DA GESTÃO OPERACIONAL.....	44
VI CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85

ANEXO I – MATRIZ DE ACHADOS

ANEXO II -

LISTA DE SIGLAS

AUDIN	Auditoria Interna
CI	Controles Internos
CLAE	Comissão Local de Assistência Estudantil
CSI	Campus Santa Inês
CGU	Controladoria-Geral da União
CISSET	Secretaria de Controle Interno
EaD	Ensino a distancia
GR	Gestão de Riscos
IF Baiano	Instituto federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
MEC	Ministério da Educação
PAA	Plano de Ação Anual
PAC	Plano Anual de Contratações
PAINT	Plano de Atividades de Auditoria Interna
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PAISE	Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante
PINCEL	Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROPES	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TCU	Tribunal de Contas da União

RELATÓRIO DE AUDITORIA nº 01/2026

AVALIAÇÃO CAMPUS SANTA INÊS

INTRODUÇÃO

Em atendimento ao Plano de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) para o exercício de 2025 e a Ordem de Serviço nº 02/2025, foi realizada a avaliação do Campus Santa Inês – CSI. O trabalho foi proposto pela equipe da Auditoria interna do IF Baiano – AUDIN, em atendimento às ações “2.6.1 – Avaliação da Gestão de Recursos Financeiros; 2.6.3 – Avaliação da Gestão Acadêmica, 2.6.7.2 Avaliação da Gestão de Riscos; 2.6.6 – Avaliação da Gestão Operacional dos Campi”. Consta neste relatório os resultados dos exames realizados, conforme os objetivos e escopo indicados na seção I abaixo.

A auditoria interna governamental é uma atividade independente e objetiva, com foco em melhorar as operações do IF Baiano, bem como ajudar a alcançar seus objetivos institucionais. Para isso, a auditoria avalia informações coletadas por diversos métodos e fontes para trazer maior eficácia e eficiência. A AUDIN destaca que a avaliação das unidades do IF Baiano é uma ação que ocorre continuamente. Nesse sentido, o Campus foi selecionado considerando que:

- i) Há mais de 5 anos sem trabalhos de auditoria desenvolvidos na unidade;
- ii) A avaliação inicial indicou fragilidade dos controles internos (CI) e na Gestão de Riscos (GR);
- iv) A avaliação inicial indicou ausência de indicadores estratégicos na tomada de decisões;
- iv) Outras situações identificadas com potencial impacto relevante.

I OBJETIVOS E ESCOPO

O objetivo da avaliação de auditoria foi identificar, analisar, e avaliar a eficácia, adequação, integridade, economicidade e eficiências dos processos desenvolvidos pela unidade auditada. Foram observadas questões relacionadas aos controles internos utilizados, o gerenciamento de riscos, e as situações mais relevantes que impactam na operacionalidade.

Em reunião inicial de apresentação dos trabalhos, realizada entre a equipe da AUDIN e à gestão do Campus, foi apresentado um panorama geral com temas como:

- O cenário e o contexto em que se insere o Campus;
- As estruturas físicas presentes;
- A adequação do funcionamento operacional dos cursos e das turmas;
- Os CI, fluxos de processo, manuais operacionais, regimento, e demais documentações norteadoras das operações do Campus;

- A GR;
- As equipes à disposição e seus documentos norteadores;
- Outros assuntos relacionados.

Alinhando as informações obtidas com o levantamento geral de dados e avaliação preliminar do Campus, a equipe da AUDIN elaborou a Matriz de Planejamento com o apontamento das questões de auditoria mais relevantes e definição do escopo dos trabalhos que foram desenvolvidos. Os resultados relatados refletem o que foi observado através de exames de auditoria de acordo com as seguintes ações:

a) AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

A Avaliação da Gestão de Recursos Financeiros buscou:

- i. Verificar se a alocação de recursos financeiros está de acordo com as ações orçamentárias e com o planejamento estratégico institucional e o percentual de ações previstas no Plano de Ação Anual - PAA com alocação orçamentária;
- ii. Verificar a adequabilidade do Plano Anual de Contratações – PAC de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações, assim como a tramitação do referida;
- iii. Analisar se os contratos que geram obrigações financeiras foram devidamente licitados dentro de todas as formalidades exigidas pela legislação e normativos vigentes na época dos fatos, bem como atento às boas práticas processuais, estabelecendo todos os responsáveis (fiscais, preposto, outros) e respeitando todas as fases;
- iv. Observar a execução contratual e as comunicações entre as partes para situações adversas (aplicações de multas, sanções, interrupções do serviço, outros).

b) AVALIAÇÃO DA GESTÃO ACADÊMICA

Em relação aos aspectos acadêmicos, foram avaliados a adequação da implementação dos cursos ofertados e situações que podem impactar em dificuldades operacionais. As seguintes ações foram executadas:

- i. Verificar conformidade de estudos preliminares para implantação de novos cursos conforme normativa interna (Resolução), no caso de oferta de novos cursos;
- ii. Verificar se as cargas horárias dos cursos estão em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos da Educação Profissional e Tecnológica;
- iii. Verificar viabilidade da demanda de cursos ofertada nos Campi;

- iv. Verificar existência de ações para a identificação, avaliação e redução da evasão e retenção de estudantes;
- v. Observar se a Comissão Local de Assistência Estudantil – CLAE emite o relatório anual para a avaliação da execução das Política de Assistência Estudantil, conforme art. 106 da Política de Assistência Estudantil (Res. CONSUP nº 01/2019); o relatório ao final do processo de seleção para o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE – (Edital nº 15/2018, inc. VI, art. 14); e o Planejamento Anual da destinação do recurso de assistência estudantil (art. 103);
- vi. Indagar como é feita a distribuição de recursos nos programas de assistência estudantil e quais critérios vêm sendo utilizados para selecionar beneficiários. Avaliar a adequação aos fins propostos.

c) AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS

- i. Implementação da Política de Gerenciamento de Riscos:
 - a. Verificar se a política de gerenciamento de riscos está sendo implementada e em que nível se encontra, considerando o modelo de execução dessa política aprovado pelo Conselho Superior;
 - b. Verificar o status da atividade de gestão de riscos do Campus, se já há execução da política de gestão de riscos no Campus e se há servidores designados e capacitados;
 - c. Avaliar a execução da política de gestão de riscos em relação adequação e suficiência dos mecanismos de gestão de riscos e de controles estabelecidos, eficácia da gestão dos principais riscos, e conformidade das atividades executadas em relação à política de gestão de riscos da organização.
- ii. Atividades de controles internos:
 - a. Verificar existência formal e efetiva adoção de procedimentos como: segregação de funções (autorização, execução, registro, controle), controles de acesso (a recursos e registros, softwares, instalações, etc.), conciliações, avaliações de desempenho operacional, avaliação das operações, dos processos e das atividades e supervisão, entre outros pertinentes para a boa operacionalidade do Campus;
 - b. Avaliar medidas adotadas para suprir procedimentos sem um controle formalmente estabelecido, garantindo a detecção e correção de falhas e desvios tempestivamente.

- iii. Informação e comunicação:
 - a. Observar de todos os servidores/funcionários da alta administração têm conhecimento sobre as responsabilidades de cada agente, no que concerne aos controles internos da gestão;
 - b. Observar se há uma boa comunicação interna entre os setores que proporcione o trabalho em equipe em cada setor e entre estes;
 - c. Observar se há canais de comunicação entre o campus e ou discentes, pais de alunos e a toda a comunidade da região de influência do Campus.

d) AVALIAÇÃO DA GESTÃO OPERACIONAL

Com o objetivo de avaliar as adequações operacionais, em relação às estruturas do campus e suas condições de uso, bem como o bom funcionamento dos equipamentos e instalações existentes e demais questões associadas.

- i. Inspecionar e avaliar as estruturas físicas e instalações do Campus, considerando a existência de áreas adequada ao funcionamento das atividades administrativas e educacionais;
- ii. Observar a suficiência do corpo docente, técnico administrativo, e terceirizados (ex.: prestadores de serviços de limpeza e vigilância em quantidade adequado), entre outros essenciais ao funcionamento do Campus;
- iii. Observar a existência de insumos e equipamentos para a aplicação em aulas práticas;
- iv. Verificar as condições de acessibilidade;
- v. Verificar a regularidade de funcionamento dos cursos e apontar situações adversas relevantes.

Os exames não se resumem a avaliar apenas os critérios de conformidade, como atendimento às normas expedidas, mas também a qualidade e a efetividade das questões envolvidas, refletindo diretamente nos resultados esperados. A observância dos processos, formais e/ou informais, atividades, procedimentos adotados ou em implementação, e a sua aderência à legislação vigente relacionada, também fazem parte do escopo aqui desenvolvido.

Os trabalhos foram realizados em estrita observância às Normas de Auditoria Aplicáveis ao Serviço Público Federal; ao Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, conforme aprovada em Instrução Normativa Nº 03, de 09 de junho de 2017; ao Manual da Auditoria Interna do Instituto Federal Baiano; e aos demais normativos legais associados, objetivando o acompanhamento contínuo e a avaliação de atos e fatos de gestão, especialmente quanto à legalidade e eficácia.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames. Todos os exames ocorreram conforme o planejamento e os objetivos foram atendidos.

II ESTRUTURA DO RELATÓRIO

O relatório está estruturado em VI (seis) partes, além da seção de introdução. A primeira apresenta os objetivos e escopos do trabalho de auditoria planejado e acordado junto ao auditado. A terceira descreve os critérios e metodologias de trabalho utilizados para atender a tais fins objetivados dentro das limitações acordadas.

A quarta parte vem trazendo uma visão geral do campus e da região, de modo a situar o leitor quanto ao cenário interno e externo que envolve o Campus e afeta as suas estruturas e funcionamento.

A quinta parte descreve os trabalhos que foram realizados, o que se observou de relevante em cada análise, limitações enfrentadas, indícios obtidos, e o que demais vem a fundamentar as recomendações de auditoria levantadas. Os resultados dos trabalhos de auditoria foram reunidos na parte VI – Considerações Finais.

III CRITÉRIOS E METODOLOGIA

Para avaliação do Campus foram adotados diferentes critérios de auditoria, selecionados em consulta feita à legislação vigente relacionada ao tema, além dos demais normativos internos do IF Baiano relevantes, quando aplicável.

Com base nesses critérios foram selecionadas documentações para análise e comprovação de situações apresentadas (ex.: contratos de serviços, Plano Pedagógicos de Cursos, estudos de demanda, manuais dos setores, análises da gestão de Riscos, entre diversos outros), bem como foram entrevistados os gestores de áreas chave para levantamento situacional e esclarecimentos sobre as áreas auditadas. Foi ainda utilizado de inspeção física para avaliação das condições de uso das instalações e equipamentos alocados no Campus.

O resultado final apresenta situações que indiquem a não adequação aos normativos relacionados a cada área observada, bem como situações adversas às condições de operacionalização eficaz e eficiente do Campus. São objeto das recomendações de auditoria e seguem apresentadas neste relatório para acompanhamento e busca conjunta de soluções.

Como etapa posterior ao Relatório Preliminar, foi realizada Reunião de Busca Conjunta de Soluções. Através do envolvimento de gestores (do Campus e Institucional) e responsáveis técnicos relacionados a cada situação, foram traçadas estratégias para que as recomendações de auditoria apontadas sejam devidamente tratadas. Os resultados dessas manifestações e diálogos estão apresentados nesse Relatório Final de Auditoria e compõem o Plano Permanente de Providências da AUDIN até que todas as situações sejam devidamente tratadas ou com assunção de riscos pelo gestor.

A AUDIN destaca que no decorrer dos procedimentos de auditoria, não foram constatadas restrições ao acesso às informações, aos documentos e às dependências físicas do campus. A gestão e as unidades auditadas demonstraram adequada cooperação com a equipe de auditoria, assegurando a disponibilização integral dos documentos requisitados, bem como o fornecimento de esclarecimentos técnicos sempre que demandados, não sendo verificados impedimentos, limitações ou quaisquer fatores que pudessem comprometer a execução dos trabalhos.

IV VISÃO GERAL

Através de breves panoramas sobre a localização geográfica, economia da região e seus potenciais, a inserção do Campus nesse contexto, e o papel do IF Baiano para estes atores, a AUDIN traçou o cenário interno e externo em que o auditado se encontrava. Não coube ao escopo deste trabalho se aprofundar nessas questões. A visão geral permite compreender melhor o cenário em que Campus está inserido e as dificuldades e as oportunidades que a região oferece para seu desenvolvimento e são relevantes para o planejamento e a execução dos trabalhos desenvolvidos.

A cidade de Santa Inês e região

O município de Santa Inês está localizado na região do Vale do Jequiçá, no estado da Bahia. Distante 295 km de Salvador, capital estadual, ocupa uma área total de 379,270 km² e população de 10.300 habitantes (Censo 2022 – IBGE) e se limita com os municípios de Cravolândia, Itaquara e Ubaíra (Quadro 01). O relevo do município, com altitude máxima de 398 metros, e clima semiárido.

Quadro 1: Indicadores – Santa Inês/ Bahia

Características geográficas		Indicadores	
Área total IBGE/2022 ^[2]	379,270 km ²	IDH (PNUD/2010 ^[5])	0,574 — <i>baixo</i>
População total (Censo de 2022) ^[3]	10 300 hab.	PIB (IBGE/2008 ^[6])	R\$ 31 907,200 mil
• Posição	(BA: 335°) • (NE: 1134°) • (BR: 2999°) (2022) ^[4]	PIB per capita (IBGE/2008 ^[6])	R\$ 2 945,37
Densidade	27,2 hab./km ²	Sítio	santaines.ba.gov.br (Prefeitura)
Clima	Semiárido		
Altitude	398 m		
Fuso horário	Hora de Brasília (UTC-3)		

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santa-ines/panorama>

Trabalho e rendimento

De acordo com o IBGE (2024)¹, o salário médio mensal era de 1,9 salários mínimos. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 50.9% da população nessas condições (Quadro 2).

Quadro 2: Trabalho e Rendimento em CSI

TRABALHO E RENDIMENTO	
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2022]	1,9 salários mínimos
Pessoal ocupado em postos de trabalho formais [2022]	881 pessoas
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	50,9 %

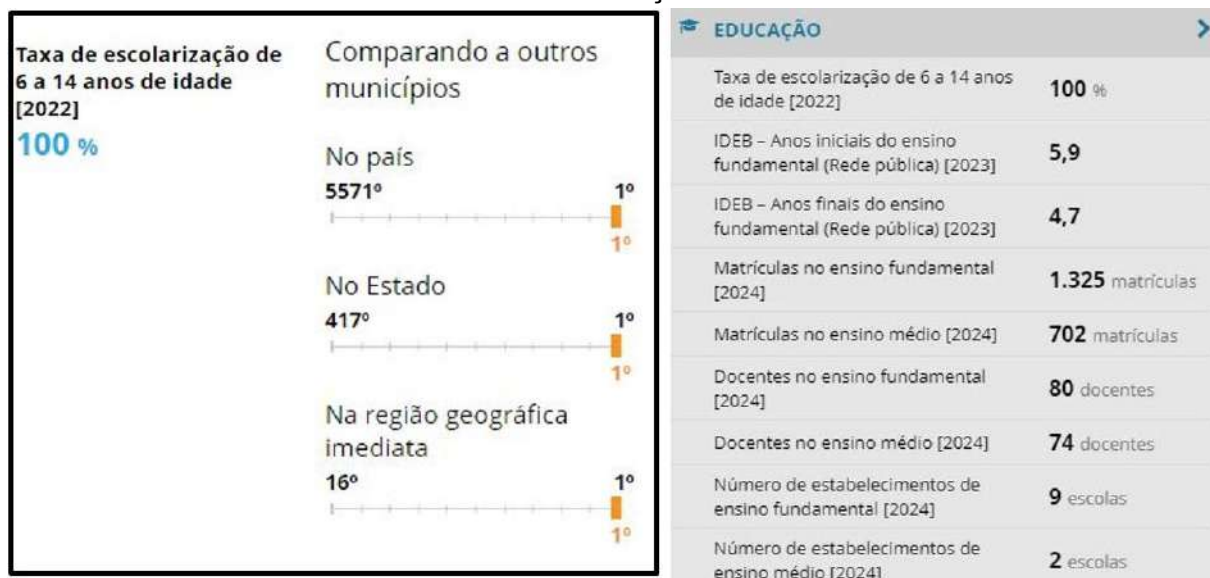
Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/bom-jesus-da-lapa/panorama>

Ainda que o salário médio não seja suficiente para trazer uma perspectiva da desigualdade salarial, necessitando de informações mais detalhadas para tal conclusão, estes dados indicam forte indício, o que reflete o contraste da renda média da população. O IF Baiano tem oportunidades de ser referência na geração de mão de obra técnica especializada na região, mas ao mesmo tempo enfrenta sérios desafios para garantir a empregabilidade dos seus alunos nas suas áreas de formação após a conclusão dos seus cursos. A busca por parcerias e ações que contribuam para a imagem institucional na região pode trazer bons resultados nesse sentido.

Educação

Santa Inês tem um potencial relevante de formação de capital humano. Considerando a taxa de escolarização entre 6 a 14 anos de 100% (Quadro 03), demonstra uma capacidade e oportunidade relevante de formação dessas pessoas no ensino médio.

¹ IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santa-ines/panorama>. Acessado em: 10/05/2023

Quadro 03: Taxa de escolarização da 6 a 14 anos – CSI

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santa-ines/panorama>

Ainda segundo o IBGE, em relação ao IDEB, no ano de 2023, para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública, era 5,9 e, para os anos finais, de 4,7. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 33 e 43 de 417. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 2578 e 2825 de 5570.

Em se tratando de uma instituição como o IF Baiano, aproveitar essa demanda é ainda mais relevante pois, oferta a possibilidade de formação completa, ou seja, desde o ensino médio profissional até o nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Economia

Da análise do Quadro 04, pode-se verificar que Santa Inês ocupa o 1º lugar do que é produzido no município per capita na região.

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 7.198,73. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 408 de 417 entre os municípios do estado e na 5514 de 5570 entre todos os municípios nacionais (Quadro 04). Outro fator é o percentual de 85,79% das receitas oriundas de fontes externas, ou seja, as receitas do município dependem de verbas que vêm de fontes externas à sua arrecadação.

Quadro 04: PIB per Capita

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santa-ines/panorama>

O IF Baiano tem um papel importante na geração de valor para o município e região, uma vez que forma trabalhadores de diversas áreas e os prepara para ocupar diversos níveis na cadeia de valor e produção de bens e serviços, desde o nível médio profissional até o nível de pós-graduação *stricto sensu*. A formação de pessoas pode impactar diretamente na atratividade de empresas e indústrias para a região e uma política integrada de desenvolvimento se faz necessária para que o esforço gerado em se investir em educação se transforme em desenvolvimento para a região.

Sobre o *Campus Santa Inês*

O Campus Santa Inês (CSI) foi fundado em 17 de junho de 1996 como Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês, o campus evoluiu com o tempo e, a partir de 2008, através da lei 11.8922 de 29 de dezembro de 2008, que Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e deu outras providências.

O Campus tem raízes profundas na história educacional da região, sendo responsável por parte do desenvolvimento do Vale do Jiquiriçá, através de uma educação pública, gratuita e cada vez mais comprometida com a identidade e os potenciais produtivos locais.

² BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

Fotos 01 e 02: Campus Santa Inês



Identificação na entrada



vista aérea

Fonte: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/infraestrutura/>

Atualmente, o campus possui uma infraestrutura bem equipada e funcional, que inclui salas climatizadas equipadas com multimídia, laboratórios especializados, quadra poliesportiva coberta, academia aberta, consultório odontológico e enfermaria, restaurante, alojamentos estudantis, Wi-Fi e demais facilidades que enriquecem a vivência acadêmica. Essa base física robusta sustenta uma ampla e diversificada oferta de ensino, que abrange:

- Cursos técnicos integrados e subsequentes, como Agropecuária, Zootecnia, Alimentos e Informática;
- Projeção voltados à educação de jovens e adultos na modalidade técnico;
- Cursos superiores: Bacharelado em Zootecnia e Licenciaturas em Geografia e Ciências Biológicas
- Cursos de Ensino a Distância - EaD em técnico subsequente em Secretariado Escolar e Técnico em Vendas;
- Cursos diversos de Formação Inicial e Continuada – FIC.

Desde os seus primeiros anos, o campus tem atuado de modo transversal — integrando ensino, pesquisa e extensão — em iniciativas com forte impacto social e territorial. Em 2024, a inauguração das novas Unidades Educativas de Campo (Piscicultura, Equinocultura e Meliponicultura) representou um passo importante para a experiência prática e a valorização dos saberes locais. O campus também organizou visitas enriquecedoras, como a dos alunos à UFRB para aprimorar conhecimentos sobre mecanização agrícola, promovendo trocas interinstitucionais e ampliando as perspectivas formativas.

A instituição também mostrou sensibilidade no uso dos seus recursos em prol da comunidade em situações emergenciais. Em 2021, durante as intensas enchentes que afetaram o Sul da Bahia, o campus foi mobilizado como ponto de apoio para forças de resgate, oferecendo alojamento, logística e infraestrutura essencial às

operações de socorro³. Além disso, o processo contínuo de diálogo e avaliação com a comunidade é outra face dessa proximidade institucional. Em 2024 o campus promoveu uma pesquisa de qualidade que envolveu estudantes, egressos, servidores e membros da comunidade externa para avaliar os serviços prestados e coletar sugestões.

Esses tipos de ação sinalizam como CSI sustenta vínculos reais com o território, aproximando sua atuação às necessidades e à cultura da comunidade local. A instituição consolida-se como um centro de formação que transita entre os níveis médio, técnico e superior, refletindo sua missão de formar conhecimentos e profissionais aptos a atuar junto às comunidades da região.

Por último, o campus indica que seu perfil de aluno da região é de baixa renda, onde a maioria depende de alguma forma da assistência estudantil para seu transporte, moradia, alimentação, além de apoio psicológico, de saúde, entre diversas outras situações. Por outro lado, faltam recursos orçamentários e alguns servidores especializados para atender a essas demandas. São questões que vão da alimentação básica, até a saúde mental. Como resultado, o campus vem sendo cada vez mais demandado e suas estratégias exigem que a assistência estudantil tenha um papel atuante para garantir a permanência e êxito desses alunos, bem como garantir o bem-estar e devido acolhimento no ambiente escolar.

Sobre o IF Baiano, Missão, Visão e Objetivos Estratégicos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) foi criado em 2008 e é uma instituição de Ensino Médio e Superior, focado na Educação Profissional e Tecnológica. Sua proposta é levar alternativas às demandas da comunidade, através de ensino, pesquisa e extensão, articulando-se com o mundo do trabalho. Egressos do Ensino Fundamental, Médio ou Superior têm a possibilidade de estudar no Instituto através de cursos técnicos – Integrados, Subsequentes (presenciais e EaD), Proeja – de graduação e pós-graduação ou ainda fazer cursos de capacitação ofertados, através de Programas de Extensão.

Pela estrutura multicampi que o IF Baiano apresenta, seus Campi seguem os mesmos objetivos estratégicos, onde cada unidade contribui, no que lhe cabe, para que as metas pretendidas sejam alcançadas. Para tal, segue a missão de:

Ofertar educação profissional, científica e tecnológica pública, gratuita e de excelência em diferentes níveis e modalidades, voltada ao desenvolvimento humano, social, econômico, cultural, tecnológico e científico de todos e de todas, em diferentes regiões da Bahia e do Brasil.

(PDI 2021-2022⁴, p.30)

³ <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/campus-santa-ines-e-transformado-em-ponto-de-apoio-para-ajuda-as-vitimas-das-enchentes-na-bahia/>

⁴ Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/pdi/> - Acessado em; 15/05/2023

E sua Visão, busca:

Constituir-se, nacional e internacionalmente, como instituição de referência em educação, especialmente no que se refere à formação de professores (as), à educação de jovens e de adultos (as) e ao desenvolvimento de tecnologias agrárias e ambientais.

(PDI 2021-2022⁵, p.30)

O IF Baiano monitora seu desempenho, seguindo as metas estabelecidas no PDI, com apoio das pró-reitorias e suas coordenações para definir estratégias para o atendimento. A AUDIN destaca que o Campus não deve se resumir aos indicadores institucionais, podendo desenvolver seus próprios indicadores, que dialoguem com as operações do Campus e que sejam capazes de nutrir a gestão para a tomada de decisões estratégicas e operacionais.

Controles Internos e Gestão de Riscos

A ausência de controles internos formalmente estabelecidos e de procedimentos padronizados impacta diretamente na gestão do Campus e nas decisões estratégicas. Observa-se que estas decisões, em grande parte, baseiam-se no conhecimento tácito das equipes e na percepção momentânea dos gestores, construídas a partir do envolvimento cotidiano com as atividades administrativas e acadêmicas.

Embora tal situação não inviabilize a operacionalidade do Campus, gera fragilidades relevantes quanto à:

- Integridade e confiabilidade das informações;
- Transparência das ações desenvolvidas;
- Preservação de registros históricos que subsidiem análises quantitativas e qualitativas;
- Avaliação sistemática dos resultados alcançados;
- Monitoramento e prestação de contas à sociedade.

O tema de Gestão de Riscos é tratado com mais detalhe em “V - Resultados” deste relatório.

A Auditoria Interna

A auditoria voltada para a avaliação operacional de uma instituição considera seus controles internos, planejamento estratégico, e da execução financeira, desenvolvida no setor público e no privado. Não se resume somente aos relatórios que a sustentam em si. Com o desenvolvimento de suas práticas, o escopo de atuação se ampliou e busca se alinhar com as questões de governança, gestão de riscos,

⁵ Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/pdi/> - Acessado em; 15/05/2023

transparência e confiabilidade das informações prestadas às partes relacionadas, entre outros que se maturam em todas as etapas de execução.

A governança das áreas envolvidas neste trabalho tem, como seu principal objetivo, a aplicação de controles e indicadores, alinhando-as aos objetivos estratégicos da instituição. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC):

No exercício da governança corporativa (...) a consideração do perfil de riscos, o entendimento dos papéis dos agentes de governança e o uso de critérios éticos são essenciais para que sejam tomadas decisões mais equilibradas, informadas e refletidas.

(IBGC, 2015⁶, p.16)

Além da agregação de valor e da gestão de riscos, o alinhamento estratégico, a gestão de recursos físicos, financeiros e de pessoal, bem como a mensuração de desempenho são as áreas de foco de governança, de modo que se deve garantir a coerência entre estes. No que tange aos processos de mensuração dos índices de desempenho utilizados pelo IF Baiano, devem ser observados a base legal para a definição de seus procedimentos, no que diz respeito.

Diante de importância estratégica de planejamento adequado de cursos, com atenção ao pleno atendimento das necessidades físicas estruturais, de pessoal, bem como financeiras para o funcionamento dentro dos padrões mínimos de que se espera dos Campi do IF Baiano, através das exigências dos normativos legais e boas práticas, bem como em atenção à sua missão institucional e atividades finalísticas, os trabalhos da auditoria apresentados neste relatório buscam identificar necessidades de melhorias/adequações de processos internos, aderência desses processos ao planejamento estratégico, inconsistências e sugerir recomendações para as inconformidades relevantes identificadas.

V RESULTADOS DAS ANÁLISES

V.I GESTÃO DE SUPRIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS

V.I.I OBJETIVOS

As avaliações dos processos de contratação objetivaram:

- i. Analisar se os contratos que geram obrigações financeiras foram devidamente licitados dentro de todas as formalidades exigidas pela legislação e normativos vigentes na época dos fatos, bem como atento às boas práticas

⁶ IBGC. Instituto Brasileiro de governança Corporativa. Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa. 2015. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento>. Acessado em 09.set.2022.

- processuais, estabelecendo todos os responsáveis (fiscais, preposto, etc) e respeitando todas as fases;
- ii. Observar a execução contratual e as comunicações entre as partes para situações adversas (aplicações de multas, sanções, interrupções do serviço, etc);
 - iii. Verificar a adequabilidade do Plano Anual de Contratações – PAC de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações, assim como a tramitação do referido, via Sistema PGC.

V.I.II ANÁLISES EFETUADAS E RESULTADOS OBTIDOS

A AUDIN analisou os processos referentes aos trâmites que originaram obrigações contratuais entre o Campus e fornecedores, que geraram obrigações financeiras, a exemplo de: obras de engenharia e manutenção predial preventiva, vigilância, limpeza, fornecimento de alimentação, entre outros. Foram observados a existência de controles internos utilizados pela gestão do Campus para controlar a relação de processos e os tramites associados a cada contratação (licitação, execução contratual, pagamentos, e demais situações relacionadas).

Foi solicitado ao Campus manifestação quanto aos procedimentos formalmente estabelecidos e praticados pelos setores ligados direta ou indiretamente as contratações, execução contratual e financeira, bem como a documentação suporte para análise. Segundo a gestão do Campus, a administração utiliza atualmente alguns instrumentos de acompanhamento dos processos, como registro e consulta às informações através do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP⁷, bem como o acompanhamento dos processos gerados internamente e tramitados pelo SUAP, planilha internas de acompanhamento, bem como anotações e apontamentos feitos por cada setor envolvido no processo.

A gestão do Campus forneceu a planilha de controle auxiliar “Contratos” com indicação dos contratos ativos com efeitos financeiros no exercício de 2025 até julho (data de corte dos exames da AUDIN), bem como dos respectivos valores contratados. Ressalta-se que está planilha indica: os números de cada contrato e do edital de licitação; o número do processo no SUAP; o nome do contratado com CNPJ; o valor anual; a vigência; e se o contrato teve aditivos, apostilamentos e afins.

Quanto aos critérios de seleção das amostras de auditoria, a AUDIN não adotou um valor financeiro específico para definição da materialidade dos contratos selecionados. Contudo, com o objetivo de assegurar a relevância das análises, foram considerados critérios qualitativos e quantitativos, priorizando contratos de maior relevância.

Os critérios adotados incluíram:

⁷ Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Disponível em: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

- O volume financeiro envolvido em cada contratação;
- A avaliação dos riscos associados;
- A importância das contratações para as operações do campus.

Com base nesses parâmetros, foram selecionados 7 contratos, que totalizam aproximadamente R\$ 5.595 mil, representando 87% do saldo total das contratações ativas para o exercício 2025. A Tabela 01 abaixo apresenta a relação desses contratos analisados pela AUDIN.

Tabela 01: Contratos analisados pela AUDIN

ANO/ CONTRATO	PROCESSO	NOME DA EMPRESA	TIPO DE CONTRATO	VALOR ANUAL
02/2025	23332.2502 11.2025-00	Freedom Solução Em Serviços Ltda	Serviços terceirizados de apoio de campo	R\$ 2.372.194,92
05/2024	23332.2505 85.2024-36	Mrv Novidades	Fornecimento de gêneros alimentícios	R\$ 270.223,65
04/2023	23332.2518 85.2023-51	Guardsecure Segurança Empresa	Vigilância armada e desarmada	R\$ 756.062,52
09/2023	23332.2537 19/2023-90	Empresa Baiana De Aguas E Saneamento – Embasa	Fornecimento de água canalizada e coleta de esgoto	R\$ 324.000,00
14/2023	23332.2534 41/2023-51	Fs Serviços De Obras E Reform	Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva	R\$ 437.976,00
16/2023	23332.2539 07.2023-18	Prisma Consultoria Ambiental	Serviços terceirizados de limpeza	R\$ 659.611,20
15/2021	23332.2523 83.2021-86	Prime Consultoria E Assessoramento	Administração, gerenciamento e controle de frota	R\$ 775.098,24
TOTAL DA AMOSTRA AUDIN				R\$ 5.595.166,53

Fonte: Papéis de trabalho da AUDIN

A AUDIN analisou a documentação de suporte desses processos e não identificou erros formais significativos. Verifica-se que esses controles existem de forma informal, utilizando-se de planilha Excel preenchida manualmente pelos responsáveis, sendo os procedimentos baseados em normativos norteadores externos e no conhecimento operacional dos responsáveis pelos setores envolvidos, adquirido na prática diária de suas atividades.

A AUDIN ressalta que o sistema SUAP para a tramitação eletrônica de processos melhorou os fluxos dos processos, e os procedimentos passaram por mudanças significativas em relação à formalização física utilizada anteriormente. No entanto, não houve uma preparação institucional adequada para treinar os usuários sobre os impactos dessas mudanças, nem uma uniformização na utilização das funcionalidades que o sistema oferece. Como consequência, foi observado um

aumento no número de processos abertos para uma mesma tramitação, que poderiam estar reunidos em um único volume.

Considerando a natureza dos setores analisados, que apresentam frequente rotatividade de pessoal, bem como o elevado volume financeiro movimentado e a relevância estratégica das contratações para a operacionalidade do campo, essa ausência de controles formais podem acarretar riscos e impactos não avaliados e geridos pela gestão. Entre os principais riscos identificados, destacam-se a possibilidade de falhas na gestão contratual, perda de informações críticas e vulnerabilidade a desvios ou ineficiências operacionais.

Entre os processos informados pela gestão e aqueles identificados de forma complementar pela AUDIN, todos indicam que as contratações, seguiram as formalidades exigidas pela legislação e normativos vigentes, em todos os aspectos relevantes, ainda que algumas documentações e formalizações não tenham sido identificadas ou se encontravam fora de ordem.

Se observa que o Documento de Formalização de Demanda (DFD) das contratações analisadas, de uma forma geral, não apresentam memórias de cálculo ou detalhes de como foram mensuradas as quantidades demandadas. De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o DFD é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação. Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC). De acordo com esses normativos a Justificativa deve descrever a necessidade da contratação, evidenciando o problema identificado e a real necessidade que ele gera, bem como o que se almeja alcançar com a contratação. Indica que as quantidades a serem adquiridas devem ser justificadas em função do consumo e provável utilização, devendo a estimativa ser obtida a partir de cenários concretos (Ex: série histórica do consumo, substituição ou ampliação de equipamentos/serviços, implantação de nova unidade, etc.). Sempre que possível, a estimativa das quantidades a serem contratadas deve ser acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte.

Quanto às questões formais, há pontos de melhoria a exemplo de: documentações inseridas em desacordo com a ordem cronológica; indefinição entre minutas e documentos finais de contratos, aditivos e apostilamentos; entre outras situações.

Elaboração e tramitação do Plano Anual de Contratações – PAC

O Plano Anual de Contratações visa consolidar as contratações a serem realizadas ou prorrogadas no exercício subsequente, auxiliando a administração na

tomada de decisão. O IF Baiano, através da Instrução Normativa nº 7/2019, regulamentou os procedimentos para definir o Plano Anual de Contratações (PAC). Ademais, a Instrução Normativa ME nº 01, de 10 de janeiro de 2019, prevê em seu artigo 2º que cada UASG deverá elaborar anualmente o respectivo PAC, contendo todos os itens que pretende contratar no exercício subsequente.

Quadro 05: PCA 2025 - 158277 - INST.FED.BAIANO/CAMPUS SANTA INÊS

Última atualização: 10/09/2025
Id pca PNCP: 10724903000179-0-000005/20
Data de publicação no PNCP: 30/04/2024
Local: Santa Inês/BA
Fonte: Compras.gov.br
Total de itens: 262
Valor Total estimado (R\$): R\$ 10.543.742.132

Fonte: <https://pncp.gov.br/app/pca/10724903000179/2025/5>

Foi verificada a inclusão da UASG – Campus Santa Inês na lista de PACs enviados para o ano de 2025, nos termos do §1º do artigo 8º da citada Instrução Normativa nº 7/2019, ocorrendo dentro do prazo. Foi lançado no sistema a previsão de R\$ 10.543.742,13 (Quadro 05). O indica que o valor atende as contratações apresentadas planejadas, iniciadas ou com efeitos financeiros em 2025.

V.I.III RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

A seguir são apresentadas as Recomendações de Auditoria (RA) a serem observadas pela gestão com os detalhes de cada situação identificada.

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 01	
Descrição sumária	Insuficiência de controle internos, formalmente estabelecidos, direcionados ao acompanhamento das tramitações de processos de licitação, bem como na execução contratual e pagamento.
Evidências	Planilha de controle interno fornecido pela gestão e observação da execução contratual de processos. Contratos analisados pela AUDIN.
Informação extraída das evidências	Em análise da planilha de acompanhamento das contratações apresentada pela gestão do Campus, não se identificam elementos que indiquem, por exemplo: o acompanhamento das execuções contratuais; a evolução dos valores

	<p>contratados; os números de processos de todos os pagamentos ocorridos durante a execução dos contratos; processos relacionados à execução contratual (ex.: aditivos, apostilamentos, entre outros), conforme os termos contratados e demais alterações.</p> <p>Não foram apresentados controles internos individuais para cada contrato, acompanhamento dos pagamentos, ou que possibilite o acompanhamento mais detalhado das tramitações de cada contratação.</p>
Possíveis causas	Ausência de procedimentos formalmente estabelecidos e uniformizados para o IF Baiano, a nível institucional; mudanças da formalização física para os meios digitais, com a implementação do SUAP, sem adequação dos procedimentos de formalização e tramitação contratual; falta de capacitação e treinamento das equipes.
Possíveis efeitos	Dificuldade de se localizar instrumentos contratuais e acompanhar suas execuções ao longo do tempo em que produz efeitos; processos abertos sem uma sequência lógica de acompanhamento; riscos de má execução contratual; impactos na transparência.
Recomendações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação de controles formais e documentados: Estabelecer procedimentos e padronizados e fluxos de processo para registro e acompanhamento das contratações, definindo responsáveis, prazos, e demais informações que garantam o acompanhamento tempestivo das execuções contratuais e financeiras envolvidas. 2. Treinamento das equipes: Capacitar os responsáveis para garantir a correta aplicação dos controles e reduzir o impacto da rotatividade. 3. Monitoramento contínuo: Implementar indicadores de desempenho e relatórios periódicos para acompanhar a execução contratual e identificar desvios. 4. Automatização de processos: Avaliar a viabilidade de ferramentas tecnológicas que possam facilitar o controle e a gestão das contratações.
Manifestação da Gestão	Os dados dos contratos foram enviados em Planilha no excel para facilitar a visualização, quando da solicitação das informações de auditoria ao Campus. Constam ainda, nessa mesma planilha, os links para acesso aos mesmo no PNPC (Portal Nacional de Contratações Públicas), onde os dados de todos os contratos realizados pela Administração Pública, são publicados de forma transparente e constam Termos de contrato, de apostilamento, de aditivo; Arquivos como Contrato e publicação (extratos) do Diário Oficial da União; bem como o histórico do mesmo.
Análise AUDIN	<p>A manifestação da gestão demonstra a adoção de medidas voltadas à organização e à transparência das informações contratuais, por meio da disponibilização de planilha consolidada e da indicação de links para acesso aos documentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que representa uma iniciativa positiva no sentido de facilitar a consulta aos dados.</p> <p>Entretanto, observa-se que tais instrumentos, embora relevantes, não se caracterizam como controles internos formalmente estruturados e suficientes para o acompanhamento sistemático das tramitações processuais, da execução contratual e dos pagamentos. Destaca-se que a utilização de ferramentas gerenciais mais robustas, com controle individualizado por contrato e registros que evidenciem a evolução dos valores, o acompanhamento das execuções, dos pagamentos realizados e das alterações contratuais (como aditivos e apostilamentos), contribui significativamente para o fortalecimento da gestão e mitigação de riscos.</p>

	Dessa forma, entende-se que ainda há oportunidade de aprimoramento dos controles internos relacionados à gestão e ao acompanhamento das contratações, de modo a assegurar maior rastreabilidade, tempestividade e eficiência ao longo de todo o ciclo contratual.
Benefícios esperados	Agilidade na identificação dos processos envolvidos e dos respectivos instrumentos contratuais estabelecidos; transparência; garantia de atendimento aos termos contratados.
RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 02	
Descrição sumária	Ausência de memórias de cálculo ou outra documentação que demonstre a composição das quantidades demandadas.
Evidências	Observação dos processos de pagamentos selecionados.
Informação extraída das evidências	Não se identificam memórias de cálculo ou outra documentação que demonstre a composição das quantidades demandadas nas contratações. Os valores são apresentados por item de forma global, sem uma análise que demonstre considerar dados técnicos, a exemplo de: a quantidade de alunos atendidos, os dias letivos programados no período de vigência contratual, critério lógico de margem de segurança.
Causas	Falta de procedimentos formalmente estabelecidos para elaboração dos estudos técnicos preliminares; necessidade de treinamentos e capacitações; falta de pessoal.
Efeitos	A falta de formalização gera dúvidas quanto à adequação das quantidades demandas, podendo impactar em contratações com valores acima do realmente executado, ou insuficientes para atender a demanda.
Recomendações	Recomenda-se que a gestão do Campus estabeleça procedimentos formais para a elaboração de estudos técnicos preliminares e para a produção de documentação que evidencie a composição das quantidades demandadas, com base em cenários concretos e bem definidos (apresentando cálculos e indicando fonte das informações para validação). Tais procedimentos podem considerar: A área demandada e o potencial de atendimento; a análise de série histórica de consumo, com informações baseadas nos registros históricos do período de referência; as necessidades de substituição ou ampliação de equipamentos e serviços; a previsão de expansão do campus e a abertura de novas turmas; e quaisquer outras informações relevantes para a adequada fundamentação das demandas.
Manifestação da Gestão	A Gestão busca melhorias, conforme recomendações da AUDIN.
Análise AUDIN	A AUDIN seguirá acompanhando a definição de estratégias do campus para a recomendação apresentada.
Benefícios esperados	A adoção desses procedimentos contribuirá para a padronização e a melhoria da definição das quantidades demandadas nas contratações, trazendo mais precisão nos valores contratados.

V.II AVALIAÇÃO DA GESTÃO ACADÊMICA

V.II.I OBJETIVOS

Os exames foram executados com o intuito de avaliar se o campus apresenta as condições acadêmicas exigidas para a adequada operacionalização dos cursos já ofertados pelo *Campus*. Os objetivos desta avaliação buscam:

- a) Verificar se os cursos criados, alterados ou extintos se atentam aos procedimentos definidos pelo CONSUP e se foi elaborado estudo de demanda que indicou a necessidade de abertura dos cursos ofertados, incluindo análise setorial, consulta à comunidade entre outros requisitos preliminares;
- b) Verificar se há estudos que identifiquem as causas de evasão e retenção, e se estes avaliam e indicam medidas que para reduzir seus efeitos;
- c) Verificar se a Comissão Local de Assistência Estudantil – CLAE emite relatório anual/periodicamente para a avaliação da execução da Política de Assistência Estudantil, conforme determina art. 106 da Política de Assistência Estudantil (Res. CONSUP nº 01/2019); o relatório ao final do processo de seleção para o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE – (Edital nº 02/2022, item 4.7); e o Planejamento Anual da destinação do recurso de ass. Estudantil (art. 103);
- d) Avaliar como é feita a distribuição de recursos nos programas de assistência estudantil e quais critérios vêm sendo utilizados para selecionar beneficiários. Avaliar a adequação aos fins propostos.

V.II.II ANÁLISES E RESULTADOS OBTIDOS

- a. Verificar se os cursos criados, alterados ou extintos se atentam aos procedimentos definidos pelo CONSUP e se foi elaborado estudo de demanda que indicou a necessidade de abertura dos cursos ofertados, incluindo análise setorial, consulta à comunidade entre outros requisitos preliminares.

Conforme definido pelo Art. 1º da Resolução N° 48, de 17 de dezembro de 2014⁸, para a criação de cursos presenciais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, do IF Baiano, a Direção Geral (DG) do Campus deverá solicitar a realização de um Estudo de Demanda (ED), mediatizado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), garantindo-se a participação das comunidades interna e externa, bem como a realização de audiência pública, para indicações de cursos a

⁸ IF BAIANO, 2014. RESOLUÇÃO N.º 48, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014. Disponível em: https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/lapa/files/2015/11/Resolucao_48_2014_Com_alteracoes_dada_pela_Resolucao_n_21_2016.pdf

serem ofertados pelo Campus. Assim, se entende que no IF Baiano, o ED é uma etapa importante no processo de consolidação e ampliação dos campi, por meio da oferta de cursos que sejam capazes de dialogar com a realidade de cada território de identidade nos quais os campi estão inseridos.

Foi observado os Planos Pedagógico de Curso (PPC) dos cursos ofertados pelo Campus, onde se observou que, de uma forma geral, os ED pouco trazem informações quanto aos arranjos locais, ou as diversas possibilidades de cursos que podem ser ofertados. Nesses estudos, não foram considerados possíveis interesses das comunidades em outros cursos, e não havia espaços para que os entrevistados pudessem manifestar seus interesses de forma mais ampla e aprofundada, sendo apenas escalonado um universo definido de cursos.

Ainda que esses cursos caminhem junto às necessidades da região, eminentemente agrária, bem como a vocação do IF Baiano nesse mesmo sentido, há indicações para a implantação de cursos em outras áreas que podem ser desenvolvidas junto aos potenciais econômicos e de desenvolvimento da região. Não se observa análises quanto a estas indicações ou justificativas que as inviabilizam na época em que os ED foram elaborados.

A ausência desses elementos compromete a transparência, a rastreabilidade e a consistência metodológica do estudo, limitando a confiabilidade enquanto instrumento de planejamento. Recomenda-se que sejam incluídos, em revisões futuras, os seguintes aspectos:

- Indicação clara das fontes de dados secundários e primários utilizados (ex.: IBGE, observatórios regionais, secretarias municipais, relatórios de pesquisa etc.);
- Especificação do período de coleta e análise das informações;
- Registro de audiências públicas, consultas ou reuniões realizadas com a comunidade ou atores locais;
- Utilização de indicadores socioeconômicos e educacionais atualizados, oriundos de bases reconhecidas;
- Eventual articulação com o Observatório de Egressos e/ou de Políticas Públicas da instituição, de forma a integrar evidências internas e externas no diagnóstico.

Conforme manifesta a gestão do campus, os PPCs atualmente vigentes se encontram em processo de reformulação, em atendimento às diretrizes normativas recentes, especialmente no que tange à reorganização curricular e atualização das bases formativas. Tal medida visa assegurar maior fundamentação técnica, participação social qualificada e alinhamento da oferta formativa ao desenvolvimento regional e ao interesse público.

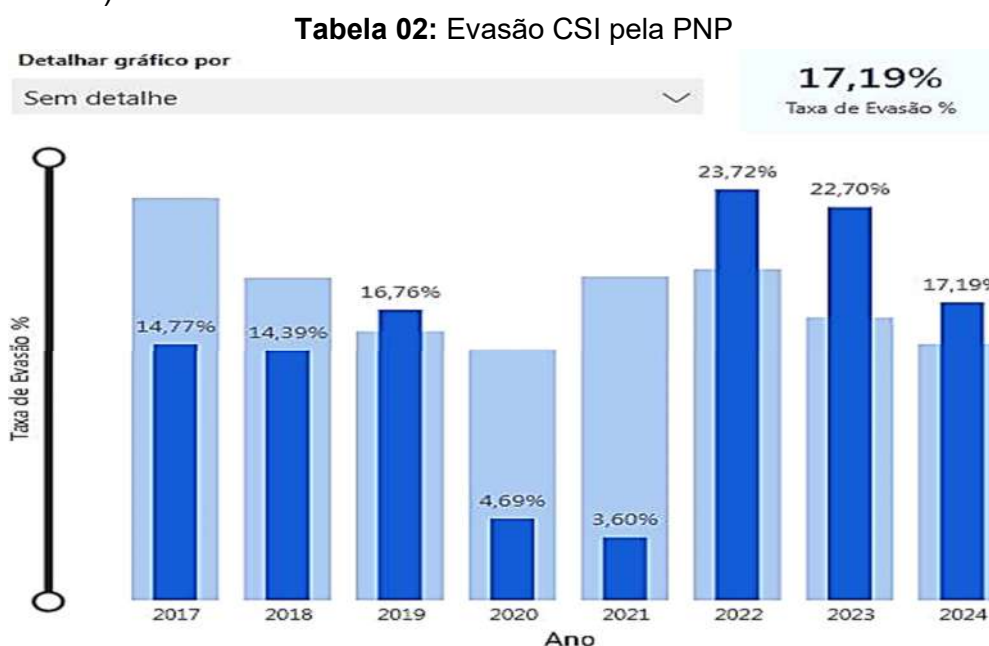
- | |
|---|
| <p>b. Verificar se há estudos que identifiquem as causas de evasão e retenção, e se estes avaliam e indicam medidas para reduzir seus efeitos.</p> |
|---|

O Campus não apresentou controles internos para acompanhar os índices de evasão e retenção. A planilha eletrônica para o controle, fornecida pela gestão e intitulada de “Coordenação de Ensino”, apresenta informações quantitativas, a exemplo do número de discentes matriculados, retidos e evadidos por ano letivo. Entretanto, não se identifica elementos de uma análise horizontal ou vertical que permitisse compreender as variações e distorções ocorridas entre cada ciclo, bem como uma análise quantitativa ou qualitativa que permitisse compreender as variações, ou a indicação das ações adotadas para enfrentar a evasão.

O Campus acompanha o desenvolvimento individualizado dos estudantes e busca uma relação de proximidade com os alunos e suas famílias, através da CLAE e com apoio das estruturas à disposição, contudo sem a existência de um plano de estudos formalmente organizado. Não há estudos formalmente efetuados para a identificação e acompanhamento das possíveis causas, registro das medidas adotadas para mitigar os seus efeitos, e avaliação periódica da evasão e retenção, descrevendo e indicando os resultados identificados de tais ações.

As informações utilizadas para a tomada de decisões, sejam qualitativos e/ou quantitativos, não demonstram a utilização dos indicadores acadêmicos de forma estratégica para gerenciar os índices de evasão, retenção, eficiência acadêmica, entre outros ciclos de planejamento que dialoguem entre si.

A AUDIN consultou os índices de evasão e retenção que constam na Plataforma Nilo Peçanha – PNP, ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Em relação ao Campus, como um todo, a PNP apresentou uma evasão de 17,19%, além de uma redução do índice nos últimos 3 anos (Tabela 02):



FONTE: Plataforma Nilo Peçanha – PNP. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

Em relação a evasão, por curso, se obteve os seguintes resultados na PNP:

Tabela 03: Evasão por curso pela PNP

Curso	Modalidade	2022		2023		2024
		Evasão	Var.	Evasão	Var.	Evasão
Agropecuária	Técnico	18%	-14%	4%	14%	18%
Alimentos	Técnico	19%	-14%	5%	6%	11%
Informática	Técnico	48%	-7%	41%	-22%	19%
Zootécnica	Técnico	21%	-17%	5%	6%	11%
Zootécnica	Bacharelado	34%	-22%	13%	8%	20%
Ciências Biológicas	Licenciatura	31%	0%	31%	-8%	24%
Geografia	Licenciatura	28%	-8%	19%	9%	29%
Multimeios didáticos	Técnico - EaD	*	*	59%	-43%	16%
Secretariado escolar	Técnico - EaD	*	*	23%	-15%	8%
Vendas	Técnico - EaD	*	*	54%	*	*
Des. Regional e MA	Especialização	*	*	*	*	46%
Especialização EJA	Especialização/	*	*	*	*	4%
GERAL DO CAMPUS		24%	-1%	23%	-6%	17%

* não houveram matrículas nesse ciclo.

FONTE: Plataforma Nilo Peçanha – PNP. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

A análise dos índices de evasão indicados pela PNP (Tabela 03), se observa que os cursos, de uma forma geral, apresentam evasão abaixo da média do IF Baiano. A exceção da especialização em Desenvolvimento regional e Meio Ambiente, com uma evasão de 46% para 2024 e licenciatura em Geografia e Ciências Biológicas com 29% e 24%, respectivamente, os demais cursos estavam abaixo de 20%. Quanto a variação ao longo dos anos se observa que houveram reduções nos índices ou ligeiros aumentos em alguns casos.

Embora os indicadores sejam institucionais, ou seja, índices consolidados dos Campi, entende-se que cada Unidade, o Campus possui os seus próprios dados e indicadores e, portanto, pode utilizá-los para orientar ações e políticas de gestão em nível local, buscando o apoio institucional quando necessário, inclusive quanto ao planejamento e monitoramento dessas ações. Ratifica-se a natureza estratégica que os Campi têm no Relatório de Gestão de 2024 do IF Baiano em “Estruturas de Governança do IF Baiano”, esclarecendo que:

4. Instâncias em nível de gestão: são estruturas que contribuem para a boa governança institucional:

4.1 Gestão estratégica: Corresponde à Alta Administração, responsável por avaliar, direcionar e monitorar internamente o órgão provendo seu direcionamento estratégico. No IF Baiano, compreende: a Administração Executiva Central, representada pela Reitoria, e as **Unidades Administrativas (Campi) representadas pelos Diretores-gerais.**

(Relatório de Gestão de 2024⁹ - Grifo nosso, adaptado)

⁹ RELATÓRIO DE GESTÃO 2024. Disponível em <https://ifbaiano.edu.br/porta/relatorio-gestao-2024/mensagem-do-reitor/>

A AUDIN elaborou as seguintes questões de avaliação para manifestação da Gestão do Campus e validação com documentações suporte, quando existentes:

Questão 1: O Campus realiza gestão por indicadores?
<p>O Campus não evidenciou a existência de estruturas internas ou processos internos bem desenvolvidos e que evidenciem a utilização de indicadores para as tomadas de decisão da gestão, realização de atividades, e/ou procedimentos adotados relacionados à gestão por indicadores. Utilizam os indicadores e as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), como parâmetros para análise dos resultados acadêmicos para melhorar as próximas ações a serem implementadas. Entretanto não elabora outros indicadores próprios ou os utiliza nas tomadas de decisões estratégicas. Ademais, o Campus busca acompanhar o desenvolvimento individualizado dos estudantes, contudo sem a existência de um plano de estudos formalmente organizado.</p>
Questão 2: De que forma o Campus monitora o seu desempenho nas áreas administrativa e acadêmica?
<p>O desempenho nas áreas administrativa e acadêmica são monitorados:</p> <p>a) Na área administrativa, por se tratar de uma área meio, o desempenho é medido através da efetiva realização das atividades que oferecem suporte à prática acadêmica.</p> <p>b) Na área acadêmica, o monitoramento é feito por meio de relatórios emitidos pelo sistema SUAP (frequência, rendimento, evasão, reprovação, cancelamento de matrículas, entre outros) número de matriculados nos diversos cursos ofertados pelo Campus, dos Conselhos diagnósticos e prognósticos, de acompanhamento dos discentes pelos coordenadores de curso e pelo setor pedagógico.</p> <p>O campus indica que realiza acompanhamento contínuo por meio das seguintes instâncias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - NATEPE – acompanhamento pedagógico individualizado; - CAE – atuação psicossocial e socioeconômica; - NAPNE – atendimento especializado a estudantes com necessidades específicas; - Conselhos de Classe (Diagnóstico, Prognóstico e Final), com registros em ata; - Sistema ETEP para acompanhamento de desempenho acadêmico. <p>Reconhece-se, contudo, a necessidade de consolidação formal desses fluxos em documento institucional específico, medida que já se encontra em fase de organização interna.</p> <p>Em que pese a informação de que o Campus monitora o desempenho das atividades pedagógicas e administrativas, carecem de controles formais que evidenciem ou comprovem as informações prestadas, como por exemplo informar como esse monitoramento é realizado, que atividades são realizadas, que procedimentos são adotados e que órgãos da administração do Campus realizam as atividades de monitoramento.</p>

Questão 3: Os indicadores acadêmicos do Campus norteiam alguma prática de gestão?

O Campus não evidenciou o uso de indicadores acadêmicos para nortear práticas de gestão. Entretanto, alguns indicadores gerais são utilizados para a realização de ações visando a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes como: nivelamento, monitoria, tutoria de pares, atendimento psicológico, contratação de auxiliar de sala e intérpretes de libras, elaboração de projetos de ensino, discussões durante a Jornada Pedagógica, reuniões de pais e investimentos para equipar laboratórios.

A gestão do Campus indica que dispõe de registros qualitativos produzidos pela Assistente Social, decorrentes de atendimentos individualizados, escutas qualificadas e análises socioeconômicas, identificando fatores recorrentes como vulnerabilidade econômica, dificuldades acadêmicas, demandas familiares e questões de saúde.

Todavia, reconhece-se que tais informações ainda não foram consolidadas em relatório técnico institucional formal. Como medida de aprimoramento, pretende elaborar relatório consolidado em articulação com a Comissão Local de Permanência e Êxito, Coordenações de Curso e CAE, contendo diagnóstico estruturado e proposição de medidas institucionais.

Destaca-se, ainda, que o índice de evasão do Campus encontra-se ligeiramente inferior ao índice institucional do IF Baiano (17,93%), demonstrando estabilidade relativa, sem prejuízo da necessidade de aprimoramento contínuo.

c. Verificar se CLAE emite relatório anual de avaliação da execução da Política de Assistência Estudantil; o relatório ao final do processo de seleção para o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE; e o Planejamento Anual da destinação do recurso.

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do IF Baiano, aprovada pela Resolução CONSUP nº 01, de 29 de janeiro de 2019, constitui-se de um conjunto de princípios e diretrizes norteadores para o desenvolvimento de programas e linhas de ações que favoreçam a democratização do acesso, a permanência e o êxito do discente no seu processo formativo.

Seu principal objetivo é institucionalizar, no âmbito do IF Baiano, o desenvolvimento de programas e ações que visem a democratização do acesso, a permanência e o êxito no percurso formativo do estudante, descrevendo esses diversos programas em seu Capítulo IV (artigo 15 e seguintes).

Segundo a PAE, os seguintes Programas devem ser ofertados pelo IF Baiano:

- i. Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante - PAISE;
- ii. Programa de Auxílios Eventuais - PAE;
- iii. Programa de Residência Estudantil;
- iv. Programa de Alimentação Estudantil;

- v. Programa de Incentivo à Participação Político Acadêmica - PROPAC;
- vi. Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer - PINCEL;
- vii. Programa de Prevenção e Assistência à Saúde - PRO-SAÚDE;
- viii. Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico - PROAP.
([Política de Assistência Estudantil](#) – IF baiano, 2023¹⁰)

Também em seu bojo, a citada PAE destaca diversas atribuições (art. 14) à Comissão Local de Assistência Estudantil – CLAE, cuja comissão está composta por uma equipe multiprofissional presente em cada *Campus* do IF Baiano. Dentre essas atribuições, destacamos aqui, para efeito de análise pela equipe da AUDIN:

- i. Acompanhar e avaliar os Programas, Projetos e ações desenvolvidos no âmbito da Política de Assistência Estudantil do Campus;
- ii. Prestar os devidos esclarecimentos sobre os programas e ações da AE;
- iii. Reunir-se anualmente ou quando necessário para proporem à Direção Geral sugestões para a utilização dos recursos da Assistência Estudantil;
- iv. Ao final de cada processo de seleção para o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE), enviar relatório contendo as informações solicitadas pela Diretoria de Assuntos Estudantis;
- v. Acompanhar aplicação dos recursos financeiros da rubrica da AE;
- vi. Elaborar relatório anual referente à implementação dos programas e enviá-lo para a Coordenação Geral de Assistência Estudantil, com cópia para a Diretoria de Assuntos Estudantis; [...]

([Política de Assistência Estudantil](#) – IF baiano, 2023¹¹)

Para fins de verificação da regularidade, eficiência e eficácia dos processos internos e atingimento dos objetivos da Política de Assistência Estudantil no Campus a cargo da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), foram definidas questões de avaliação conforme segue:

Questão 1: O Relatório de Assistência Estudantil é utilizado para o planejamento das ações ou programas de assistência estudantil do Campus?

O campus elaborou o Relatório De Atividades Desenvolvidas referentes à PAE, utilizado prestar contas das diversas ações desenvolvidas no período. Foi fornecido o relatório referente ao ciclo 2023-2025.

O Relatório traz informações quanto aos valores aplicados e um descritivo de cada ação. Entretanto, não há informações de análises quantitativas ou qualitativas que indiquem a utilização para planejamento das ações ou programas relacionados a PAE.

Embora não haja atualmente um painel unificado ou sistemático de indicadores gerenciais, a gestão do campus tem utilizado dados institucionais como ferramenta de apoio à tomada de decisões estratégicas.

¹⁰ Disponível em <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/>

¹¹ Disponível em <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/>

Questão 2: Caso resposta positiva da questão anterior, informar e comprovar como esse relatório é utilizado para o planejamento das ações de Assistência Estudantil no Campus.

Os relatórios referentes à PAE apresentado pelo Campus não indicam a utilização para planejamento de forma estratégica.

Questão 3: Informar como se dá o planejamento das ações de assistência estudantil do Campus, comprovando com documentação e/ou fluxo do processo.

As ações são operacionalizadas por meio de editais públicos, em fluxo contínuo, elaborados e executados de acordo com os marcos legais e normativos da instituição. A distribuição dos recursos segue as regras estabelecidas nos respectivos editais, assegurando o uso adequado conforme os objetivos de cada programa. A alocação dos recursos é realizada pelo Núcleo de Assistência e Inclusão Social e Educacional (NAISE), sendo apresentada à Comissão Local de Assistência Estudantil (CLAE) para ciência e eventuais sugestões de ajustes. A participação de representações estudantis na CLAE, garante a escuta ativa e o caráter participativo da gestão da política, embora as representações não deliberem sobre os valores dos auxílios ou a definição dos programas, podendo, no entanto, manifestar-se quanto à pertinência de alterações, com vistas ao melhor atendimento das demandas discentes.

Questão 4: Informar se esse o fluxo do processo de trabalho da CAE está mapeado e se existe a institucionalização desse processo.

Não há um fluxo de processos mapeado e institucionalizado. O Campus segue os procedimentos, em relação aos auxílios do PAISE, conforme os processos são tramitados (editais, resultados e pagamento de bolsas). Quanto ao trabalho da CLAE, os editais e as Notas Informativas, são divulgados no site do Campus.

d. Avaliar como é feita a distribuição de recursos nos programas de assistência estudantil, quais critérios vêm sendo utilizados para selecionar beneficiários, e a adequação aos fins propostos.

Campus Santa Inês indica oferecer diversos auxílios, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Legislação pertinente pelo Governo Federal no âmbito da PAE, tendo destinado, ao longo do período entre 2023 e 2025, os seguintes valores:

ANO BASE	VALOR
2023	R\$ 1.052.613,00
2024	R\$ 702.000,00
2025	R\$ 887.356,00

Para o orçamento do ano civil 2025, foi disponibilizado:

Tabela 04: Distribuição PAE 2025

AUXÍLIOS ESTUDANTIS - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS	
Tipo de auxílio	Total
Paíse - Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante.	R\$ 858.240,00
Píncel - Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer	R\$ 2.000,00
Propac - Programa de Incentivo à Participação Político Acadêmica	R\$ 15.000,00
Pró saúde - Programa de Prevenção e Assistência à Saúde	
PAE - Programa de Auxílios Eventuais.	R\$ 12.116,00
Total	R\$ 887.356,00
ORÇAMENTO DAS BOLSAS	R\$ 887.356,00

FONTE: Campus Santa Inês

A cada início de ano letivo, com base na planilha orçamentária a CLAE avalia a disposição para as ações conforme número de vagas e percentual financeiro para cada auxílio. Neste sentido, são elaborados os Editais e divulgados para inscrições dos discentes. A execução deve seguir o edital.

A distribuição de recursos nos programas de assistência estudantil e quais critérios vêm sendo utilizados para selecionar beneficiários foram analisados pela AUDIN e seguem analisados a seguir.

Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante - PAISE

As ações atendidas pelo PAISE representam 97% do recurso que o Campus destina para a PAE. Conforme informa o Campus, em 2025, ficou definido o valor de R\$ 858.240,00 para o orçamento do PAISE.

São atendidas diversas ações, atendo a maior parte do previsto na Resolução nº 01 de 29/01/2019. Segundo a Resolução, o PAISE é destinado aos estudantes regularmente matriculados, que possuam renda per capita de até um salário-mínimo e meio vigente, para garantia da permanência deles na instituição, durante os anos destinados ao processo formativo do curso escolhido.

Segundo a PAE do IF Baiano, constituem-se benefícios do PAISE:

- i. auxílio moradia;
- ii. auxílio alimentação;
- iii. auxílio transporte;
- iv. auxílio material acadêmico;
- v. auxílio uniforme;
- vi. auxílio cópia e impressão;
- vii. auxílio permanência;
- viii. auxílio creche;
- ix. auxílio PROEJA.

Tabela 05: Distribuição PAE por ação - 2025

*ANEXO II - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E VAGAS				
Tipo de auxílio	Vagas	Parcelas	Mensal	Total
Moradia	99	12	R\$ 350,00	R\$ 415.800,00
Creche	6	9	R\$ 100,00	5.400,00
Transp. Graduação	78	9	R\$ 200,00	140.400,00
Transp. Médio	30	9	R\$ 140,00	R\$ 37.800,00
Rtransp. Residente	71	9	R\$ 80,00	R\$ 51.120,00
Transp. EAD Inform.	1	9	R\$ 80,00	R\$ 720,00
Permanência	200	9	R\$ 100,00	R\$ 180.000,00
Cópia e Impressão	300	9	R\$ 10,00	R\$ 27.000,00
Pincel				R\$ 2.000,00
Propac				R\$ 15.000,00
Pró saúde				
PAE (Aux Eventual)				R\$ 12.116,00
Total				R\$ 887.356,00
ORÇAMENTO DAS BOLSAS				R\$ 887.356,00

FONTE: Campus Santa Inês

O Campus indica ainda que a dimensão financeira é a maior barreira para que eles sejam executados com sucesso. Embora haja uma limitação de servidores, o maior impacto na execução dos programas está na questão orçamentária.

Quanto ao acompanhamento da execução, ainda que existam dados referentes a total de estudantes contemplados pelo programa, valor executado no ano, início de execução e período de análise, não se identificam informações detalhadas como: auxílio por curso e modalidade, quantidade de estudantes por faixa de renda per capita familiar (RPF), ou a existência de análises gerenciais como:

- Quantidade de evadidos em relação ao quantitativo de alunos atendidos;
- Quantidade de alunos contemplados com o Programa e o impacto na evasão;
- Valores executados no Programa e aumento ou decréscimo de alunos evadidos;
- Proposições de ajustes no Programa à alta gestão, indicando projeções sobre necessidades de pessoal, críticas relacionadas a processos de trabalho que envolvem o Programa entre outros;
- Causas e tratamento sobre desistências do aluno enquanto atendido pelo Programa;

- Outros indicadores ou informações gerenciais que subsidiem o planejamento estratégico da Coordenação de Assistência Estudantil.

Programa de Auxílios Eventuais - PAE

O Programa de Auxílios Eventuais é destinado aos estudantes regularmente matriculados, que possuam renda per capita de até um salário mínimo e meio vigente, conforme definido pelo Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Objetiva a garantia da permanência dos discentes na instituição, durante os anos destinados ao processo formativo do curso escolhido.

O Campus Santa Inês oferta os auxílios para custear os seguintes custos: I - exames médicos e odontológicos; II - acompanhamento psicoterapêutico; III - compra de medicações prescritos por médico ou dentista; IV - aquisição de óculos de grau; V - tratamento dentário; VI - compra de cama e colchão; VII - outras demandas, a serem avaliadas pela CLAE.

Em 2025 o valor destinado ao Programa de Auxílios Eventuais foi de R\$ 12.116,00 (Doze mil, cento e dezesseis reais).

Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer - PINCEL

O PINCEL é destinado aos estudantes regularmente matriculados, prioritariamente àqueles que possuam renda per capita de até um salário mínimo e meio vigente – conforme definido pelo Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

O Campus tem estimulado diversas ações nos campos da Cultura, Esporte e Lazer, sendo destinado para o ano de 2025 o valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) especificamente para este programa, além das outras atividades já fomentadas dentro deste âmbito.

Programa de Incentivo à Participação Político Acadêmica – PROPAC

O Programa de Incentivo à Participação Político Acadêmica – PROPAC é destinado aos estudantes regularmente matriculados, prioritariamente àqueles que possuam renda per capita de até um salário mínimo e meio vigente – conforme definido pelo Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

O PROPAC tem como objetivos: I - estimular à representação discente, por meio da formação de grêmios, centros e diretórios acadêmicos; II - propiciar à participação dos(as) discentes em eventos internos, locais, regionais, nacionais e internacionais de caráter científico, acadêmico, tecnológico e de organização estudantil; III - apoiar a

divulgação, em âmbito regional, nacional e internacional, da produção científica, técnica e artística resultante dos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no IF Baiano.

O Campus Santa Inês tem primado pela participação de sua comunidade, mormente os discentes, em tais eventos, objetivando estimular e efetivar o desenvolvimento dos mesmos, bem como, a divulgação de trabalhos, pesquisas e conhecimentos produzidos no IF Baiano. Em 2025 o valor destinado ao PROPAC é de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Programa de Prevenção e Assistência à Saúde - PRO-SAÚDE

O Campus não ofertou ações legitimadas pelo programa, contudo, os estudantes são assistidos com a presença e atuação dos servidores da área da saúde no atendimento das demandas individuais. Segundo a PAE do IF baiano, o Pró-Saúde visa desenvolver ações voltadas à prevenção de doenças e promoção da saúde dos(as) discentes, por meio dos serviços de psicologia, enfermagem, odontologia, nutrição, medicina e serviço social.

Para o desenvolvimento das ações do Pró-Saúde, os Campi devem viabilizar a criação de um Núcleo Multiprofissional constituído pelos profissionais da área de psicologia, enfermagem, odontologia, nutrição, medicina e serviço social, os quais serão responsáveis pelo planejamento e implementação do referido Programa.

Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico – PROAP

Sem oferta ativa enquanto ações do Programa, contudo, os estudantes são acompanhados e recebem orientação conforme as demandas que são recepcionadas pelos servidores da unidade e direcionadas para os profissionais de Psicologia e Assistência Social.

Programa de Alimentação Estudantil

É baseado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que visa oferecer alimentação escolar a todos os estudantes da educação básica pública durante o ano letivo. O CSI, em conformidade com as diretrizes do Governo Federal, oferece, no mínimo 1 (uma) refeição para os estudantes de cursos que funcionam em período parcial; e, no mínimo 3 (três) refeições para os estudantes de cursos que funcionam em período integral, além de lanches complementares, por exemplo, em eventos e viagens técnicas.

Programa de Residência Estudantil

A residência estudantil destina-se aos estudantes oriundos de municípios distantes e/ou que tenham dificuldades para o traslado diário. Atende a estudantes de ambos os sexos, de acordo com as possibilidades do Campus, e que estejam, preferencialmente, em situação de vulnerabilidade social e/ou baixa condição econômica, sendo que serão priorizados aqueles com idades entre 12 e 17 anos.

O Campus Santa Inês contempla aproximadamente 82 (oitenta e dois) estudantes do sexo masculino, e 118 do sexo feminino, totalizando, 200 (duzentos) estudantes, de diversos municípios, tanto circunvizinhos, quanto de localidades distantes, onde não é possível o deslocamento diário dos mesmos para cursar os estudos na Instituição. Os alunos internos contam, também, com serviços de lavanderia, café da manhã, almoço e jantar e, fazendo jus ao PAISE, ainda oferta o auxílio transporte para aqueles em situação de maior vulnerabilidade. A seleção é feita no início do ano letivo, de acordo com as condições estabelecidas em Edital.

Ações propostas pelo Fórum Permanente da Assistência Estudantil

Segundo a Resolução nº 01 de 29/01/2019, que institui a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, “O Fórum Permanente da Assistência Estudantil é um órgão colegiado consultivo de Assistência Estudantil que auxilia a Diretoria de Assuntos Estudantis na regulação, planejamento, acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano.”

Não foi fornecida informações relacionadas ao tema ou que pudessem identificar e avaliar as proposições do Fórum encaminhadas à Diretoria Geral de Assistência Estudantil no que se refere ao Campus desde 2019, ano da publicação da normativa interna que o instituiu.

V.II.III RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 03	
Descrição sumária	Ausência de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão.
Evidências	Diálogos com a gestão acadêmica do Campus.
Informação extraída das evidências	O Campus utiliza indicadores e metas do PDI e busca estratégias utilizando estes suportes de análise, porém não demonstra a existência de estruturas internas ou processos internos que evidenciem a realização dessas atividades e/ou procedimentos adotados relacionados a gestão por indicadores.
Possíveis causas	Falta de uma atuação focada em estratégias baseadas em indicadores e no monitoramento de ações.
Efeitos	Dificuldades na aplicação de estratégias fundamentadas em indicadores e dados que demonstrem os resultados alcançados.

Recomendações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementar processos de avaliação e monitoramento das atividades, políticas e ações, observando as diretrizes internas do IF Baiano em relação à instância responsável por avaliar e monitorar indicadores de gestão; 2. Estabelecer procedimentos de controle e acompanhamento dos processos relacionados aos indicadores institucionais como a elaboração de relatórios que avaliem os elementos que causem impacto nos indicadores, por atividade relacionada a área acadêmica e administrativa; 3. Estabelecer processo de monitoramento por indicadores, utilizando-os para tomada de decisões conforme comportamento de série histórica. Realize a gestão dos processos de gestão acadêmica e administrativa conforme estratégia e composições de indicadores como, por exemplo: fatores que contribuem para melhoria do indicador “conclusão no ciclo” ou processos internos que têm influência nos indicadores.
MANIFESTAÇÃO DA GESTÃO	<p>Informamos que os indicadores utilizados pelo campus, mesmo sem sistematização conjunta dos setores competentes subsidiam ações como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nivelamento e monitoria; - Atendimento psicológico e psicossocial; - Contratação de auxiliar de sala e intérprete de Libras; - Projetos de ensino; - Planejamento da Jornada Pedagógica; - Investimentos em infraestrutura acadêmica. <p>Reconhece-se, entretanto, a necessidade de sistematização desses indicadores em painel ou relatório consolidado que evidencie sua utilização estratégica, providência que será implementada.</p> <p>Após a visita em campo da AUDIN, a Diretoria Acadêmica buscou acolher as orientações apresentadas e passou a adotar medidas voltadas à implementação das recomendações indicadas. Nesse sentido, foram desencadeados procedimentos institucionais junto aos setores a ela vinculados, em reunião realizada com as Coordenações de Ensino (CE), de Assuntos Estudantis (CAE) e das Unidades Educativas de Campo (CUEC). Durante a referida reunião, foi deliberado que cada coordenação e setor vinculado elaborasse procedimentos metodológicos estruturados, contendo a definição de indicadores específicos de acompanhamento, bem como a sistematização de relatórios periódicos destinados à avaliação dos elementos que impactam diretamente os indicadores institucionais, tanto nas áreas acadêmicas quanto administrativas.</p> <p>Dessa forma, registra-se que tais procedimentos já se encontram em processo de implementação e execução no âmbito dos setores vinculados à Diretoria Acadêmica, em consonância com as orientações apresentadas pela AUDIN, com as diretrizes institucionais do IF Baiano e com as atribuições da instância responsável pela avaliação e monitoramento dos indicadores de gestão.</p>

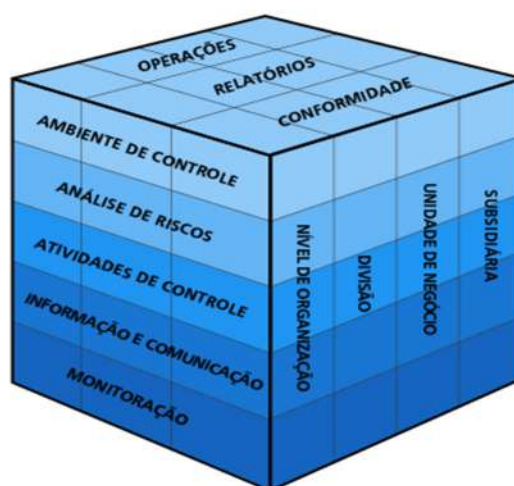
	<p>Destaca-se, ainda, que os procedimentos metodológicos em desenvolvimento têm como finalidade não apenas instituir e padronizar rotinas administrativas por meio da elaboração de metodologias ou procedimentos nos setores vinculados à Diretoria Acadêmica, mas também assegurar maior transparência e publicidade às ações institucionais, mediante a disponibilização dessas informações aos usuários dos serviços ofertados.</p> <p>A definição de indicadores de monitoramento e qualidade permitirá avaliar continuamente os serviços prestados, identificar fragilidades e oportunidades de melhoria e promover o aperfeiçoamento permanente dos processos administrativos e acadêmicos.</p> <p>Nesse contexto, as medidas adotadas encontram-se alinhadas aos princípios da legalidade, eficiência, transparência, publicidade e controle, contribuindo para o fortalecimento das práticas de governança institucional e para a consolidação de uma cultura organizacional orientada ao planejamento, monitoramento e melhoria contínua.</p>
ANÁLISE DA AUDIN	<p>A AUDIN reconhece que as ações mencionadas demonstram a utilização, ainda que incipiente, de informações gerenciais para apoio à tomada de decisão. Contudo, conforme apontado na constatação, observa-se a ausência de mecanismos formalmente instituídos e sistematizados de liderança, estratégia e controle, capazes de avaliar, direcionar e monitorar a gestão de forma estruturada e contínua.</p> <p>Destaca-se positivamente o reconhecimento, por parte da gestão, da necessidade de consolidação dos indicadores em painéis ou relatórios estruturados, o que representa um avanço no sentido do atendimento às recomendações.</p> <p>Dessa forma, a AUDIN mantém o entendimento de que é necessária a implementação de processos formais de monitoramento e avaliação por meio de indicadores, com definição clara de responsabilidades, periodicidade de acompanhamento e utilização de séries históricas, de modo a fortalecer a governança e subsidiar a tomada de decisão baseada em evidências.</p>
Benefícios esperados	Ações focadas em estratégias baseadas em indicadores.
RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 04	
Descrição sumária	Necessidade de aprimoramento das avaliações dos programas de Assistência Estudantil do Campus.
Evidências	Reunião exploratória com a CAE, Relatório Anual de Assistência Estudantil - RAAE e respostas às Solicitações de Auditoria. Reuniões exploratórias com a DAE.
Informação extraída das evidências	Necessidade de aprimoramento das avaliações dos PAE. A periodicidade do Relatório de Assistência Estudantil deve ser anual, no sentido de promover ajustes e adequações no decorrer desses Programas.
Possíveis causas	A norma interna que institui o Relatório Anual de AE não dispõe de formato específico que indique ações concretas de acompanhamento e avaliações dos programas, passando a proporcionar apenas quantidades e valores. Necessidade de capacitação dos atores envolvidos nos programas de

	Assistência Estudantil, do planejamento ao monitoramento (Campus e Reitoria).
Efeitos	Não atingimento dos objetivos da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano no Campus.
Recomendações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar o Relatório Anual de Assistência Estudante, contemplando informações gerenciais, com a intenção de realização de análises, adequações ou ajustes na condução dos PAE do Campus; 2. Realizar avaliação do usuário nos PAE do Campus com a finalidade de promover a sua melhoria contínua; 3. Realizar o acompanhamento das atividades dos PAE, promovendo as ações necessárias de acordo com a dinâmica no atendimento às necessidades dos alunos assistidos pelos Programas; 4. Utilizar as informações do RAAE não somente para fins de análises orçamentárias e elaboração de Editais dos programas de Assistência Estudantil, mas também para análise e ajustes estruturais na execução dos Programas de Assistência Estudantil.
MANIFESTAÇÃO DA GESTÃO	<p>O processo de implementação e aprimoramento dos indicadores institucionais atualmente em curso, está sendo considerada a incorporação de indicadores de natureza qualitativa, de modo a ampliar a capacidade analítica dos relatórios e possibilitar uma avaliação mais abrangente das ações, políticas e serviços ofertados. Essa iniciativa busca fortalecer os mecanismos de monitoramento e avaliação institucional, em consonância com os princípios da administração pública, especialmente os da legalidade, eficiência, transparência, controle e governança.</p> <p>Registra-se que a predominância de indicadores quantitativos, até o momento, decorre, em parte, das condições operacionais enfrentadas pelo setor, notadamente pela ausência da profissional da área de Serviço Social durante o período de licença para capacitação, com retorno apenas no segundo semestre de 2025, conforme já mencionado nesse texto.</p> <p>Destaca-se que a ausência dessa profissional impactou não apenas o processo de construção de indicadores qualitativos mais consistentes, mas também o acompanhamento direto dos usuários e de suas famílias, atividade essencial para a produção de análises mais aprofundadas sobre a efetividade das ações desenvolvidas.</p> <p>Ainda assim, as atividades essenciais foram mantidas dentro das possibilidades institucionais, preservando-se o compromisso com a continuidade do serviço público e com o atendimento às demandas da comunidade acadêmica. Com o retorno da profissional e a reorganização das rotinas institucionais, encontra-se em andamento o processo de qualificação dos instrumentos de monitoramento e avaliação, com vistas à incorporação progressiva de indicadores qualitativos e ao aprimoramento dos relatórios produzidos.</p>
ANÁLISE DA AUDIN	A AUDIN considera as ações indicadas como adequadas e segue monitorando as ações em desenvolvimento pelo Campus.
Benefícios	Melhoria dos processos relacionados à execução dos PAE no Campus.

V.III AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

A avaliação dos controles internos visa analisar a eficácia do sistema de controle interno utilizado, formal ou informalmente, no Campus avaliado. O objetivo é identificar riscos que possam prejudicar os objetivos da unidade auditada (CSI), como a segurança da informação. Nesse sentido, a AUDIN avaliou os seguintes componentes: Ambiente de controle, Avaliação de riscos, Atividades de controle, Informação e comunicação, Atividades de monitoramento. Utiliza assim a metodologia do COSO, para avaliar como um todo, abarcando direção de Campus, suas Diretorias, Coordenações e equipes, ou seja, do maior ao menor nível.

Figura 01: COSO



O controle interno é um processo contínuo de tarefas e atividades organizadas em três linhas de defesa, com objetivo de assegurar o atingimento dos objetivos da entidade. No modelo de Três Linhas de Defesa, o controle da alta gestão é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos. As diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pela direção do Campus são a segunda linha de defesa. E a Auditoria Interna (ou externa) é a terceira.

Nesse sentido a AUDIN efetuou avaliação com os seguintes objetivos

- a) Verificar a adequação dos controles internos, formais e/ou informais, utilizados pelo *Campus*;
- b) Avaliar a efetividade da execução da Política de Gestão de Riscos aprovada pelo IF Baiano e pelo *Campus*, caso existam;
- c) Avaliar o grau de maturidade da Gestão de Riscos do *Campus*.

Os resultados das análises efetuadas para as situações relevantes observadas seguem descritas abaixo. As recomendações da AUDIN seguem apresentadas ao final desta seção do relatório.

V.III.II ANÁLISES EFETUADAS E RESULTADOS OBTIDOS

Durante os trabalhos de campo, foram verificadas fragilidades de controle e situações que demandam atenção especial em razão dos riscos e dos potenciais impactos à gestão e à operacionalidade do Campus. A seguir, apresentam-se os principais achados da Auditoria Interna.

Principais Fragilidades Identificadas

Durante os trabalhos de campo, foram verificadas fragilidades de controle e situações que demandam atenção especial em razão dos riscos e dos potenciais impactos à gestão e à operacionalidade do Campus. A seguir, apresentam-se os principais achados da Auditoria Interna.

a) Ausência de Regimento Interno

A gestão do Campus informou que o tema já se encontra em discussão com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), a qual está elaborando modelos de RI para os Campi do IF Baiano. O documento encontra-se, portanto, em fase de elaboração e aprovação.

A AUDIN destaca que o Regimento Interno (RI) é instrumento essencial para a definição das normas de funcionamento do Campus. Constitui documento estruturante, que assegura que os procedimentos administrativos e acadêmicos estejam formalmente definidos, promovendo clareza quanto às atribuições de setores, coordenações e núcleos, bem como à forma de atuação de seus responsáveis. O RI deve refletir o organograma institucional, indicar processos operacionais e consolidar as diretrizes que norteiam a gestão. Ademais, a formalização de normas e estruturas organizacionais refletem referências normativas e boas práticas, a exemplo da Constituição Federal (art. 37), Decreto nº 9.203/2017 (Governança Pública) e princípios de governança do TCU (2020). Sua inexistência gera fragilidade na definição de responsabilidades e pode comprometer a uniformidade das práticas administrativas.

b) Inexistência de Fluxos de Processos Formalmente Desenhados

Verificou-se que o Campus não possui fluxos processuais formalizados, o que dificulta a visualização integrada das atividades e dos responsáveis em cada etapa. Conforme informado, a escassez de servidores, frequentemente sobrecarregados com atividades rotineiras, constitui um obstáculo à sistematização desses fluxos. Na prática, os setores seguem orientações internas, normativos gerais e designações pontuais da gestão, o que mantém a operacionalidade, porém sem padronização ou mapeamento formal.

Em contextos de restrição de recursos humanos, a gestão de processos contribui diretamente para a otimização de esforços e para a satisfação de alunos e servidores. A Auditoria ressalta que o desenho de fluxos de processos possibilita: identificar riscos em cada etapa; orientar a tomada de decisão; reduzir o tempo e os custos das tarefas; melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados; entre outros benefícios para uma gestão transparente e atenta as boas práticas da administração pública.

A importância da formalização de fluxos de processos, formalmente desenhados e instituído, refletem referências normativas e boas práticas, a exemplo da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 e ISO 9001, que destacam a importância do mapeamento e da gestão por processos.

c) Baixa maturidade dos Controles Internos Formalmente Estabelecidos

O controle interno, segundo a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, deve ser compreendido como o conjunto de processos, políticas e procedimentos estabelecidos para garantir a conformidade legal, a efetividade operacional e a confiabilidade das informações. Como sugestão, o Campus pode se atentar as referências normativas e boas práticas, como: COSO (Internal Control Framework), Decreto nº 9.203/2017, e Referencial Básico de Governança do TCU (2020).

A Auditoria constatou que o Campus, de uma forma geral, não dispõe de controles internos formalmente implementados, tampouco de monitoramento sistemático. Os problemas e ajustes de processos são tratados de forma reativa e pontual, conforme as demandas surgem, sem utilização de ferramentas padronizadas e formalmente estabelecidas. A ausência de controles formais expõe o Campus a riscos relacionados à ineficiência administrativa, inconsistência de dados e dificuldades na prestação de contas. A AUDIN acompanhará o tema até que os principais processos estejam devidamente mapeados e contem com rotinas de controles internos documentadas.

d) Capacitações e Treinamentos

Um programa estruturado de capacitação contribui para a melhoria da eficiência administrativa, a valorização dos servidores e a consolidação da cultura de governança. Não foi identificado programa sistemático de capacitação e treinamento destinado aos servidores do Campus. As ações de qualificação ocorrem de forma esporádica, promovidas pelas Pró-Reitorias ou por meio de cursos online, em geral gratuitos e/ou ofertados por instituições públicas (ex.: ENAP, Escola Virtual de Governo, Capacita) e dependem da iniciativa individual dos servidores interessados.

Para a efetividade de um programa de capacitação, recomenda-se que o Campus: i) avalie periodicamente o desempenho dos servidores; ii) identifique as necessidades de desenvolvimento de competências; iii) elabore um plano de

capacitação alinhado às metas institucionais; iv) acompanhe os resultados alcançados.

Como sugestão, o Campus pode se atentar as referências normativas e boas práticas, como o Decreto nº 9.991/2019 (Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP), bem como os princípios da gestão por competências (ENAP/OCDE).

e) Gestão de Riscos - GR

Conforme verificado, não foi apresentado pelo Campus um documento específico de GR, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos do Instituto Federal Baiano¹², aprovada em âmbito institucional.

De acordo com a referida Política, a Gestão de Riscos é definida como um processo institucional, contínuo e interativo, destinado a dirigir, monitorar e controlar eventos que possam afetar positiva ou negativamente o cumprimento dos objetivos organizacionais. Apesar da diretriz institucional, observa-se que o Campus não possui procedimento formalizado para:

- Registrar e avaliar os principais riscos a que está exposto;
- Documentar os controles internos mitigadores desses riscos;
- Estruturar processos formais de governança, gerenciamento de riscos e monitoramento dos controles internos.

Na prática, a identificação de riscos e situações críticas ocorre de forma informal, mediante discussões entre a Gestão e suas equipes, que demonstram conhecimento das principais vulnerabilidades da unidade. Contudo, esse processo não se encontra sistematizado nem documentado, sendo apoiado pontualmente pela Reitoria e por suas estruturas organizacionais quando necessário.

A análise do tema deve ser contextualizada à luz dos referenciais normativos aplicáveis à Administração Pública Federal, bem como se atentar aos referenciais de boas práticas voltados ou adaptados para a administração pública:

- Constituição Federal de 1988, art. 37 – Princípios da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência);
- Lei nº 10.180/2001 – Organização e funcionamento dos Sistemas de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 – Estabelece orientações para a adoção de práticas de governança, gestão de riscos e controles internos no âmbito da Administração Pública.

¹² INSTITUTO FEDERAL BAIANO. Política Institucional de Gestão de Riscos do Instituto Federal Baiano. Salvador, 2018. Disponível em: < <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2019/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-62-de-20-de-dezembro-de-2018.pdf> >. Acesso em: 10 set. 2025.

- Decreto nº 9.203/2017 – Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- COSO - Internal Control Framework (2013);
- ISO 31000:2018 – Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes;
- Referencial Básico de Governança do TCU (2020).

Esses instrumentos reforçam a necessidade de que o Campus adote medidas formais de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, alinhadas a práticas de governança e controle interno, visando maior transparência, accountability e efetividade na gestão pública.

A gestão de riscos (GR) auxilia na identificação e gerenciamento de riscos, o que permite melhorar a eficiência e a produtividade das equipes. Não se trata apenas de saber da sua existência, mas da forma que se espera agir para enfrentá-las quando ocorrerem.

A AUDIN avalia que o Campus se encontra em um nível de maturidade entre incipiente (escore 1) e esporádico (escore 2).

Tabela 06: Nível de maturidade da Gestão de Riscos

ESCORE	GESTÃO DE RISCOS
(0) Inexistente	Inexistência de processo de implementação da Política de Gestão de Riscos aprovada pelo CONSUP.
(1) Incipiente	Existência de processo de implementação da política de Gestão de riscos aprovada pelo CONSUP ou processo de gestão de riscos incipiente.
(2) Esporádico	Processo de gestão de riscos realizado de maneira informal e esporádica em algumas áreas relevantes para os principais objetivos/processos da Unidade.
(3) Básico	Processo de GR realizado de acordo com normas e padrões definidos em algumas áreas relevantes para os principais objetivos/processos da Unidade.
(4) Aprimorado	Processo de gestão de riscos realizado de acordo com normas e padrões definidos na maior parte das áreas relevantes para os principais objetivos/processos da Unidade.
(5) Avançado	Processo de gestão de riscos realizada de acordo com normas e padrões definidos em todas as áreas relevantes para os principais objetivos/processos da Unidade.

Adaptação: Quadro 2 do Manual de orientações técnicas da atividade de Auditoria Interna governamental do Poder Executivo Federal – CGU e Tabela 7.1 do Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos - TCU.

O Campus deve desenvolver o mapeamento dos riscos mais relevantes que possam comprometer o atingimento dos objetivos institucionais, bem como a definir como estes riscos serão tratados (aceitar, mitigar, compartilhar ou transferir), seguindo

os procedimentos exigidos pelos normativos vigentes e as boas práticas de gestão. A AUDIN seguirá monitorando essa situação até que ao menos os riscos-chave estejam formalmente definidos e tratados.

V.III.III RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 05	
Descrição sumária	Ausência de Regimento Interno formalmente estabelecido.
Evidências	Diálogos com a Gestão do Campus e com a PRODIN.
Informação extraída das evidências	Não há um regimento interno próprio do Campus adequado ao Campus para se orientar ao que for determinado nesse documento norteador.
Possíveis causas	Falta de pessoal no IF Baiano para atender a todas as necessidades, onde as mesmas são solucionadas conforme prioridades e disposição de pessoal para formar comissões ou afins.
Efeitos	Excesso de informalidade na atuação dos setores; dificuldade de estabelecer a divisão de setores, distribuição de tarefas, e demais ações administrativas que devem ser nortadas pelo RI.
Recomendações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concluir a elaboração e aprovação do RI do Campus; 2. Garantir alinhamento ao organograma institucional; 3. Definir formalmente atribuições, responsabilidades e processos administrativos, atentando para as adaptações necessárias entre os modelos que serão disponibilizados e as necessidades operacionais do Campus.
MANIFESTAÇÃO DA GESTÃO	Historicamente, o campus pautou seus procedimentos nas normativas institucionais superiores, considerando a ausência de Regimento Interno formalmente institucionalizado, que está em minuta desde 2015, realmente não foram consolidadas normas internas.
ANÁLISE DA AUDIN	A AUDIN entende que a questão dos RI necessita de definições a nível institucional para nortear os Campi. Essa situação foi identificada em todas as unidades que vem avaliando nos últimos anos. Desse modo, estrá acompanhando essa recomendação junto a gestão do IF Baiano e suas pró-reitorias, voltando ao tema junto aos Campi em um momento posterior, quando forem definidas as diretrizes institucionais a serem seguidas para cada modelo de Campi.
Benefícios esperados	Formalizar a organização do Campus, dando maior transparência na atuação dos servidores.

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 06	
Descrição sumária	Ausência de fluxos de processo formalmente estabelecidos e de Controles Internos.
Evidências	Observação do Campus; Reunião com gestores e servidores de áreas chave.
Informação extraída das evidências	Devido à falta de servidores e a alta rotatividade, há dificuldades de se desenhar os fluxos de processos e demais tramites para sua formalização.
Causas	Falta de servidores e alta rotatividade; dificuldades técnicas; outras.
Efeitos	Procedimentos executados com informalidades em seus fluxos.
Recomendações	<p>1. Desenvolver fluxos de processo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapear os fluxos processuais prioritários; • Adotar ferramentas de gestão por processos; • Desenvolver os fluxos de processo das áreas chave e apresenta-los formalmente aos servidores, integrando a rotina das atividades administrativas do Campus e garantindo que sejam devidamente seguidos, conforme desenhados. <p>2. Desenvolver Controles Internos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar controles internos para os processos considerados essenciais para a operacionalidade do Campus; • Designar responsável pela coordenação e monitoramento dos controles internos; • Elaborar plano anual de capacitação do Campus, priorizando temas de gestão, controles internos e atendimento ao cidadão; • Promover revisão periódica com participação dos setores envolvidos.
MANIFESTAÇÃO DA GESTÃO	<p>Após orientação da Auditoria quanto à possibilidade de institucionalização de procedimentos internos mesmo na ausência de normativo superior específico, o campus iniciou processo formal de mapeamento e construção de fluxos próprios.</p> <p>Foram orientadas as coordenações vinculadas à Diretoria Acadêmica a elaborarem Procedimentos Metodológicos ou Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), com registros em ata e consolidação em andamento (ATA 146/2025 - CSI-CGE/CSI-DDE/CSI-DG/RET/IFBAIANO), no dia 10 de setembro de 2025. Tal medida teve por objetivo fortalecer os controles internos, padronizar procedimentos, ampliar a transparência e promover maior segurança jurídica e eficiência administrativa.</p>
ANÁLISE DA AUDIN	A AUDIN reconhece os esforços do Campu e segue monitorando a recomendação até que sejam implantadas e institucionalizadas as ações indicadas.
Benefícios esperados	Formalização adequada dos processos em execução no setor e contribuições a transparência.

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 07	
Descrição sumária	Desenvolver a Gestão de Riscos e elaborar o mapeando dos processos e riscos das áreas chave, conforme o que determina a legislação e normativos vigentes.
Evidências	Avaliação da gestão de riscos pela AUDIN.
Informação extraída das evidências	O Campus deve desenvolver a GR. Em avaliação, o Campus se encontra em um nível de maturidade entre incipiente (escore 1) e esporádico (escore 2).
Possíveis causas	Dificuldades técnicas; necessidade de treinamentos e capacitações; falta de pessoal.
Efeitos	Risco relevante e com potencial de comprometimento das atividades do Campus não estão sendo adequadamente monitorados.
Recomendações	<p>Elaborar o mapeando dos processos e riscos das áreas chave, seguindo o que determina a legislação, normativos vigentes (ex.: ISO 31000:2018; COSO ERM) e as boas práticas de gestão, avaliando e definindo como tratá-los. Se recomenda que o Campus:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elabore um plano local de GR: Desenvolver documento específico de gestão de riscos no âmbito do Campus, em alinhamento à Política Institucional de Gestão de Riscos do IF Baiano, contemplando: i) identificação dos principais riscos (acadêmicos, administrativos, financeiros e operacionais); ii) análise e avaliação da probabilidade e do impacto desses riscos; iii) definição de medidas de tratamento e controles internos correspondentes; iv) estabelecimento de responsáveis e prazos para monitoramento; • Integre a GR com a Governança Institucional: Assegurar que as práticas locais de gestão de riscos e controles internos estejam integradas ao modelo de governança institucional do IF Baiano, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da organização.
MANIFESTAÇÃO DA GESTÃO	A Gestão indica que estará buscando atender as recomendações da AUDIN. Entretanto, depende de definições norteadoras do Comitê de Gestão de Riscos do IF Baiano.
ANÁLISE DA AUDIN	<p>A AUDIN entende que as questões de GR dependem de algumas ações a nível institucional e estará avaliando a situação junto a Reitoria e Pró-reitorias.</p> <p>Não obstante, o Campus deve conhecer seus principais riscso e manter adequado plano de ação para enfrenta-los.</p>
Benefícios esperados	Prepara o Campus para situações adversas com efeitos relevantes.

V.IV AVALIAÇÃO DA GESTÃO OPERACIONAL

V.IV.I OBJETIVOS

Os trabalhos executados objetivaram conhecer as estruturas físicas do *Campus* e suas condições de uso, observando a existência de visíveis falhas estruturais da construção;

- i. Observar se as estruturas para realização de aulas práticas de campo (agrícolas e de animais) atendem aos objetivos propostos;
- ii. Observar se os laboratórios estão adequadamente equipados com o mínimo necessário ao cumprimento dos fins didáticos propostos para cada espaço, se são providos de EPI's para cada aluno (ex.: jaleco, óculos de proteção, etc.), e se os espaços atendem as questões básicas de segurança (ex.: extintores de incêndio, luzes de emergência, rotas de fuga e ponto de encontro, lava-olhos, etc.) conforme exigências de utilização de cada ambiente e atividade;
- iii. Observar a existência de salas para o Atendimento Educacional Especializado – AEE e equipamentos dispostos;
- iv. Observar espaços destinados à socialização e ao desenvolvimento físico-motor dos alunos como: os destinados às práticas esportivas (ex.: quadras poliesportivas, pista de atletismo, etc.); praça com bancos e mesas; sala de jogos; entre outros;
- v. Observar se há acessibilidade para os alunos com dificuldades de locomoção, visual, auditiva e demais que impliquem em necessidade de adaptações para melhor atendê-los (ex.: rampas de acesso, barras de apoio, banheiros adaptados, plataforma de elevação, identificação em braile, etc.);
- vi. Observar se há itens de patrimônio sem uso, seu aparente estado de conservação, e as condições em que estão armazenados;
- vii. Indagar se há coleta seletiva de lixo/ demais questões de sustentabilidade; e
- viii. Demais questões que venham a ser observadas na inspeção física.

As análises efetuadas pela AUDIN e os resultados obtidos seguem abaixo.

V.IV.II ANÁLISES EFETUADAS E RESULTADOS OBTIDOS

A avaliação operacional foi desenvolvida com foco nas estruturas físicas à disposição do *Campus*. Foram percorridas as áreas atualmente utilizadas pelo *Campus*, observando os espaços de uso comum, espaços administrativos, espaços pedagógicos, áreas educativas de campo e demais estruturas existentes.

A auditoria realizada se utilizou de conhecimento técnicos aplicáveis, julgamento profissional, experiência adquirida em visitas a outros *campi*, análise de documentos, e registro fotográfico dos espaços observados, de modo a se evidenciar o relatado. De forma a complementar a avaliação proposta, utilizou-se de indagação aos responsáveis de cada área, como professores e técnicos que os utilizam, bem como de indagações posteriores à administração do *Campus* para os assuntos mais pertinentes.

As avaliações aqui registradas buscaram identificar situações relevantes. Ainda que a equipe AUDIN tenha expertise técnica e conhecimento profissional adequado para as análises mais generalistas, não é composta de profissionais especialistas para algumas avaliações mais aprofundadas. A participação de uma equipe de engenharia devidamente capacitada, por exemplo, pode ser necessária para melhor compreender algumas das situações apontadas, definindo riscos envolvidos e como melhor proceder para garantir a utilização e preservação destes espaços.

As situações aqui relatadas se destacam por indicarem riscos e possíveis impactos relevantes para o Campus, podendo afetar a sua operacionalidade.

Visão Geral

O Campus indica possuir uma área total de 166 ha, com uma área utilizada (incluindo pastos, plantios etc.) de Aproximadamente 467.045,86 m² (medido através do Google Maps) e uma área construída de aprox. 15.000 m². Quanto às estruturas físicas em utilização observadas, o Campus indicou:

- Área total construída: 15 mil m²;
- Área em construção: a. Setor de Agricultura I, com área para pré-limpeza e limpeza de hortaliças, área aberta para aula, vestiário para o pessoal de campo; b. depósito para insumos e ferramentas do Setor → previsão outubro de 2025; c. Alojamento feminino (1 unidade) com banheiro PDC com vistas à acessibilidade – em conclusão.

Das áreas construídas; o Campus informou as seguintes estruturas:

- Salas administrativas como Direção Geral, Licitação e contratos, Almoxarifado, entre outros.
- 32 salas de aula, distribuídas em pavilhões.
- Laboratórios, que atendem, em sua maioria, às necessidades básicas previstas nos Planos Pedagógicos dos cursos ofertados.
- O campus possui 26 áreas de campo para fins educativos, entre plantações (milho, hortaliças, agrostologia, etc.), e animais diversos (galinha, frango, cabra, coelho, cavalo, etc.).
- O campus não dispõe de gabinetes individuais para os docentes. Atualmente, estão disponíveis quatro salas de uso coletivo, destinadas ao corpo docente,

as quais funcionam como ambientes compartilhados para o desenvolvimento de atividades como planejamento de aulas, organização de materiais e atendimentos aos discentes. O atendimento aos estudantes é realizado de forma presencial, mediante agendamento prévio, e ocorre nos diversos ambientes do campus, a depender da disponibilidade de espaço e da natureza da demanda.

- A biblioteca do campus, embora funcional, apresenta necessidade de ampliação, especialmente diante da crescente demanda gerada pela oferta de novos cursos.
- O auditório não apresenta estruturas adequada para suas finalidades.
- A cozinha e refeitório são utilizado principalmente para almoço, com atendimento no café da manhã e janta. Há ainda 3 cantinas pelo Campus.
- Uma quadra poliesportiva coberta, equipada com traves para futsal e tabelas de basquetebol, ambas em boas condições de uso e manutenção, permitindo a realização regular de atividades pedagógicas, esportivas e recreativas. Além disso, está em fase de finalização a quadra aberta para vôlei de areia e beach tennis, que ampliará as opções de práticas esportivas ao ar livre, promovendo a diversificação das atividades físicas ofertadas à comunidade acadêmica.
- O campus dispõe de alguns espaços destinados ao lazer e à convivência da comunidade acadêmica. Entre eles, destacam-se: salão de jogos, localizado nas proximidades dos alojamentos estudantis; academia ao ar livre, disponível para uso de estudantes e servidores; bancos e áreas de convivência distribuídos em diversos pontos do campus, como na área externa da Biblioteca, no Pavilhão de Zootecnia, no Pavilhão do Ensino Superior e no Pavilhão Pedagógico. Esses espaços contribuem para o bem-estar, o descanso e a socialização dos estudantes, proporcionando momentos de interação fora do ambiente de sala de aula.
- Dormitórios com as alas masculino e feminino separadas. Há ainda espaço de lavanderia para atender os internos;
- Sala de Arquivo;
- Outras áreas.

O campus conta ainda com vestiário masculinos e feminino, ambos com adaptações para pessoas com deficiência (PCD), localizados nas proximidades da quadra poliesportiva e dos alojamentos estudantis. Esses espaços são destinados à higiene pessoal dos discentes após atividades esportivas, aulas práticas e demais situações que demandem esse tipo de infraestrutura, contribuindo para o bem-estar e o conforto dos usuários. Ressalta-se ainda um horário destinado a higiene pessoal de todas turmas após a aula da disciplina Educação Física.

A rede elétrica disponibilizada é indicada pela gestão como adequada, e atende a toda demanda do Campus. A rede de água e esgoto da Embasa instalada em todas as áreas do Campus, e, em alguns Setores há coleta de água pluvial (em ampliação).

Quanto a obras relacionadas a novas estruturas, a gestão informa que nos últimos 3 anos foram entregues os seguintes equipamentos, todos prontos e em uso:

- Vestiário feminino, masculino e PCD.
- Arquivo permanente.
- Área para servidores terceirizados de limpeza – sala de preposto, sanitário, copa, depósito de materiais.
- Equideocultura.
- Área tipo “praça” em frente à biblioteca com bancos e tomadas para carregar celular.
- Meliponário.
- Pavilhão de Informática.
- Alojamento masculino para PCD (acessibilidade) – Pronto e em uso.
- Copa e dormitório de motoristas no Setor de Transporte.

Em relação a construção paralisadas, se observou as estruturas iniciais referente a um ginásio de esportes não concluído.

Todas estas instalações foram acessadas sem restrições e os servidores responsáveis acompanharam a equipe da AUDIN.

As recomendações apresentadas foram avaliadas com o envolvimento dos gestores do Campus e total apoio institucional. Todas as áreas foram observadas durante os procedimentos de inspeção física e os resultados das observações e análises elaboradas pela auditoria seguem relatados a seguir. No que cabe a AUDIN, se reporta situações observáveis durante a inspeção física.

V.IV.III INSPEÇÃO FÍSICA DO CAMPUS

SALAS DE AULA

Segundo a gestão do Campus, atualmente a quantidade e o tamanho das salas disponíveis têm se mostrado adequada para atender de forma satisfatória às demandas das atividades previstas. Das 32 salas de aula disponíveis, todas são operacionais, estando distribuídas por pavilhões, de acordo com os cursos, da seguinte forma:

- 10 salas no Pavilhão do Ensino Superior;
- 03 salas no Pavilhão de Informática;
- 07 salas no Pavilhão de Agropecuária;
- 06 salas no Pavilhão de Zootecnia;
- 06 salas no Pavilhão de Alimentos.

Durante a inspeção física a AUDIN observou que as salas, em geral, estavam em bom estado de conservação, aclimatadas (com ar-condicionado), com projetor instalados e algumas com armários para os alunos guardarem seus pertences (foto 03 e 04). Ademais, em conversa com representantes do grêmio estudantil não foram apontados problemas relevantes relacionados. Os mesmos consideram as cadeiras adequadas, indicam que o ar geralmente e os equipamentos de recursos visuais (projetores) funcionam, ainda que alguns modelos sejam antigos.

Se observa que a estrutura física é distribuída em pavilhões localizados em área de topografia acentuada, caracterizada por subidas e descidas entre os blocos. Essa condição impacta diretamente no deslocamento dos estudantes, que necessitam percorrer distâncias consideráveis para acessar áreas como a biblioteca, refeitório, administrativas e demais estruturas de apoio. Ademais, frequentemente os alunos precisam se deslocar para laboratórios situados em pavilhões distintos daquele em que ocorrem as aulas regulares, o que demanda tempo adicional e afeta a dinâmica das atividades acadêmicas.



LABORATÓRIOS

Os laboratórios atualmente instalados no campus atendem, em sua maioria, às necessidades básicas previstas nos PPC. No que se refere a equipamentos e insumos, o atendimento é realizado com base nas demandas registradas pelos coordenadores, sendo as solicitações priorizadas de acordo com a ordem de envio e a disponibilidade orçamentária institucional. Nos casos em que se identificam deficiências ou insuficiências de materiais e/ou equipamentos, o campus tem adotado alternativas como o remanejamento interno de recursos, a solicitação de apoio institucional junto à Reitoria e a otimização do uso compartilhado dos espaços laboratoriais, de modo a garantir a continuidade e a qualidade das atividades práticas.

Os espaços laboratoriais são utilizados prioritariamente pelos cursos Técnicos em Alimentos, Técnico em Agropecuária, e Curso Técnico em Zootecnia, sendo também disponibilizados para atividades de cursos FIC e para ações de extensão direcionadas às comunidades local e regional.

No que se refere à produção de alimentos, ressalta-se que a utilização dos laboratórios possui caráter estritamente didático, não havendo produção destinada ao consumo ou à comercialização pelo campus. O campus não dispõe de área específica destinada à agroindústria. Contudo, o Pavilhão do curso Técnico em Alimentos conta com laboratórios especializados nas áreas de Tecnologia de Leite, Tecnologia de

Carnes, Tecnologia de Vegetais, Análise Sensorial e Microbiologia. Todos os laboratórios encontram-se em pleno funcionamento.

Durante a inspeção física realizada in loco foram percorridos todos os espaços destinados a laboratórios. A AUDIN observa que estavam bem organizados e limpos, de uma forma geral, com uma diversidade de equipamentos em aparente boas condições de uso. Entretanto, se observou que o espaço identificado como “laboratório de Biologia” necessita de melhorias, com matérias espalhados e moveis necessitando de manutenção (Foto 05). Tal situação não apresenta uma incapacidade operacional do espaço e, segundo a gestão do Campus, há intenção de se repensar o ambiente para adequação e/ou novas destinações.

A gestão informa que não há controles internos formais para o registro de utilização dos laboratórios, inclusive quanto a experimentos em desenvolvimento, aulas práticas planejadas, e demais usos, as atividades executadas, materiais e equipamentos utilizados, resultados alcançados, e demais informações que permitam uma gestão estratégica dos laboratórios, dentro das limitações que o Campus oferece.

Quadro 07: Laboratórios

Foto 05: Laboratório - Vista Geral



Foto 06: Laboratório – vista geral



Foto 07: Laboratório - Vista Geral



Foto 08: Equipamentos

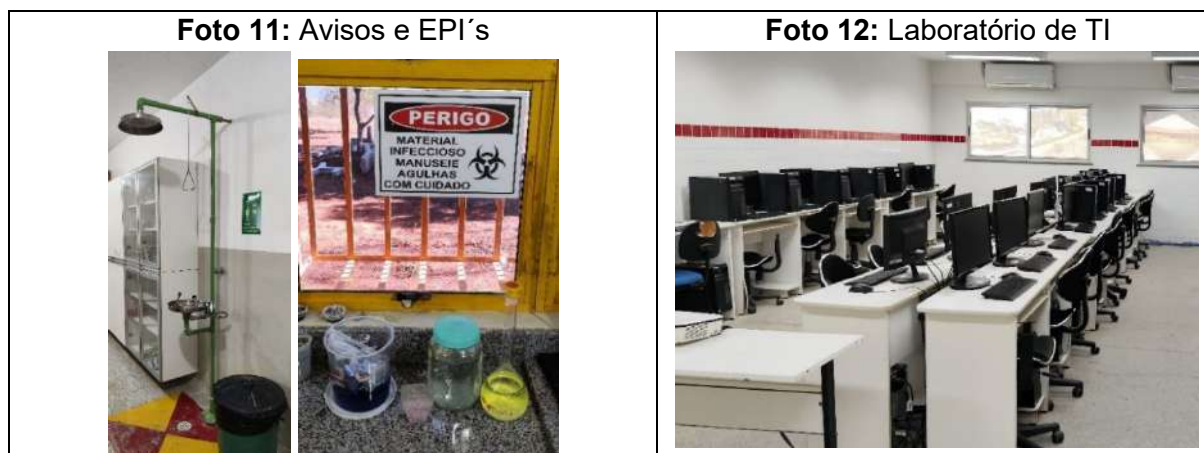


Foto 09: vidraçaria e insumos



Foto 10: Laboratórios – Identificação





UNIDADES EDUCATIVAS DE CAMPO

As Unidades Educativas de Campo são espaços destinados à realização de aulas práticas e atividades pedagógicas, com o objetivo de apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão. Esses ambientes constituem salas de aula contextualizadas às especificidades dos cursos ofertados pelo Campus.

A gestão informou que o Campus possui as seguintes áreas de campo: horta; culturas temporárias (milho); culturas permanentes (em implantação); viveiro de mudas; Sistema Agroflorestal (SAF); Sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS); campo agrostológico; capineiras; pastagens; palma forrageira; compostagem; minhocultura; meliponicultura; suinocultura; bovinocultura; galinhas de postura; frangos de corte; coturnicultura; cunicultura; equinocultura; caprinocultura; ovinocultura; mecanização agrícola (em implantação); apicultura; piscicultura; e aves exóticas (peru, ema e pato).

Durante a visita, foram observadas áreas de plantio com diferentes cultivos, utilizados nas aulas práticas, em projetos de pesquisa e em outras atividades formativas. Não se identificaram extensas áreas cultivadas nem grande variedade de espécies, sendo os plantios mantidos em escala didática. Parte da produção é destinada à alimentação animal e ao refeitório do Campus.

As áreas visitadas estavam identificadas, contudo, observou-se ausência de informações complementares nas sinalizações, como o tipo de planta cultivada, a existência de pesquisas associadas ou a finalidade específica de cada área, o que poderia facilitar a compreensão dos visitantes e fortalecer o caráter educativo dos espaços. Ressalta-se, entretanto, que os responsáveis técnicos demonstraram amplo domínio das atividades desenvolvidas nas UEC. Verificou-se ainda a necessidade de um espaço de apoio centralizado para os servidores e colaboradores que atuam nessas unidades. Segundo informado pela gestão, essa demanda está sendo atendida por meio da construção do “Setor de Agricultura I”, que contará com área para pré-limpeza e limpeza de hortaliças, espaço aberto para aulas, vestiário, além de depósito para insumos e ferramentas. Durante a inspeção, constatou-se que a obra se encontra em andamento, com a maior parte da estrutura física já concluída.

Os insumos agrícolas são armazenados nos depósitos (Foto 21 e 22) anexos às Unidades Educativas, enquanto a ração animal é estocada no módulo de fábrica de ração e o feno em um dos cômodos desativados do antigo abatedouro (Foto 22).

Embora essas estruturas não tenham sido originalmente projetadas para armazenamento desses produtos, a gestão informou que as adequações realizadas permitem o atendimento satisfatório das finalidades.

Em relação à criação animal, a gestão informou a seguinte quantidade e diversidade de espécies:

- Caprinocultura: 32 (cabras e bodes);
- Ovinocultura: 5 (carneiros e ovelhas);
- Equinocultura: 2 (éguas);
- Suinocultura: 8 (porcos);
- Bovinocultura: 14 (bois e vacas);
- Cunicultura: 38 (coelhos);
- Coturnicultura: 38 (codornas);
- Galinhas de postura: 39;
- Frangos de corte: 100;
- Aves exóticas: 13 perus, 23 patos e 5 emas;
- Meliponicultura: 29 enxames (com possibilidade de ampliação);
- Apicultura: 12 enxames (com possibilidade de ampliação);
- Piscicultura: sem animais, com implantação prevista de um lote de 200 peixes no segundo semestre de 2025.

Durante a inspeção, todos os espaços destinados à criação animal encontravam-se limpos, organizados e adequados aos propósitos a que se destinam, não sendo identificadas deficiências estruturais ou de manutenção. Observou-se, contudo, que o antigo abatedouro vem sendo utilizado como depósito de materiais de patrimônio, muitos dos quais aparentam estado de deterioração e obsolescência, embora alguns itens ainda possam ser reaproveitados. Cabe à gestão do Campus avaliar a viabilidade de uso desses materiais e, se necessário, encaminhar a situação à PROPLAN para análise técnica e orientações quanto à destinação adequada.





Quadro 08: Áreas de plantio	
<p>Foto 13: Equipamentos agrícolas</p> 	<p>Foto 14: Unidade produtiva - estufa</p> 
<p>Foto 15: Irrigação</p> 	<p>Foto 16: Curral</p> 

Foto 17: Caprinos**Foto 18: Aves****Foto 19: Armazenamento de equipamentos****Foto 20: Itens sem uso****Foto 21: Itens armazenados - ração****Foto 22: Itens armazenados - ração**

SALA DOS PROFESSORES/ GABINETES

A sala dos professores é o ambiente destinado aos docentes para o preparo das aulas, estudos, atendimento aos alunos e demais atividades extraclasse. O campus dispõe de quatro salas de uso coletivo para atividades docentes, como planejamento de aulas, organização de materiais e atendimentos aos alunos (Fotos 23 e 24).

Não há gabinetes individuais, e os atendimentos são realizados presencialmente mediante agendamento, a depender da disponibilidade de espaço e da natureza da demanda. A AUDIN destaca que os espaços individuais para os docentes é uma boa prática. Além de exercerem suas atividades extraclasse, que muitas vezes exigem sigilo e concentração, como elaboração de provas e produção de materiais didáticos,

é o ponto de atendimento a alunos. Recomenda-se a criação de gabinetes ou salas individuais para garantir condições adequadas de trabalho docente.



COZINHA, REFEITÓRIO E CANTINA

Durante a visita in loco, observou-se que o Campus dispõe de cozinha com porte industrial leve (Foto 26), onde são produzidas todas as refeições servidas à comunidade acadêmica. O processo de produção é gerido diretamente pelo próprio Campus.

O setor conta com equipamentos essenciais (fogões, panelas, utensílios e refrigeradores), em sua maioria em bom estado de conservação (Foto 25 a 30). Contudo, alguns equipamentos indicam necessidade de manutenção preventiva e corretiva, o que pode impactar a segurança operacional e a continuidade das atividades.

Verificou-se que o armazenamento do gás de cozinha é realizado em área externa isolada e protegida, atendendo a critérios básicos de segurança. O armazenamento do lixo ocorre em local próprio até o recolhimento (Foto 32). Os ambientes da cozinha e refeitório encontravam-se organizados e higienizados, sem odores ou indícios de armazenamento inadequado.

No que se refere ao refeitório (Foto 25), são servidas diariamente, em média, 110 refeições no café da manhã, 550 no almoço e 190 no jantar, com redução nos finais de semana. O espaço físico, contudo, não comporta adequadamente a demanda, especialmente no almoço, quando há apenas 180 assentos disponíveis para um volume elevado de usuários. A equipe gestora informou também a escassez de utensílios e a ausência de climatização, o que afeta o conforto.

O campus destaca que, embora produza parte dos insumos utilizados nas refeições (hortaliças e leite), persistem dificuldades com fornecedores externos, que frequentemente não cumprem prazos ou quantidades contratadas, além de um déficit de colaboradores terceirizados, o que limita a capacidade de atendimento, especialmente em eventos institucionais.

A cantina (Foto 31) está distribuída em três pontos do Campus, permitindo o atendimento descentralizado aos alunos. Contudo, em reunião com representantes

estudantis, foi apontada insatisfação quanto à variedade e qualidade dos alimentos ofertados em determinados horários, o que indica oportunidades de melhoria nos serviços de apoio alimentar.

Após os trabalhos em campo dá AUDIN, a gestão informa que foi instaurado processo para aplicação de sanção decorrente de Irregularidades na execução do Contrato de Concessão da Cantina (Processo 23332.250072.2026-97) e há um novo processo em andamento para realização de nova contratação (Processo 23332.250229.2026-84).

Quadro 10: Cozinha, refeitório e cantina

Foto 25: Refeitório



Foto 26: Cozinha



Foto 27: Fogão



Foto 28: Armazenamento



Foto 29: câmara fria**Foto 30: Louças****Foto 31: Cantinas****Foto 32: Lixo cozinha**

APOIO AO DISCENTE E RECURSOS MULTIFUNCIONAL

A gestão do Campus indica que dispõe de diversos equipamentos, tais como: máquina de escrever braile, impressora 3D, scanner de voz com JAWS, jogos diversos (libras, braile e memória); torre de Hanói; Torre de Londres; impressora colorida; Sorobans; Regletes com Punções e globos terrestres táteis. Entretanto, não há uma sala própria para recursos multifuncionais.

A gestão indica que há professor de AEE; tradutor e intérprete de Libras; revisor de textos Braile e cuidadores. Entretanto as demandas do Campus indicam a necessidade de outro profissional de AEE e um psicopedagogo. Em entrevista aos representantes estudantis do Campus, foi relatada a importância do psicólogo e que o mesmo seja ativo. Mesmo com essas limitações o setor indica funcionar à contento,

mas com sobrecarga dos servidores. Ainda segundo a gestão, esse fato extrapola a realidade da CAE, embora este seja um dos setores consideravelmente vulnerável.

Ademais, se observou que o Campus possui sala de enfermagem, para atendimentos pontuais (em casos mais graves se encaminha aos postos de saúde e hospitais da região, conforma a situação) e uma sala para odontologia, ambas operantes. Os espaços estavam em boas condições e foi relatado que atendem as necessidades básicas.

A AUDIN reconhece o esforço do Campus em manter equipamentos e profissionais dedicados à inclusão e acessibilidade educacional, mesmo diante de restrições de pessoal e estrutura física. Entretanto, a ausência de sala de recursos multifuncionais e o déficit de profissionais de apoio configuram pontos críticos que requerem atenção da gestão, pois impactam diretamente a efetividade das políticas institucionais de inclusão e assistência estudantil.

A AUDIN ressalta que o fortalecimento desses serviços é essencial para a promoção da equidade, permanência e sucesso escolar dos estudantes com deficiência ou em situação de vulnerabilidade, alinhando-se às diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão e às políticas de educação inclusiva da Rede Federal.



Biblioteca

A biblioteca do Campus possui estrutura funcional e organizada, com área de leitura, espaços de estudo individual e coletivo, acesso à internet e rede Wi-Fi disponível aos discentes. O acervo encontra-se armazenado de forma adequada, em ambiente refrigerado, seco e ventilado, observando boas práticas de conservação.

Quanto ao acervo, se observou que o espaço físico da biblioteca é reduzido em relação ao número de cursos e estudantes atendidos, o que limita a ampliação do acervo e o conforto dos usuários. Observou-se, ainda, que o ambiente ao redor da biblioteca, por estar próximo ao auditório e a uma área aberta ampla, tem sido utilizado de forma informal pelos discentes como local de convivência, descanso e lazer,

especialmente devido à carência de espaços próprios destinados ao acolhimento estudantil. Ademais, pelo Campus estar em um terreno montanhoso e a biblioteca se localizar na parte mais alta, o acesso para estudantes de pavilhões mais baixos se torna cansativo e demorado, desestimulando o uso da biblioteca para consultas rápidas.

A gestão reconhece essa limitação e aponta a necessidade de avaliação estrutural e funcional, a fim de dimensionar adequadamente o espaço da biblioteca e identificar alternativas para criação de áreas de convivência estudantil. Informam que o acervo não tem a quantidade suficiente de alguns títulos que venham a contemplar todos os componentes curriculares e que deva atender os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), assegurando a vinculação das bibliografias básicas e complementares. Entretanto, ações como o trabalho conjunto e regular entre biblioteca e os professores, buscam assegurar um acervo atualizado e relevante para o público atendido.

Observa-se que, embora o ambiente atenda essencialmente as demandas em curso, há necessidade de se buscar um espaço que promova melhorias e bem-estar a comunidade acadêmica. Indicam que uma expansão física seria importante para acomodar mais mobiliário, materiais bibliográficos, além da ampliação das salas de estudos e auditório. A gestão ressalta que o espaço necessita de: sanitário para os servidores e funcionários anexo a sala do acervo; uma copa mais ampla; um espaço de convivência para os discentes com cobertura e atividades que desenvolvam a socialização, entre outras intervenções.

A AUDIN reconhece o esforço do Campus em manter a biblioteca organizada, conservada e acessível, conforme as boas práticas de gestão acadêmica. Todavia, as limitações de espaço físico, a localização em área de aclave e a ausência de locais adequados de convivência estudantil configuram fragilidades relevantes, que afetam a acessibilidade, o conforto e a funcionalidade do ambiente acadêmico.

Recomenda que a gestão avalie soluções de infraestrutura que aliem expansão e acessibilidade, considerando a topografia montanhosa e a extensão territorial do Campus, de modo a garantir condições equitativas de acesso aos recursos bibliográficos e tecnológicos a todos os discentes. O aprimoramento desses aspectos contribuirá para a melhoria do desempenho acadêmico, do bem-estar estudantil e da permanência com êxito, em consonância com as diretrizes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.



• ÁREAS PARA ATIVIDADES FÍSICAS E PRÁTICAS ESPORTIVAS

Durante a visita in loco, observou-se que o Campus possui um ginásio de esportes coberto, dotado de quadra poliesportiva em bom estado de conservação, utilizada para práticas de futsal, handebol, basquetebol, voleibol, entre outras atividades (Foto 37).

A cobertura do ginásio permite a realização de atividades esportivas durante períodos chuvosos e oferece proteção solar aos usuários em dias de forte calor, frequentes na região. Nas imediações do ginásio há uma academia ao ar livre, com equipamentos em boas condições de uso (Foto 40).

Próximo ao ginásio, verificou-se a existência de vestiários amplos e bem conservados, equipados com chuveiros destinados à higiene dos discentes após as atividades esportivas (Foto 39).

Constatou-se ainda a presença de uma quadra de vôlei de terra (Foto 41) instalada na área onde se encontra a estrutura inacabada de um ginásio de esportes, cuja obra está paralisada. O local apresenta ferragens expostas, arquibancadas semiacabadas e ausência de isolamento físico (foto 42), fatores que representam riscos à integridade física dos usuários e à segurança das atividades realizadas no entorno.

A AUDIN ressalta que, embora o Campus disponha de boas estruturas esportivas em uso regular e conservadas, a existência de obra inacabada e sem isolamento adequado configura situação de risco físico e patrimonial que deve ser tratada com prioridade. Destaca a importância de ações imediatas de mitigação, como o isolamento da área e a sinalização de perigo, além da avaliação técnica da estrutura paralisada para orientar a tomada de decisão sobre sua destinação.

Salienta-se ainda que o monitoramento contínuo das áreas de risco e o registro das medidas adotadas contribuem para o fortalecimento da gestão da infraestrutura e para a prevenção de passivos administrativos e judiciais decorrentes de possíveis incidentes.

Quadro 13: Ginásio de esportes**Foto 37: Ginásio****Foto 38: Banheiros ginásio****Foto 39: Vestiário ginásio****Foto 40: Academia aberta****Foto 41: Quadra de vôlei de praia****Foto 42: Ginásio inacabado****TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DATA CENTER**

O setor de Tecnologia da Informação (TI) do Campus dispõe de sala própria em tamanho adequado, equipada com link dedicado de 1 Gb, considerado consistente e suficiente para a demanda atual. Contudo, observou-se ausência de link redundante, o que representa vulnerabilidade na continuidade dos serviços administrativos e acadêmicos em caso de falha de conexão principal.

A rede wi-fi do Campus é composta por 17 access points, número considerado insuficiente para cobrir integralmente os espaços internos e externos. Conforme relato

da equipe de TI, seria necessário aproximadamente o dobro de pontos de acesso para atingir cerca de 90% de cobertura da área total.

Verificou-se que no data center está instalado em ambiente climatizado e de dimensionamento razoável, embora apresente ausência de piso elevado, fios e cabos desorganizados e expostos (Foto 43 a 45), e inexistência de equipamentos adequados de prevenção e combate a incêndios.

Foi identificado ainda que o ambiente é utilizado para armazenar equipamentos de informática aguardando manutenção ou definição de destinação (Foto 46 a 48). A AUDIN também constatou existência de equipamentos em desuso ou obsoletos em outras áreas do Campus. Segundo a equipe de TI, esses itens aguardam providências para manutenção, substituição ou baixa patrimonial, conforme o caso.

A AUDIN reconhece os esforços do Campus em manter um ambiente de TI funcional, com link dedicado estável e sala específica para o setor. Entretanto, as vulnerabilidades identificadas — especialmente a ausência de link redundante, deficiência na cobertura wi-fi e inadequações físicas do data center — representam riscos relevantes à continuidade e à segurança das operações. Entretanto, diante do observado, reforça a necessidade de planejamento estratégico e orçamentário para ampliação e modernização da infraestrutura de TI, em alinhamento com as boas práticas de governança digital e com as diretrizes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do IF Baiano.

Além disso, recomenda-se tratamento prioritário à regularização e destinação dos equipamentos de informática obsoletos, garantindo conformidade com os procedimentos de gestão patrimonial e sustentabilidade ambiental. Ressalta que, no caso de descarte, os bens devem ser submetidos aos procedimentos de baixa patrimonial e destinação final previstos nas normas internas do IF Baiano e na legislação específica sobre resíduos eletrônicos. Sugere-se o envolvimento de uma comissão próprio para descarte, bem como o envolvimento da PROPLAN, no que for pertinente.

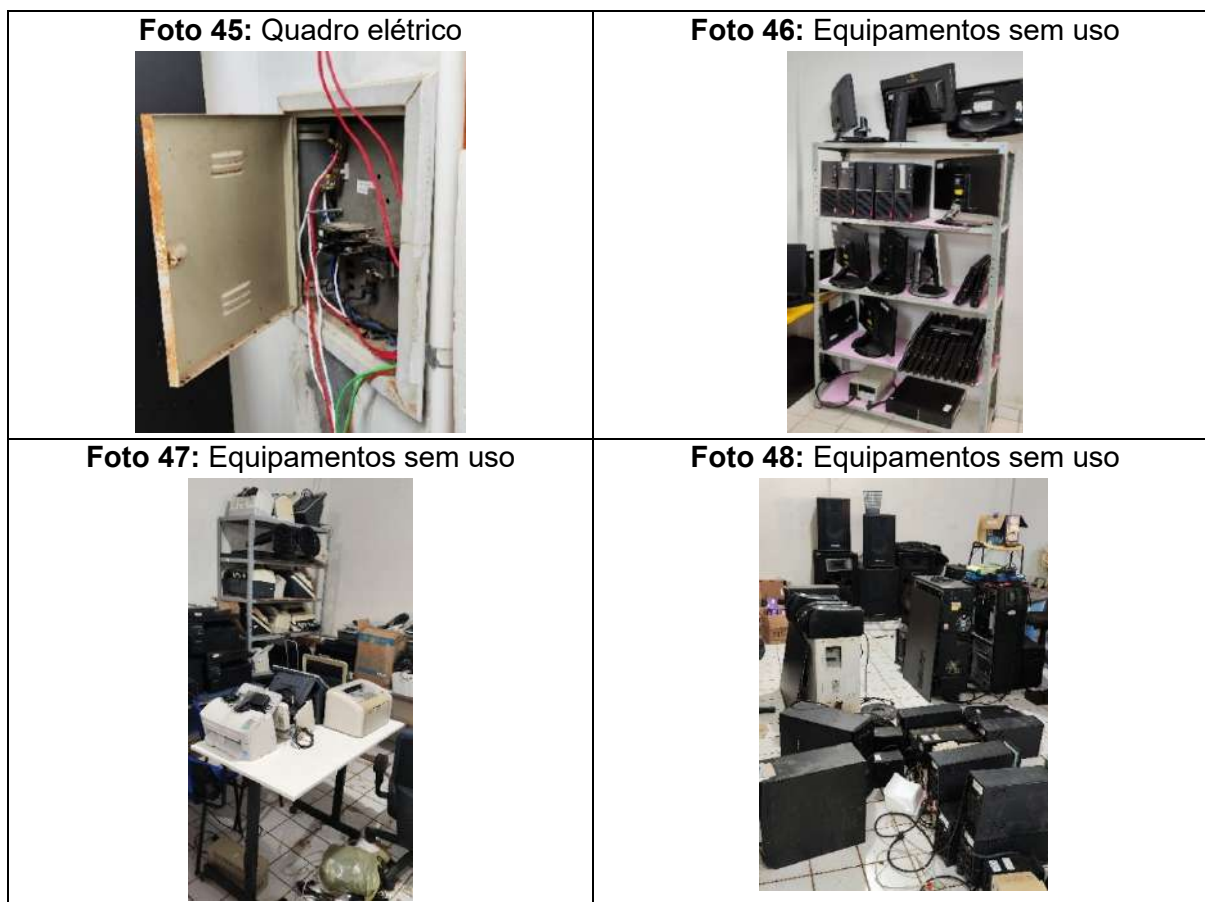
Quadro 14: Data-Center/ TI

Foto 43: Data center



Foto 44: climatização





ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

O espaço destinado ao almoxarifado é amplo, bem iluminado e ventilado (Foto 49). Durante a visita *in loco*, observou-se que bens patrimoniais e materiais de consumo encontram-se armazenados no mesmo ambiente, sem segregação física adequada, até que suas destinações sejam definidas. Foi verificada ainda a presença de materiais e equipamentos de construção civil (Foto 49), como cimento, carrinho de mão e telhas de PVC, utilizados em obras e manutenções em andamento, armazenados juntamente aos demais itens do almoxarifado.

O setor não dispõe de um sistema de identificação e endereçamento interno, dificultando a localização rápida e precisa dos itens armazenados. Constatou-se carência de CI formalizados, especialmente quando: ao registro das requisições e saídas de materiais; à movimentação e baixa de itens; ao controle de estoque físico e contábil; e à organização e padronização dos procedimentos operacionais.

A AUDIN reconhece que o almoxarifado apresenta boas condições físicas e organização inicial do espaço. Contudo, a ausência de CI formalizados, de segregação entre bens patrimoniais e materiais de consumo e de sistema de identificação eficiente constitui fragilidade significativa na gestão de materiais. Essas deficiências podem impactar a confiabilidade das informações de estoque, a

segurança patrimonial e a transparência das movimentações internas, o que requer ação imediata de aprimoramento dos controles administrativos. A AUDIN recomenda que o Campus priorize a implantação de controles e rotinas padronizadas, observando a legislação federal e as orientações da PROPLAN, de modo a assegurar a integridade, rastreabilidade e eficiência na gestão dos materiais e bens sob sua responsabilidade.

Ver:

- Lei nº 4.320/1964, art. 98 – que estabelece normas gerais de controle e administração do patrimônio e dos materiais públicos.
- Decreto nº 93.872/1986, art. 49 – que dispõe sobre o controle de materiais de consumo e permanente.
- Instrução Normativa SEGES/MP nº 205/2019 – que estabelece diretrizes para gestão de almoxarifado e patrimônio na administração pública federal.
- Manual de Gestão de Materiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (SETEC/MEC) – boas práticas de controle e armazenamento.

Quadro 15: Almoxarifado e patrimônio

Foto 49: Almoxarifado



Foto 50: Almoxarifado



Foto 51: Almoxarifado



Foto 52: Almoxarifado



• ARQUIVO PERMANENTE

A área destinada ao arquivo permanente do Campus, recentemente adaptada de outros usos, apresenta espaço amplo, com prateleiras, gaveteiros e estantes contendo documentos arquivados em pastas de papelão ou plásticas (Foto 55).

Durante a visita in loco, a AUDIN constatou uma grande quantidade de pastas e papéis espalhados pelo chão e sobre mesas, em estado de desorganização e/ou deterioração física (Foto 56). Verificou-se que não há registro formal ou sistema de controle do acervo documental existente, o que dificulta a localização e a recuperação de documentos específicos, uma vez que não há identificação quanto ao conteúdo, período, localização física das pastas ou demais informações essenciais à gestão documental. Foram identificados documentos com mais de 25 anos de existência (Foto 55), anteriores à criação do IF Baiano, relacionados a diários escolares, prestações de contas e outros registros administrativos, que, em princípio, não se enquadram na categoria de guarda permanente.

A AUDIN reconhece o esforço do Campus em disponibilizar espaço físico adequado para o arquivo permanente, mas ressalta que a ausência de controles documentais e de classificação sistemática do acervo representa fragilidade relevante nos controles internos administrativos.

A situação observada evidencia a necessidade de fortalecimento da política de gestão documental no âmbito do Campus e da Reitoria, em alinhamento às diretrizes do CONARQ e da legislação arquivista federal, no que rege o tema. A AUDIN reforça que a implantação de práticas regulares de gestão documental — incluindo inventário, triagem, descarte, digitalização e preservação — é essencial para assegurar a rastreabilidade das informações, a eficiência administrativa e a conformidade com os princípios da transparência e da responsabilidade institucional.

Quadro 15: Arquivo permanente

<p>Foto 53: Arquivo permanente</p> 	<p>Foto 54: Arquivo permanente</p> 
<p>Foto 55: Arquivo permanente</p> 	<p>Foto 56: Arquivo permanente</p> 

• OUTRAS ÁREAS E SITUAÇÕES OBSERVADAS

ACESSIBILIDADE E VIAS DE ACESSO AS ÁREAS DO CAMPUS

A acessibilidade em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia visa assegurar que todos os usuários — estudantes, servidores e visitantes — tenham igualdade de acesso aos espaços, atividades e oportunidades de aprendizado, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais.

Durante a visita in loco, foram observados diversos banheiros adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Foto 57), além de rampas de acesso interligando os setores Administrativo, Pedagógico e o Pavilhão de Agropecuária, o que possibilita o deslocamento entre esses prédios (Foto 59). Entretanto, verificou-se que há espaços sem sinalização tátil em braile, indicações de direção nos corredores ou outros recursos de comunicação acessível que auxiliem pessoas com deficiência visual na identificação e deslocamento pelos ambientes. As adaptações existentes se restringem a algumas áreas dos prédios acadêmico e administrativo, não havendo rota acessível que interligue o ginásio e as áreas de campo (Fotos 60 a 62). Constatou-se, adicionalmente, a existência de barras de apoio em banheiros (Foto 57) e identificações de salas em Libras e Braile, porém de forma pontual (Foto 58).

Ademais, o campus se encontra instalado em terreno montanhoso, com pavilhões pedagógicos e administrativos espalhados por uma área extensa, o que exige longos deslocamentos em aclives e declives acentuados para acessar refeitório, pavilhões de aula, áreas de campo, guarita e demais espaços. Essa situação afeta todos os frequentadores do campus, inclusive terceirizados e docentes, mas se agrava para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A AUDIN observa ainda que não existem calçadas ou caminhos bem definidos entre os blocos, nem sistema de transporte interno que facilite a locomoção. Em diversos trechos, os discentes transitam pela pista, dividindo o espaço com os veículos que circulam no campus, representando risco à integridade física dos pedestres.

Recomenda-se a gestão avaliar as situações apontadas, desenvolvendo caminhos bem definidos entre os principais blocos administrativos e pedagógicos, se atentando as questões de segurança, conforto (ex.: pontos de descanso nos trechos mais inclinados ou distantes), entre outros pontos de atenção, bem como a acessibilidade.

Ver:

- Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), art. 53, que assegura às instituições de ensino acessibilidade arquitetônica e comunicacional.
- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

Quadro 16: Acessibilidade

Foto 57: Identificação banheiros adaptados



Foto 58: Identificações em libras



Foto 59: Piso tátil e ladeira com barra



Foto 60: Ausência acessibilidade - UEC



Foto 61: Pistas de acesso internas



Foto 62: Pistas de acesso internas



SUSTENTABILIDADE

Durante a inspeção *in loco*, foi constatada a existência de algumas lixeiras com indicação de separação por tipo de material (Foto 63 e 64); entretanto, observou-se que grande parte das lixeiras disponíveis não apresenta distinção quanto ao tipo de resíduo a ser descartado. Verificou-se, ainda, a inexistência de uma área específica para o armazenamento e separação do lixo comum e reciclável, sendo o material acumulado de forma indistinta até a coleta pública. Ressalta-se também a inexistência de pontos de coleta específicos para resíduos eletrônicos, como pilhas, baterias e equipamentos de informática obsoletos.

A ausência de estrutura adequada para a segregação e destinação correta dos resíduos sólidos impacta negativamente o desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade e de consciência ambiental entre os usuários do Campus. Embora a

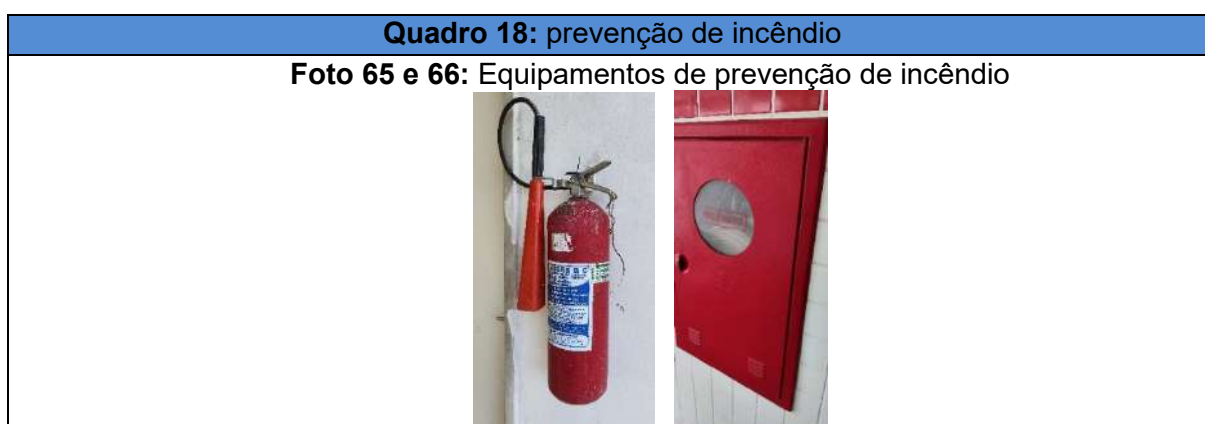
destinação final de resíduos recicláveis dependa, em parte, de políticas públicas municipais e de associações de catadores, observa-se uma oportunidade para o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados à gestão ambiental, em articulação com a comunidade local.



SEGURANÇA E PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO

Embora já existam equipamentos de segurança contra incêndio, como hidrantes e extintores instalados em algumas áreas dos prédios pedagógico e administrativo (Foto 65 e 66), é necessário realizar um levantamento detalhado das intervenções pendentes para assegurar a plena conformidade com as normas de prevenção e combate a incêndios exigíveis. O Corpo de Bombeiros e demais órgãos competentes podem ser envolvidos para orientar, avaliar e certificar as adequações necessárias, garantindo a segurança das instalações e da comunidade acadêmica.

As questões de combate e prevenção contra incêndio pedem uma avaliação com profissionais competentes para o levantar os riscos de incêndio em cada ambiente e estabelecer quais os equipamentos estão ausentes, bem como estabelecer procedimentos de evacuação e demais assuntos relacionados ao tema.



ÁREAS DE CONVIVÊNCIA E ALOJAMENTO

O Campus informa que dispõe de alguns espaços e equipamentos destinados ao lazer e convivência dos discentes, como mesa de jogos próxima aos alojamentos

(Foto 68), academia ao ar livre (conforme descrito no item “Áreas para atividades físicas e práticas esportivas”) e bancos distribuídos nas áreas da Biblioteca, Pavilhão de Zootecnia, Pavilhão do Superior e Pavilhão Pedagógico (Foto 67). Contudo, não há um espaço próprio destinado a centro de convivência estudantil ou área de socialização estruturada. Os locais atualmente utilizados para esse fim consistem em áreas externas de alguns pavilhões com mesas e bancos, sem cobertura, o que restringe o uso em períodos de sol intenso ou chuva e compromete o conforto e a frequência dos discentes nesses ambientes.

Também não há mesas ou equipamentos específicos para atividades recreativas e de lazer educativo, como tabuleiros de jogos (xadrez, dama) ou espaços de convivência que incentivem o desenvolvimento intelectual e social.

Durante a visita, constatou-se que o Campus possui alojamentos estudantis (foto 69), divididos em dois pavilhões — um masculino e outro feminino — ambos organizados e bem conservados, com banheiros adaptados para pessoas com deficiência (PCD).

Observou-se ainda a utilização de áreas como a biblioteca para descanso, o que dificulta o adequado uso desses espaços. A gestão deve avaliar soluções para aproveitamento dos espaços do Campus para o descanso e a instalação de equipamentos que possam ser usados para desenvolver a socialização entre os alunos. O envolvimento do grêmio estudantil é fundamental para dialogar entre as necessidades dos discentes relacionadas ao tema e as capacidades operacionais e orçamentárias do Campus, criando soluções viáveis e auxiliando o processo de comunicação aos discentes.

Ver:

- Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e orienta a oferta de condições adequadas de permanência estudantil.
- Portaria MEC nº 389/2013, que dispõe sobre diretrizes para infraestrutura e ambientes de uso coletivo nos Institutos Federais.
- Resolução CONIF nº 04/2018, que define parâmetros de qualidade e infraestrutura mínima para ambientes pedagógicos e de apoio estudantil.
- Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – Decreto nº 7.234/2010, que visa garantir condições de acesso e permanência dos estudantes na educação federal.

Quadro 18: Espaço de convivência e alojamento

Foto 67 e 68: Área de convivência



Foto 68: Alojamento



V.IV.III RECOMENDAÇÕES

Foram identificadas situações que afetam ou oferecem riscos à operacionalidade do Campus. Estas questões oferecem dificuldades operacionais do campus e dos cursos ofertados, podendo impossibilitar que se ministre parte do conteúdo programado para certo componente curricular, além dos riscos à operacionalidade do *Campus*.

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 08	
Descrição sumária	Insuficiências de controles internos para gestão dos laboratórios
Evidências	Inspeção física do Campus e Solicitação de Auditoria.
Informação extraída das evidências	Durante a visita aos laboratórios do Campus Santo Inês, verificou-se que não existem controles internos formais para o registro de utilização dos espaços, materiais empregados e demais informações técnicas relacionadas às atividades desenvolvidas.
Possíveis causas	Ausência de procedimentos ou instrumentos padronizados para acompanhamento da utilização e gestão dos laboratórios.
Possíveis efeitos	A falta de controles compromete a efetividade da gestão acadêmica e administrativa dos laboratórios, podendo impactar na qualidade das atividades práticas oferecidas aos estudantes e na otimização dos recursos institucionais. Riscos relacionados a: dificuldade no planejamento e reposição de materiais e insumos; limitações para avaliar a demanda real de uso dos laboratórios; fragilidades na gestão e manutenção da infraestrutura; prejuízo à criação de dinâmicas pedagógicas que aproveitem melhor os espaços disponíveis
Recomendações	Recomenda-se que o campus elabore controles internos para a gestão dos laboratórios que permitam um adequado planejamento relacionado ao uso dos espaços, insumos utilizados, e demais informações estratégicas.
Manifestação da gestão	Após a verificação de insuficiências metodológicas e da ausência ou indisponibilidade de procedimentos formalizados em alguns laboratórios do IF Baiano campus Santa Inês, a Diretoria Acadêmica, em conjunto com a Coordenação de Ensino, promoveu reunião institucional com os

	<p>responsáveis pelos laboratórios didáticos da instituição.</p> <p>A reunião teve como finalidade tratar das demandas relacionadas às atividades laboratoriais e proceder à análise e avaliação do Regimento Geral de Laboratórios do Campus. Foram convocados todos os responsáveis pelos laboratórios, conforme registrado na ATA nº 202/2025 - CSI-CGE/CSI-DDE/CSI-DG/RET/IFBAIANO, referente à reunião de planejamento das ações voltadas à organização, controle e manutenção dos laboratórios do campus, realizada em 19 de dezembro de 2025.</p> <p>A iniciativa teve como objetivo fortalecer os mecanismos institucionais de organização, padronização e monitoramento das atividades laboratoriais, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, transparência, controle e governança. Registra-se, ainda, que o processo de melhoria e padronização dos procedimentos laboratoriais teve início em setembro de 2025, com a atualização das portarias de designação dos responsáveis pelos laboratórios do campus, assegurando maior clareza quanto às responsabilidades administrativas e operacionais.</p> <p>Essa ação integra um conjunto mais amplo de medidas destinadas ao fortalecimento da gestão institucional, da transparência administrativa e do controle das atividades acadêmicas vinculadas aos laboratórios.</p>
Anaálise da audin	A AUDIN reconhece os esforços da gestão em atender a recomendação eacompanha as ações indicadas até a institucionalização de procedimentos formalmente estabelecidos e que supram as deficiências de controle apontadas.
Benefícios esperados	Melhoras na gestão dos laboratórios. Nutrir a alta gestão de informações estratégicas quanto ao uso dos espaços, bem como as deficiências apresentadas, possibilitando a tomada de decisões estratégicas relacionadas.

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 09	
Descrição sumária	<p>As áreas de plantio são em pequena escala, servindo como amostras didáticas. Ainda que algumas apresentem identificação, não se identificam sem informações complementares como tipo de cultura, pesquisa associada ou finalidade do cultivo, o que limita a compreensão e o potencial educativo do espaço.</p> <p>Há necessidade de um espaço de apoio centralizado para os servidores que atuam nas UEC.</p> <p>O antigo abatedouro vem sendo utilizado como depósito de materiais patrimoniais, muitos deles em estado de deterioração ou obsolescência, sem avaliação formal sobre sua destinação.</p>
Evidências	Inspeção física do Campus e Solicitação de Auditoria.
Informação extraída das evidências	Durante a visita as áreas de campo, verificou-se que as áreas de plantio são utilizadas para aulas práticas e pesquisas, porém em pequena escala, servindo como amostras didáticas. As áreas estavam identificadas, contudo sem informações complementares (como tipo de cultura, pesquisa associada ou finalidade do cultivo), o que limita a

	<p>compreensão e o potencial educativo do espaço. Há necessidade de um espaço de apoio centralizado para os servidores que atuam nas UEC. Constatou-se que a obra do “Setor de Agricultura I” está em execução, com boa parte da estrutura física concluída;</p> <p>Os insumos agrícolas são armazenados em depósitos anexos, a ração em módulo próprio e o feno em cômodo do antigo abatedouro, o qual não foi originalmente projetado para essa finalidade, embora tenha recebido adequações. Os ambientes destinados à criação animal apresentavam boas condições de limpeza e organização. O antigo abatedouro vem sendo utilizado como depósito de materiais patrimoniais, muitos deles em estado de deterioração ou obsolescência, sem avaliação formal sobre sua destinação.</p>
Possíveis causas	Ausência de procedimentos padronizados de sinalização e controle informativo nas áreas produtivas; inexistência de espaço centralizado de apoio finalizado; e destinação provisória de estruturas físicas (como o antigo abatedouro) para fins de armazenamento.
Possíveis efeitos	Redução da potencialidade pedagógica e demonstrativa das Unidades Educativas de Campo; risco de uso inadequado ou descaracterização de espaços específicos; possível deterioração de bens patrimoniais e necessidade futura de baixa ou descarte de materiais que poderiam ser reaproveitados; fragilidade no controle e gestão integrada das atividades de campo.
Recomendações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementar sinalização informativa padronizada nas áreas das Unidades Educativas de Campo (UEC), contemplando, no mínimo, a identificação das culturas, a finalidade do cultivo, os responsáveis e a eventual vinculação a atividades de ensino, pesquisa ou extensão; 2. Concluir a estruturação e promover a entrada em funcionamento do Setor de Agricultura I, de modo a assegurar a disponibilização de espaço de apoio adequado aos servidores e colaboradores envolvidos nas atividades das UEC; 3. Proceder à reavaliação da destinação do antigo abatedouro, mediante a realização de levantamento dos bens patrimoniais ali armazenados, com posterior submissão à análise da PROPLAN quanto à viabilidade de reaproveitamento, desfazimento ou doação, em conformidade com a normativa vigente; 4. Instituir e formalizar procedimentos internos que assegurem o adequado controle, organização e gestão das áreas produtivas e dos insumos agrícolas, incluindo rotinas de registro, acompanhamento e responsabilização.
Manifestação da gestão	Registra-se que a ausência de indicações permanentes relacionadas a determinadas culturas decorre, em grande parte, das características produtivas adotadas nas áreas experimentais e didáticas do campus. Muitas das culturas trabalhadas possuem ciclo curto, sendo necessária a realização periódica de rotação de áreas, prática amplamente reconhecida na literatura agrônômica como fundamental para a

	<p>sustentabilidade e conservação do solo, além de contribuir para a redução da incidência de pragas e doenças.</p> <p>Nesse contexto, a dinâmica de uso das áreas produtivas atende não apenas aos princípios técnicos da produção agrícola, mas também aos princípios da eficiência e da boa governança administrativa, ao permitir melhor aproveitamento dos espaços produtivos e maior racionalização dos recursos institucionais.</p> <p>No que se refere à conclusão da estrutura anteriormente destinada ao setor de Agricultura I, esclarece-se que o espaço passará a atender de forma integrada às atividades desenvolvidas nos setores de Agricultura I, II e III, funcionando como estrutura de apoio comum. Tal decisão administrativa foi tomada com base em critérios de eficiência, economicidade e racionalização da gestão dos espaços institucionais, permitindo a maximização da infraestrutura existente e evitando investimentos desnecessários. Quanto à inauguração do referido espaço, informa-se que esta ocorrerá em 11/03/2026, conforme divulgado no folder oficial da Jornada Pedagógica.</p> <p>No que se refere à gestão das áreas produtivas e dos insumos agrícolas, destacase que as ações já desencadeadas pela gestão, em consonância com as orientações da AUDIN, apontam para um processo contínuo de aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas.</p> <p>Nesse sentido, a implantação de procedimentos metodológicos padronizados e a definição de indicadores quantitativos e qualitativos de acompanhamento contribuirão para o fortalecimento dos mecanismos de controle, transparência e governança institucional.</p>
Anaálise da audin	A AUDIN reconhece os esforços da gestão em atender a recomendação e acompanha as ações indicadas até a institucionalização de procedimentos formalmente estabelecidos e que supram as deficiências de controle apontadas.
Benefícios esperados	Melhoras na gestão das áreas de campo e fornecer a gestão informações estratégicas quanto ao uso dos espaços, bem como as deficiências apresentadas, possibilitando a tomada de decisões estratégicas relacionadas.

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 10	
Descrição sumária	O Campus não dispõe de espaços individuais destinados aos docentes.
Evidências	Inspeção física do Campus e Solicitação de Auditoria.
Informação extraída das evidências	Durante a visita in loco, constatou-se que o Campus não dispõe de espaços individuais destinados aos docentes para o desenvolvimento de atividades que demandam sigilo, concentração e ambiente reservado, como o atendimento a discentes, a elaboração de avaliações e a produção de materiais didáticos. Atualmente, as atividades docentes são realizadas em salas de uso coletivo, o que pode comprometer a

	<p>privacidade e a qualidade do trabalho acadêmico.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, estabelecendo que os Institutos Federais devem assegurar condições adequadas ao exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão. • Resolução nº 04/2018 – CONIF, que orienta sobre a infraestrutura mínima necessária ao funcionamento dos espaços pedagógicos nos Institutos Federais. • Portaria MEC nº 389/2013, que dispõe sobre diretrizes para adequação dos ambientes pedagógicos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
Possíveis causas	Ausência de planejamento ou de priorização na estrutura física para atendimento às necessidades específicas das atividades pedagógicas individuais.
Possíveis efeitos	A inexistência de ambientes individuais pode dificultar o atendimento personalizado aos alunos, reduzir a confidencialidade de informações acadêmicas e impactar a concentração necessária para a produção de materiais pedagógicos e avaliações, afetando a eficiência das atividades docentes.
Recomendações	A gestão do Campus avaliar a viabilidade de criação ou adequação de espaços individuais para uso dos docentes, de modo a proporcionar condições adequadas para o atendimento de alunos, a elaboração de provas e a produção de materiais didáticos, garantindo privacidade e concentração nas atividades.
Manifestação da gestão	A Gestão estará desenvolvendo ações para prover os espaços indicados.
Análise da AUDIN	A AUDIN reconhece os esforços da gestão em atender a recomendação e acompanha as ações indicadas.
Benefícios esperados	Garantia de atendimento as atividades docentes extraclasse e aos alunos.

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 11

Descrição sumária	Ausência de sala adaptada para Recursos Multifuncionais
Evidências	Inspeção física do Campus e Solicitação de Auditoria.
Informação extraída das evidências	O Campus dispõe de equipamentos e profissionais voltados à acessibilidade e assistência estudantil; contudo, não possui sala de recursos multifuncionais e apresenta déficit de profissionais especializados, especialmente psicopedagogo e profissionais adicionais de AEE, o que acarreta sobrecarga de servidores e limita a plena execução das ações de apoio aos estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas.
Possíveis causas	Inexistência de planejamento estruturado para ampliação dos serviços de acessibilidade e apoio multiprofissional. Limitação orçamentária e de pessoal para provimento de cargos e funções


	<p>específicas.</p> <p>Ausência de sala de recursos multifuncionais equipada e institucionalizada.</p>
Possíveis efeitos	<p>A ausência de estrutura física dedicada e de equipe completa pode restringir a efetividade do atendimento especializado, comprometer a inclusão pedagógica, aumentar o risco de evasão e afetar o bem-estar e o desempenho acadêmico dos discentes que necessitam de suporte contínuo.</p>
Recomendações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliar a viabilidade de implantação de uma sala de recursos multifuncionais no Campus, devidamente equipada e organizada para o uso dos materiais de acessibilidade e apoio pedagógico existentes. 2. Reavaliar o quadro de profissionais especializados, priorizando a contratação ou redistribuição de servidores para as áreas de AEE, psicopedagogia e psicologia, conforme a demanda institucional. 3. Fortalecer a articulação entre a Coordenação de Assistência Estudantil e o setor pedagógico, visando otimizar o acompanhamento dos discentes e promover ações integradas de apoio psicossocial e educacional. 4. Elaborar plano de acompanhamento das ações de acessibilidade e apoio estudantil, com indicadores de desempenho e revisão anual, a fim de subsidiar futuras decisões de gestão e auditoria.
Manifestação da gestão	<p>Os Recursos Multifuncionais que estavam no Centro de Atendimento ao Discente do Campus Santa Inês, foram recebidos da Reitoria e contavam com itens repetidos. Alguns estavam na própria sala da docente de AEE e outros em caixas numa sala pequena. Os itens repetidos foram organizados em sala específica para este fim no almoxarifado, de modo a ter melhor visualização destes. A sala da docente ficou disponibilizada os recursos para o atendimento educacional especializado; a sala onde estavam os itens repetidos se tornou o Gabinete da Docente e a sala ao lado ficou para atendimento individualizado. Esse atendimento pode ser pela docente de AEE, psicólogo, assistente social ou pedagogo.</p>
Análise da AUDIN	<p>A manifestação da gestão demonstra a adoção de medidas voltadas à organização e melhor aproveitamento dos recursos multifuncionais disponíveis, bem como a reestruturação dos espaços físicos destinados ao atendimento educacional especializado e ao acompanhamento individualizado dos discentes.</p> <p>Observa-se como ponto positivo a iniciativa de centralizar os materiais, eliminar redundâncias e destinar ambientes específicos para o atendimento por diferentes profissionais (AEE, psicologia, assistência social e pedagogia), o que contribui para a melhoria do suporte aos estudantes.</p> <p>Entretanto, verifica-se que a solução adotada ainda não configura, de forma plena, a implantação de uma sala de recursos multifuncionais nos moldes recomendados, especialmente no que se refere à estruturação de um ambiente único, devidamente equipado, organizado e formalmente instituído para essa finalidade, conforme preconizam as boas práticas de acessibilidade educacional.</p> <p>Adicionalmente, a manifestação não evidencia, de forma objetiva,</p>

	<p>avanços quanto à reavaliação do quadro de profissionais especializados, nem a formalização de um plano estruturado de acompanhamento das ações de acessibilidade, com definição de indicadores e mecanismos de monitoramento.</p> <p>Dessa forma, considera-se que a recomendação foi parcialmente atendida, permanecendo a necessidade de avanços na institucionalização da sala de recursos multifuncionais, na estruturação do acompanhamento das ações de acessibilidade e na avaliação da suficiência da equipe técnica especializada, de modo a assegurar atendimento adequado e contínuo às demandas dos discentes.</p>
Benefícios esperados	Garantir a efetividade das políticas institucionais de inclusão e assistência estudantil.

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 12	
Descrição sumária	Espaço físico da biblioteca e localização inadequados para as demandas do Campus.
Evidências	Inspeção física do Campus e Solicitação de Auditoria.
Informação extraída das evidências	<p>O espaço físico da biblioteca é reduzido em relação ao número de cursos e estudantes atendidos, o que limita a ampliação do acervo e o conforto dos usuários.</p> <p>O ambiente ao redor da biblioteca tem sido utilizado de forma informal pelos discentes como local de convivência, descanso e lazer, especialmente devido à carência de espaços próprios destinados ao acolhimento estudantil.</p>
Possíveis causas	<p>Dimensionamento físico da biblioteca não compatível com o crescimento da oferta de cursos e matrículas.</p> <p>Ausência de planejamento de médio prazo voltado à ampliação da infraestrutura de apoio pedagógico e de convivência discente.</p> <p>Falta de ambientes alternativos para acolhimento dos estudantes em períodos sem atividades pedagógicas.</p> <p>Localização da biblioteca em área de difícil acesso, considerando a topografia montanhosa do terreno e os aclives existentes.</p>
Possíveis efeitos	<p>Limitação da capacidade de atendimento da biblioteca e redução do conforto dos usuários durante o estudo e a pesquisa.</p> <p>Desvio de uso dos espaços adjacentes, com a biblioteca assumindo função não prevista originalmente (acolhimento informal).</p> <p>Dificuldade de acesso para discentes que se deslocam de pavilhões mais distantes, especialmente em virtude da topografia acidentada do Campus, o que torna o deslocamento cansativo e demorado, desestimulando o uso da biblioteca para consultas rápidas.</p> <p>Risco de comprometimento da qualidade do ambiente de estudo e da conservação do acervo, diante de maior fluxo de pessoas em espaço limitado.</p>
Recomendações	1. Elaborar estudo técnico e funcional para ampliação ou readequação da biblioteca, de forma a garantir espaço compatível com o quantitativo de cursos e discentes atendidos, incluindo áreas adequadas para acervo,

	<p>leitura e pesquisa.</p> <p>2. Avaliar a criação de ambientes próprios de convivência estudantil, de modo a reduzir o uso da biblioteca e seus entornos para finalidades de descanso e lazer.</p> <p>3. Considerar, no estudo de ampliação ou readequação da biblioteca, alternativas que minimizem as barreiras de acesso físico, tendo em vista a topografia montanhosa e os declives do terreno, que tornam o deslocamento até o espaço cansativo e demorado para os discentes de pavilhões mais distantes.</p> <p>4. Analisar a viabilidade de instalação de pontos de consulta ou miniestações de leitura digital em setores estratégicos do Campus, como forma de otimizar o tempo dos alunos e facilitar o acesso à informação.</p>
Manifestação da gestão	A gestão demonstra entendimento da situação apontada e se compromete a criar soluções viáveis.
Análise da audin	A AUDIN reconhece os esforços do Campus e segue acompanhando o monitoramento da recomendação até uma destinação final de seus resíduos.
Benefícios esperados	Melhorias no acesso e no espaço destinado a biblioteca.

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 13	
Descrição Sumária	Estrutura esportiva inacabada e sem isolamento adequado, com ferragens expostas e elementos construtivos sem proteção, localizada na área utilizada como quadra de vôlei de terra.
Evidências	Inspeção física do Campus e diálogos com a gestão.
Informação Extraída Das Evidências	Há estrutura esportiva inacabada e sem isolamento adequado, com ferragens expostas e elementos construtivos sem proteção, localizada na área utilizada como quadra de vôlei de terra. O uso do espaço nessa condição oferece riscos de acidentes e compromete a segurança de alunos e servidores.
Possíveis Causas	Paralisação da obra do ginásio sem medidas de isolamento e segurança adequadas.
Possíveis Efeitos	A permanência de estruturas inacabadas e desprotegidas pode ocasionar acidentes pessoais, danos patrimoniais e responsabilização administrativa e civil da instituição, além de impactar a imagem institucional pela inadequação das condições de segurança.
Recomendações	<p>1. Adotar medidas imediatas de isolamento e sinalização da área inacabada do ginásio de esportes que representem perigo, impedindo o acesso e a utilização do espaço até a eliminação dos riscos identificados.</p> <p>2. Avaliar tecnicamente as condições estruturais da obra paralisada, com apoio da equipe de engenharia, definindo providências para retomada, reaproveitamento ou desmobilização segura do espaço.</p> <p>3. Registrar documentalmente as ações corretivas e o acompanhamento da situação da obra, de modo a subsidiar futuras auditorias e processos de gestão.</p>

<p>Manifestação Da Gestão</p>	<p>O Campus possui obra iniciada que seria um Ginásio de Esportes (desde a época da então Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês) e, no momento da visita da Audin estávamos em processo de ativação de uma quadra de areia no referido local. Para uso foram revisadas a estrutura das arquibancadas, foi colocado cordão de isolamento nas ferragens e garrafas PET na parte superior destas. Como a maior parte dessas ferragens estavam atrás das arquibancadas, foi colocado uma tela de proteção em toda extensão desta e, quando há jogos, os assistentes de alunos e pessoal da vigilância permanecem no local para inibir o uso do último degrau da arquibancada.</p> 
<p>Análise Da Audin</p>	<p>A AUDIN reconhece as providências implementadas, as quais contribuem para a minimização dos riscos imediatos aos usuários, especialmente diante das limitações orçamentárias apresentadas.</p> <p>Não obstante, permanece a necessidade de aprimoramento contínuo das condições de segurança do local, ainda que de forma gradual, buscando-se, sempre que possível, a adoção de soluções mais duradouras e efetivas.</p> <p>Dessa forma, a AUDIN orienta que o Campus mantenha o monitoramento das condições do espaço, avalie periodicamente a efetividade das medidas adotadas e, conforme a disponibilidade de recursos, promova a implementação de melhorias adicionais, de modo a fortalecer a segurança dos usuários.</p>
<p>Benefícios Esperados</p>	<p>Segurança dos usuários do espaço em construção. Melhoria na gestão da obra inacabada. Melhor compreensão das possibilidades diante da situação de paralização e sem previsão de retomada a curto prazo.</p>

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 14

<p>Descrição Sumária</p>	<p>Data-center necessita de itens de segurança e melhorias diversas; Ausência de link redundante; Rede wi-fi não atende todas as áreas; Equipamentos obsoletos, desuso, danificados ou sem destinação definida.</p>
<p>Evidências</p>	<p>Inspeção física do Campus e Solicitação de Auditoria.</p>
<p>Informação Extraída Das Evidências</p>	<p>Foi observada ausência de link redundante, o que pode ocasionar paralisação dos serviços administrativos e acadêmicos em caso de falha de conexão. Constatou-se que a rede wi-fi não cobre integralmente o Campus. O data center, embora em ambiente climatizado e de</p>

	<p>dimensionamento razoável, há ausência de piso elevado, fios e cabos desorganizados e inexistência de equipamentos adequados de prevenção e combate a incêndios. Foi observada armazenagem de equipamentos de informática em desuso ou obsoletos no mesmo espaço, aguardando definição quanto à manutenção, reaproveitamento ou descarte.</p>
Possíveis Causas	<p>Ausência de planejamento contínuo de infraestrutura tecnológica, incluindo redundância e expansão da rede sem fio. Falta de segregação entre o ambiente de data center e o armazenamento de equipamentos ociosos. Inexistência de política interna ou rotina eficaz para destinação de equipamentos inservíveis e gestão do lixo eletrônico. Carência de adequações estruturais e de segurança específicas para ambientes de TI, como sistemas de prevenção de incêndio apropriados e cabeamento organizado.</p>
Possíveis Efeitos	<p>Risco de indisponibilidade de serviços essenciais (administrativos e acadêmicos) em caso de falha no link principal de internet. Baixa qualidade de conectividade wireless, prejudicando atividades pedagógicas e administrativas que dependem de acesso à rede. Vulnerabilidade à perda de equipamentos e dados em caso de incêndio ou acidente no data center. Insegurança patrimonial e desorganização de inventário, com acúmulo de equipamentos obsoletos ou sem destinação adequada. Possível descumprimento da legislação ambiental referente ao descarte de resíduos eletrônicos.</p>
Recomendações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementar link redundante de internet, visando garantir continuidade dos serviços em caso de falhas na conexão principal. 2. Expandir a infraestrutura de rede sem fio, conforme levantamento técnico, para ampliar a cobertura e qualidade do sinal em todos os ambientes do Campus. 3. Readequar o ambiente do data center, promovendo: Instalação de piso elevado para organização e ventilação adequada dos cabos; Organização e identificação do cabeamento; Implantação de sistema de detecção e combate a incêndio compatível com ambientes de TI. 4. Segregar o espaço de armazenamento de equipamentos ociosos, mantendo o data center exclusivo para servidores e dispositivos de rede. 5. Providenciar a destinação adequada dos equipamentos de informática obsoletos, observando: Procedimentos internos de baixa patrimonial; Normas ambientais e de gestão de resíduos eletrônicos. 6. Estabelecer rotina de revisão e limpeza do parque tecnológico, evitando acúmulo de equipamentos inservíveis.
Manifestação Da Gestão	<p>Foram instauradas algumas comissões para desfazimento de bens, sendo a primeira em 2023, específica para Tecnologia da Informação: Processo 23332.250152.2023-08 – Processo de Desfazimento de Bens e de Insumos Eletrônicos Patrimoniais de Tecnologia da Informação Classificado como Inservíveis; Processo 23332.250096.2025-65 - Solicitação de Abertura de Comissão para Desfazimento de Bens Móveis Inservíveis; Processo 23332.250370.2026-87- Classificação e possível reavaliação de bens patrimoniais no SIGA – Gestão do Patrimônio. Entretanto, o atual Sistema utilizado para gerir os bens de Patrimônio e Materiais de Almoxarifado é o SIGA, o qual encontra-se defasado e de operacionalização lenta. Além da necessidade de maiores informações</p>


	<p>atualizações sobre o correto destino aos bens classificados como inservíveis.</p> <p>Houve solicitação de apoio técnico da unidade de Reitoria, considerando a complexidade e o volume dos ajustes necessários – nesse caso específico a Reitoria designou uma Comissão para acompanhamento, orientação e execução das ações de gestão patrimonial, inventário e descarte de bens móveis e imóveis, através da PORTARIA 377/2025 - RET-GAB/RET/IFBAIANO, de 3 de setembro de 2025, da qual consta como membro servidor do Campus Santa Inês, cedido por 2 (dois) anos à Reitoria com vistas à alinhar junto com o Campus essa organização do Patrimônio como um todo.</p>
Análise Da Audin	A AUDIN reconhece os esforços do Campus e segue acompanhando o monitoramento da recomendação até uma destinação final e adequada aos bens em situação de desuso.
Benefícios Esperados	Garanti de acesso as redes de informática, tanto relacionadas ao fluxo interno de informações, quanto à internet e afins.

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 15	
Descrição sumária	Ausência de segregação entre almoxarifado e patrimônio; controles internos para a localização de itens e registro das movimentações dos materiais armazenados.
Evidências	Visita in loco, observação, e entrevista com a alta gestão do Campus.
Informação extraída das evidências	Durante a visita in loco, observou-se que bens patrimoniais, materiais de consumo e de construção civil encontram-se armazenados no mesmo ambiente, sem segregação física adequada. O setor não dispõe de controles internos formalizados.
Possíveis causas	Ausência de sistema informatizado de gestão de almoxarifado e controle de materiais. Falta de segregação física e funcional entre o patrimônio e os materiais de consumo. Carência de normatização interna e fluxos documentais definidos para requisições, movimentações e baixas. Limitações estruturais e de pessoal para a execução adequada das atividades de controle e armazenamento.
Possíveis efeitos	Risco de extravio, uso indevido ou perda de materiais. Dificuldade na rastreabilidade das movimentações, comprometendo a transparência e a acurácia dos registros. Inconsistências entre o estoque físico e os controles administrativos. Armazenamento inadequado de bens, potencializando danos ou depreciação prematura. Risco de inconformidade com a legislação patrimonial e financeira aplicável à administração pública federal.
Recomendações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Segregar fisicamente os bens patrimoniais dos materiais de consumo, de modo a garantir controle e organização adequados de cada categoria. 2. Implementar um sistema informatizado de controle de almoxarifado, integrando o registro de entradas, saídas e saldos, de forma compatível com o módulo patrimonial do SUAP ou outro sistema institucional. 3. Elaborar e formalizar procedimentos operacionais internos para o setor, definindo fluxos de requisição, recebimento, armazenagem e baixa de materiais.

	<p>4. Identificar e endereçar os itens do estoque, adotando etiquetas, códigos ou outro método de localização rápida.</p> <p>5. Promover capacitação da equipe responsável, voltada à gestão de estoques, controle físico e documental e boas práticas de armazenamento.</p>
Manifestação da gestão	<p>O sistema SIGA, utilizado pelo Almojarifado, permite realizar requisição de materiais, entretanto, há muitos servidores(as) que não tem acesso ao mesmo. Por isso, optou-se pela requisições manuais, as quais são lançadas mensalmente pelo responsável pelo setor, enquanto não se adquire novo sistema para essas movimentações.</p> <p>Do mesmo modo, a utilização do SIGA para gestão de Patrimônio, torna o processo lento tanto para registros de saída/destino dos bens, quanto para indicar o responsável direto/nominalmente, o que tem gerado chamados no SUAP, com vistas à adição de servidores nesse sistema.</p>
Análise da audin	<p>A AUDIN reconhece as medidas adotadas pela gestão como alternativas viáveis no contexto apresentado, bem como os esforços para utilização dos sistemas institucionais, ainda que de forma parcial.</p> <p>Não obstante, observa-se que a utilização de controles manuais e não integrados pode demandar maior atenção quanto à padronização dos procedimentos, à tempestividade dos registros e à organização das informações, de modo a contribuir para a confiabilidade dos controles internos.</p> <p>Dessa forma, a AUDIN orienta que o Campus, de forma gradual e conforme a viabilidade operacional, avalie possibilidades de aprimoramento dos controles existentes, especialmente quanto à ampliação do uso dos sistemas institucionais, à organização das rotinas de registro e ao fortalecimento da segregação de funções, contribuindo para maior segurança e rastreabilidade das informações.</p>
Benefícios esperados	Melhorias na gestão de estoque e destinação do patrimônio.

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 16	
Descrição sumária	Não há controles internos relacionados ao registro formal ou sistema de controle do acervo documental. Parte do espaço de arquivo permanente se encontra desorganizado ou com pastas armazenadas inadequadamente.
Evidências	Visita in loco, observação, e entrevista com a alta gestão do Campus.
Informação extraída das evidências	<p>Durante a visita in loco, a AUDIN constatou uma grande quantidade de pastas e papéis espalhados pelo chão e sobre mesas, em estado de desorganização e/ou deterioração física.</p> <p>Em indagação a gestão do Campus não foi apresentado controle sobre o acervo de documentos armazenados na sala de arquivo.</p>
Possíveis causas	Ausência de política institucional local de gestão documental efetivamente implantada.

	<p>Falta de capacitação técnica ou apoio especializado em arquivologia no âmbito do Campus.</p> <p>Carência de planejamento e acompanhamento da PROPLAN ou do setor responsável pela gestão documental em nível institucional.</p> <p>Acúmulo histórico de documentos físicos, sem triagem, classificação ou descarte conforme as tabelas de temporalidade aplicáveis.</p>
Possíveis efeitos	<p>Dificuldade de localização e recuperação de documentos, comprometendo a agilidade administrativa e a segurança das informações.</p> <p>Risco de extravio, perda ou deterioração de documentos relevantes.</p> <p>Ocupação ineficiente do espaço físico, comprometendo o uso racional da área destinada ao arquivo.</p> <p>Possibilidade de descumprimento de normas arquivísticas e de temporalidade documental, gerando fragilidade na prestação de contas e na transparência administrativa.</p>
Recomendações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar diagnóstico completo do acervo documental existente, com apoio técnico da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e, se necessário, de profissionais especializados em arquivologia. 2. Elaborar e implementar um plano de ação que contemple: classificação e inventário do acervo; definição de critérios de descarte conforme a Tabela de Temporalidade Documental; organização física e digitalização de documentos passíveis de preservação; padronização de procedimentos para arquivamento, consulta e guarda; o que mais for aplicável. 3. Promover capacitação da equipe responsável pela guarda e gestão documental, assegurando o cumprimento das normas arquivísticas vigentes. 4. Adotar medidas de preservação física e controle ambiental no espaço do arquivo, incluindo limpeza periódica, controle de umidade, ventilação e mobiliário adequado.
Manifestação da gestão	<p>O material identificado foi selecionado e acondicionado em caixas arquivo devidamente identificadas (conforme fotos a baixo, onde a primeira diz respeito a foto do local no período de visita da AUDIN, e as outras duas refere-se ao local atualmente). Ademais, há necessidade de Regulamento próprio do IF Baiano, com orientações quanto ao tempo de manutenção de alguns documentos e, definição de quais serão arquivados de forma permanente. Sobre a localização dos documentos, há de se contratar um técnico arquivista para orientações e/ou empresa especializada para realização dos controles documentais e classificação sistemática do acervo.</p> <p style="text-align: center;">FOTOS DO LOCAL APÓS VISITA AUDIN:</p>

	
Análise da audin	Conforme registro fotografico enviado pela gestão, a AUDIN avalia que houve uma melhora significativa em relação a situação encontra na visita em campo. Segue monitorando a recomnedação até a completa adeuqação do espaço, conforme recomendado, e a implementação das ações planejadas pela gestão do Campus.
Benefícios esperados	Diminuição da quantidade de papeis fisicamente arquivados e passíveis de descarte, ou que há viabilidade de armazenamento digitalizado. Melhoria na gestão de arquivos e agilidade na identificação de documentos, quando solicitados.

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 17	
Descrição Sumária	As ações de sustentabilidade relacionadas ao descarte de lixo não contemplam a separação de material reciclável por tipo. Não há lixeiras segregadas por material, nem espaço próprio para separação. Não há parcerias com associações de catadores e afins, nem há ações em desenvolvimento pelo Campus nesse sentido.
Evidências	Inspeção física do Campus.
Informação Extraída Das Evidências	Em visita in loco não se identificou lixeiras segregadas por tipo de material, nem um espaço especifico para separação do lixo produzido.
Possíveis Causas	A situação decorre da ausência de um plano estruturado de gerenciamento de resíduos sólidos e da inexistência de política institucional ou local voltada à gestão ambiental integrada, abrangendo desde a segregação até a destinação final dos resíduos. Contribui também a falta de ações educativas e de conscientização ambiental junto à comunidade acadêmica e aos servidores responsáveis pela limpeza e manutenção.
Possíveis	A inexistência de procedimentos e infraestrutura adequados para a

Efeitos	segregação e destinação correta dos resíduos: compromete a conformidade ambiental do Campus com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e o Decreto nº 10.936/2022; dificulta a coleta seletiva e a reciclagem de materiais reaproveitáveis; impacta negativamente o desenvolvimento da consciência ambiental e de práticas sustentáveis entre os estudantes, servidores e comunidade local; aumenta o volume de resíduos destinados ao aterro sanitário, contrariando princípios de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental da instituição.
Recomendações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar e implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), abrangendo procedimentos de segregação, armazenamento temporário, coleta e destinação final adequada dos resíduos (observar Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 10.936/2022); 2. Instalar lixeiras devidamente identificadas para coleta seletiva, distribuídas de forma estratégica nas áreas de maior circulação; 3. Providenciar pontos de coleta específicos para resíduos eletrônicos, pilhas e baterias, preferencialmente em parceria com cooperativas ou empresas licenciadas; 4. Desenvolver ações de educação ambiental voltadas à conscientização da comunidade acadêmica, integrando essas iniciativas a projetos de ensino, pesquisa e extensão que promovam a sustentabilidade e a cidadania ambiental.
Manifestação Da Gestão	A gestão demonstra entendimento da situação apontada e se compromete a criar soluções viáveis.
Análise Da Audin	A AUDIN reconhece os esforços do Campus e segue acompanhando o monitoramento da recomendação até um destinação final de seus resíduos.
Benefícios Esperados	Desenvolvimento da educação ambiental junto à comunidade interna e externa do Campus.

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 18	
Descrição Sumária	Ampliar as ações de acessibilidade e melhorias nas vias de acesso as áreas do Campus.
Evidências	Inspeção física do Campus e Solicitação de Auditoria.
Informação Extraída Das Evidências	As ações de acessibilidade implantadas no Campus são parciais, abrangendo apenas parte das edificações, sem contemplar integralmente a circulação entre os principais espaços e as áreas externas. Observa-se ausência de sinalização tátil e visual adequada, bem como inexistência de rota acessível contínua que permita o deslocamento autônomo de pessoas com deficiência por todo o Campus. Ademais as vias de acesso as diversas áreas do Campus, em geral, não apresentam vias de acesso para pedestres (calçadas e afins).
Possíveis Causas	Ausência de plano de acessibilidade institucional que contemple a infraestrutura, os fluxos de deslocamento e as rotas acessíveis. Limitações orçamentárias e estruturais para adequação do espaço físico às normas de acessibilidade. Carência de sinalização tátil, visual e sonora nos ambientes internos e

	externos. Falta de planejamento urbanístico integrado para circulação segura entre os setores e prédios.
Possíveis Efeitos	Dificuldade de locomoção para pessoas com deficiência, servidores e estudantes, especialmente em áreas de maior declive. Risco de acidentes e quedas devido à ausência de calçadas e à necessidade de compartilhar vias com veículos. Restrição de acesso igualitário a determinados espaços e atividades, contrariando o princípio da inclusão. Incompatibilidade parcial com normas legais de acessibilidade aplicáveis às instituições públicas de ensino.
Recomendações	1. Elaborar e implementar um Plano de Acessibilidade do campus, abrangendo rotas acessíveis, sinalização tátil, visual e sonora, conforme a NBR 9050/2020 e demais legislação aplicável. 2. Promover a adequação física das vias de circulação interna, priorizando a implantação de calçadas e caminhos pavimentados e sinalizados, que interliguem os setores pedagógicos, administrativos e áreas de convivência. 3. Complementar a instalação de sinalizações táteis e visuais (em Braille, Libras e pictogramas) em corredores, portas e áreas de circulação. 4. Avaliar a viabilidade de transporte interno ou alternativas de apoio à mobilidade, especialmente para alunos e servidores com deficiência ou dificuldades de locomoção. 5. Buscar apoio técnico e orçamentário junto à Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROPLAN) e à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), para planejamento e execução das adequações necessárias.
Manifestação Da Gestão	A gestão demonstra entendimento da situação apontada e se compromete a criar soluções viáveis.
Análise Da Audin	A AUDIN reconhece os esforços do Campus e segue acompanhando o monitoramento da recomendação.
Benefícios Esperados	Garantia de acessibilidade a todos os que frequentam ou venham a frequentar o Campus.

RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA Nº 19	
Descrição Sumária	Carência de áreas de lazer, descanso e socialização
Evidências	Visita in loco, observação, e entrevista com a alta gestão do Campus.
Informação Extraída Das Evidências	Durante a visita in loco, a AUDIN constatou poucos espaços que podem ser utilizados para o lazer, socialização ou descanso dos alunos.
Possíveis Causas	Ausência de planejamento específico para a criação ou adequação de espaços destinados à convivência e lazer dos estudantes. Limitações orçamentárias para implantação de infraestrutura voltada à permanência e bem-estar discente. Priorização de outras demandas estruturais em detrimento de áreas de convivência e lazer.
Possíveis Efeitos	A inexistência de áreas adequadas de lazer e socialização compromete o bem-estar e a permanência estudantil, a qualidade do ambiente de trabalho dos servidores, e a convivência comunitária, importante para ensino, pesquisa e extensão.

	Redução de oportunidades de interação e integração entre os discentes, o que pode afetar o senso de pertencimento e a convivência comunitária no ambiente institucional.
Recomendações	<p>Recomenda-se que a Direção-Geral do Campus:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elabore e submeta um plano de implementação de áreas de convivência (ex.: praça coberta, banco e mesas, área sombreada, salas de descanso, área verde estruturada), alinhado ao PDI, planejamento estratégico institucional e às diretrizes de infraestrutura educacional. 2. Realize diagnóstico técnico-ambiental e levantamento de necessidades junto à comunidade acadêmica, visando identificar: demanda por espaços de convivência; horários e perfis de uso; locais de maior circulação; itens essenciais (bancos, cobertura, iluminação, acessibilidade etc.). 3. Avalie possibilidades de parcerias institucionais (ex.: emendas parlamentares, convênios, projetos de extensão, empresas locais) para viabilizar a implantação sem comprometer o orçamento ordinário. 4. Estruture cronograma e responsáveis pela execução, com metas e prazos definidos, permitindo acompanhamento e monitoramento pela gestão, comunidade e auditoria interna. 5. Garanta condições de acessibilidade, segurança e manutenção, considerando normas técnicas e legislação vigente (ABNT NBR 9050, iluminação adequada, circulação segura etc.).
Manifestação Da Gestão	A gestão demonstra entendimento da situação apontada e se compromete a criar soluções viáveis.
Análise Da Audin	A AUDIN reconhece os esforços do Campus e segue acompanhando o monitoramento da recomendação .
Benefícios Esperados	O atendimento desta recomendação contribui para melhorar o clima organizacional, fortalecer políticas de assistência estudantil e atender às boas práticas de infraestrutura educacional pública.

VI CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos exames realizados, foram identificadas 19 (dezenove) situações que necessitam de ações diversas que podem impactar em dificuldades operacionais ou riscos críticos ao bom funcionamento e imagem do Campus.

As principais recomendações estão relacionadas ao aprimoramento de controles internos e da elaboração e utilização de indicadores para as tomadas de decisão estratégicas, bem como na apresentação de resultados. A gestão deve atuar de forma estratégica, objetiva e suprida com dados e informações válidas, de modo a solucionar as situações mais críticas e adotar medidas mitigatórias com soluções tangíveis que possam garantir a operacionalidade do Campus.

De uma forma geral, os setores alertam para escassez de servidores à disposição, bem como a necessidade de treinamentos e capacitações para o desempenho das funções atribuídas, ainda que aconteçam quando possível. Ademais, a rotatividade prejudica a manutenção dos procedimentos já estabelecidos. Como consequência, há fragilidade nos controles internos e comprometimento de algumas das segregações de funções. A situação demanda que as chefias e demais gestores apresentem levantamento de informações, de modo a avaliar e encontrar soluções que atendam tais necessidades, dentro da disponibilidade financeira e logística do Campus.

A AUDIN destaca que no decorrer dos procedimentos de auditoria, não foram constatadas restrições ao acesso às informações, aos documentos e às dependências físicas do campus. A gestão e as unidades auditadas demonstraram adequada cooperação com a equipe de auditoria, assegurando a disponibilização integral dos documentos requisitados, bem como o fornecimento de esclarecimentos técnicos sempre que demandados, não sendo verificados impedimentos, limitações ou quaisquer fatores que pudessem comprometer a execução dos trabalhos.

As recomendações neste relatório buscam contribuir para a melhoria da gestão operacional do Campus Santa Inês, visando garantir a missão institucional do IF Baiano. As situações descritas seguem monitoradas no Plano de Providências Permanente – PPP da AUDIN (Anexo 01), com a estratégia para implementação apresentada pela Gestão do IF Baiano e alinhados com a AUDIN.

Salvador, 23 de março de 2026

João Vitor Miranda de Menezes
Assinado eletronicamente
Coordenador/AUDIN

ANEXO I – MATRIZ DE ACHADOS

ANEXO II – DECLARAÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

Em conformidade com o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental (MOT), com a Instrução Normativa CGU nº 3, de 9 de junho de 2017, que aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do poder Executivo Federal, e com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna do Instituto dos Auditores Internos (IIA), a equipe da Auditoria Interna (AUDIN) declara que os trabalhos foram conduzidos sem a ocorrência de limitações de escopo ou restrições ao acesso às informações consideradas necessárias à adequada execução dos procedimentos de auditoria.

Registra-se que a unidade auditada apresentou nível satisfatório de cooperação institucional, assegurando o atendimento às solicitações de documentos, informações e esclarecimentos formuladas pela equipe de auditoria, em consonância com os princípios da transparência, da integridade e da accountability no setor público.

Destaca-se que as conclusões consignadas no relatório de auditoria foram fundamentadas em evidências apropriadas e suficientes, obtidas por meio da aplicação de procedimentos de auditoria planejados e executados de acordo com as normas profissionais aplicáveis, em especial aquelas relativas à suficiência e adequação das evidências (IIA 2310) e ao devido cuidado profissional (IIA 1220), com vistas a subsidiar avaliação independente acerca da adequação e da efetividade dos processos de governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

Salvador, 25 de março de 2026

João Vitor Miranda de Menezes
Assinado eletronicamente
Coordenador/AUDIN

Laborado em:		25/01/2022											
Unidade ou objeto examinado:		Avaliação Operacional - campus Santa Inês do IF Bialano											
Objetivo:		Avaliar a estrutura operacional do Campus, considerando a existência de estruturas mínima de funcionamento nas áreas administrativa e educacional. Verificar conformidade de estudos preliminares para a implantação de novos cursos, conforme normativa interna. Avaliar a operacionalidade e conformidade dos cursos ofertados em EAD. Verificar a existência de ações para redução de evasão e retenção de estudantes. Verificar a execução da Política de Assistência Estudantil. Verificar a elaboração e tramitação do Plano Anual de Contratações – PAC, bem como a regularidade dos processos de licitação, contrato e pagamento relativos a contratação de terceirizados, obras, aquisições de materiais de consumo, entre outras relacionadas, assim como os processos de dispensa e inexistência de licitações, observando os estágios de empenho, liquidação e pagamento.											
Equipe de auditoria:		João Vítor Mendes											
Supervisor:		João Vítor Mendes											
MATRIZ DE ACHADOS - MACROPROCESSO AVALIAÇÃO CAMPUS SANTA INÊS/IF BIAIANO - RELATÓRIO DE AUDITORIA 01/2026													
Nº da RA	Situação encontrada	Critério	Evidências e análises	Possíveis causas	Efeitos	Recomendações FINAIS		Encomendamentos da gestão	Análise da AUDIN	Benefícios esperados			
1	Insuficiência de controle interno formalmente estabelecidos direcionados ao acompanhamento das tramitações de processos de licitação, bem como na execução contratual e pagamento.	Planilha de controle interno fornecida pelo usuário do Campus, não identificam elementos que indiquem, por exemplo: execução contratual de processos. Contratos analisados pela AUDIN.	Em análise da planilha de acompanhamento das contratações apresentada pela gestão do Campus, não se observam elementos que indiquem, por exemplo: execução contratual de processos. Contratos analisados pela AUDIN.	A ausência de procedimentos formalmente estabelecidos e uniformizados para o IF Bialano, a nível institucional, mudanças da formalização física para os meios digitais, com a implementação do SUAP, sem adequação dos procedimentos de formalização e tramitação contratual; falta de ou que possibilite o acompanhamento mais detalhado das tramitações de cada contratação.	Dificuldade de se localizar instrumentos contratuais e acompanhamento tempestivo das execuções contratuais e financeiras envolvidas. Efeitos: processos abertos sem uma sequência lógica de acompanhamento; riscos de não execução contratual; impactos na transparência.	1. Implantação de controles formais e documentados: Estabelecer procedimentos e padronizados e fluxos de processo para registro e acompanhamento das contratações, definindo responsáveis, prazos, e demais informações que garantam o acompanhamento tempestivo das execuções contratuais e financeiras envolvidas. 2. Treinamento das equipes: Capacitar os responsáveis para garantir a correta aplicação dos controles e reduzir o impacto rotatividade. 3. Monitoramento contínuo: Implementar indicadores de desempenho e relatórios periódicos para acompanhar a execução contratual e identificar desvios. 4. Automação de processos: Avaliar a viabilidade de ferramentas tecnológicas que possam facilitar o controle e a gestão das contratações.	Os dados dos contratos foram enviados em Planilha no excel para facilitar a visualização, quando da solicitação das informações de auditoria ao Campus. Constam ainda, nessa mesma planilha, os links para acesso ao mesmo no PNEP (Portal Nacional de Contratação Pública), onde os dados de todos os contratos realizados pela Administração Pública, são publicados de forma transparente e com Termos de contrato, de apostilamento, de ativo; Arquivos como Contrato e publicação (extratos) do Diário Oficial da União; bem como o histórico do mesmo.	A manifestação da gestão demonstra a adoção de medidas voltadas à organização e à transparência das informações contratuais, por meio da disponibilização de planilha consolidada e da indicação de links para acesso aos documentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNEP), o que representa uma iniciativa positiva no sentido de facilitar a consulta aos dados. Entretanto, observa-se que tais instrumentos, embora relevantes, não se caracterizam como controles internos formalmente estruturados e suficientes para o acompanhamento sistemático das tramitações processuais, da execução contratual e dos pagamentos. Destaca-se que a utilização de ferramentas gerenciais mais robustas, com controle individualizado por contrato e registros que evidenciem a evolução dos valores, o acompanhamento das execuções, dos pagamentos realizados e das alterações contratuais (como aditivos e apostilamentos), contribui significativamente para o fortalecimento da gestão e mitigação de riscos. Dessa forma, entende-se que ainda há oportunidade de aprimoramento dos controles internos relacionados à gestão e ao acompanhamento das contratações, de modo a assegurar maior rastreabilidade, tempestividade e eficiência ao longo de todo o ciclo contratual.	A agilidade na identificação dos processos envolvidos e dos respectivos instrumentos contratuais estabelecidos; transparência; garantia de atendimento nos termos contratados.				
2	A ausência de memórias de cálculo ou outra documentação que demonstre a composição das quantidades demandadas.	Observação dos documentos que demonstram a composição das quantidades demandadas.	Não se identificam memórias de cálculo ou outra documentação que demonstre a composição das quantidades demandadas nas contratações. Os valores são apresentados por item de forma global, sem um análise que demonstre consideração de dados técnicos, exemplo de: a quantidade de alunos atendidos, os dados previstos no período de vigência contratual, critério lógico de margem de segurança.	Falta de procedimentos para elaboração dos estudos técnicos preliminares; necessidade de treinamentos e capacitações; falta de pessoal.	A falta de formalização para adequação das quantidades demandadas, podendo impactar em contratações com valores acima do realmente executado, ou insuficientes para atender a demanda.	Recomenda-se que a gestão do Campus estabeleça procedimentos formais para a elaboração de estudos técnicos preliminares e para a produção de documentação que evidencie a composição das quantidades demandadas, com base em cenários concretos e bem definidos (apresentando cálculos e indicando fonte das informações para validação). Tais procedimentos podem considerar: A área demandada e o potencial de atendimento; a análise de série histórica de consumo, com informações baseadas nos registros históricos do período de referência; as necessidades de substituição ou ampliação de equipamentos e serviços; a previsão de expansão do campus e a abertura de novas turmas; e quaisquer outras informações relevantes para a adequada fundamentação das demandas.	Gestão busca melhorias, conforme recomendações da AUDIN.	AUDIN seguirá acompanhando a definição de estratégias do campus para a recomendação apresentada.	A adoção desses procedimentos contribuirá para a padronização e a melhoria da definição das quantidades demandadas nas contratações, trazendo mais segurança nos valores contratados.				
3	A ausência de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão.	Diálogos com a gestão acadêmica do Campus.	O Campus utiliza indicadores e metas do PDI e busca demonstrar em estratégias baseadas em indicadores e processos internos que evidenciam a realização dessas atividades e/ou procedimentos adotados relacionados à gestão por indicadores.	Falta de uma atuação baseada em estratégias no monitoramento de indicadores e dados que demonstrem os resultados alcançados.	Dificuldades na aplicação de estratégias fundamentadas em indicadores e dados que demonstrem os resultados alcançados.	1. Implementar processos de avaliação e monitoramento das atividades, políticas e ações, observando as diretrizes internas do Bialano em relação à instância responsável por avaliar e monitorar indicadores de gestão. 2. Estabelecer procedimentos de controle e acompanhamento dos processos relacionados aos indicadores institucionais como a elaboração de relatórios que avaliem os elementos que causam impacto nos indicadores, por atividade relacionada à área acadêmica e administrativa. 3. Estabelecer processo de monitoramento por indicadores, utilizando os para tomada de decisões conforme comportamento de série histórica. Realize a gestão dos processos de gestão acadêmica e administrativa conforme estratégia e composições de indicadores como, por exemplo: fatores que contribuem para melhoria do indicador "conclusão no ciclo" ou processos internos que tem influência nos indicadores.	Após a visita em campo da AUDIN, a Diretoria Acadêmica buscou acolher as orientações apresentadas e passou a adotar medidas voltadas à implementação das recomendações indicadas. Nesse sentido, foram descontinuados procedimentos institucionais junto aos setores e à vinculados, em reunião realizada com as Coordenações de Ensino (CE), de Assuntos Estudantis (CAE) e das Unidades Educacionais de Campo (CUEC). Durante a referida reunião, foi deliberado que cada coordenador e ator vinculado elaborasse procedimentos metodológicos estruturados, contendo a definição de indicadores específicos de acompanhamento, bem como a sistematização de relatórios periódicos destinados à avaliação dos elementos que impactam diretamente os indicadores institucionais, tanto nas áreas acadêmicas quanto administrativas. Dessa forma, registra-se que tais procedimentos já se encontram em processo de implementação e execução no âmbito dos setores vinculados à Diretoria Acadêmica, em consonância com as orientações apresentadas pela AUDIN, com as diretrizes institucionais do IF Bialano e com as atribuições da instância responsável pela avaliação e monitoramento dos indicadores de gestão. Destaca-se, ainda, que os procedimentos metodológicos em desenvolvimento têm como finalidade não apenas instituir e padronizar rotinas administrativas por meio da elaboração de metodologias ou procedimentos nos setores vinculados à Diretoria Acadêmica, mas também assegurar maior transparência e publicidade às ações institucionais, mediante a disponibilização dessas informações aos usuários dos serviços ofertados. Destaca-se positivamente o reconhecimento, por parte da gestão, da necessidade de consolidação dos indicadores em painéis ou relatórios estruturados, o que representa um avanço no sentido do atendimento às recomendações. Dessa forma, a AUDIN mantém o entendimento de que é necessária a implementação de processos formais de monitoramento e avaliação por meio de indicadores, com definição clara de responsabilidades, periodicidade de acompanhamento e utilização de séries históricas, de modo a fortalecer a governança e subsidiar a tomada de decisão baseada em evidências.	Ações focadas em estratégias baseadas em indicadores.					
4	Necessidade de aprimoramento das avaliações dos programas de Assistência Estudantil do Campus.	Reunião exploratória com a CAE, Relatório Anual de Assistência Estudantil (RAE) e respostas às Solicitações de Auditoria. Reuniões exploratórias com a DAE.	Necessidade de aprimoramento das avaliações dos PAE a periodicidade do Relatório de Assistência Estudantil deve ser anual, no sentido de promover ajustes e adequações no decorrer desses Programas.	A norma interna que institui o Relatório Anual de AÉ não dispõe de formato específico que indique ações concretas de acompanhamento e avaliações dos programas, passando a proporcionar apenas quantidades e valores. Necessidade de capacitação dos atores envolvidos nos programas de Assistência Estudantil, do planejamento ao monitoramento (Campus e Retoria).	Não atingimento dos objetivos da Política de Assistência Estudantil do IF Bialano no Campus.	1. Elaborar o Relatório Anual de Assistência Estudante, contemplando informações gerenciais, com a intenção de realização de análises, adequações ou ajustes na condução dos PAE do Campus; 2. Realizar a avaliação do usuário no PAE do Campus com a finalidade de promover a sua melhoria contínua; 3. Realizar o acompanhamento das atividades dos PAE, promovendo as ações necessárias de acordo com a dinâmica de atendimento às necessidades dos alunos assistidos pelos Programas; 4. Utilizar as informações do RAE não somente para fins de análises orçamentárias e elaboração de Editais dos programas de Assistência Estudantil, mas também para análise e ajustes estruturais na execução dos Programas de Assistência Estudantil.	O processo de implementação e aprimoramento dos indicadores institucionais atualmente em curso, está sendo considerada a incorporação de indicadores de natureza qualitativa, de modo a ampliar a capacidade analítica dos relatórios e possibilitar uma avaliação mais abrangente das ações, políticas e serviços ofertados. Essa iniciativa busca fortalecer os mecanismos de monitoramento e avaliação institucional, em consonância com os princípios da administração pública, especialmente em termos de legalidade, eficiência, transparência, controle e governança. Registra-se que a predominância de indicadores quantitativos, até o momento, decorre, em parte, das condições operacionais enfrentadas pelo setor, notadamente pela ausência da profissional da área de Serviço Social durante o período de licença para capacitação, com retorno apenas no segundo semestre de 2025, conforme já mencionado nesse texto. Destaca-se que a ausência dessa profissional impactou não apenas o processo de construção de indicadores qualitativos mais consistentes, mas também o acompanhamento direto dos usuários e de suas famílias, atividade essencial para a produção de análises mais profundas sobre a efetividade das ações desenvolvidas. Ainda assim, as atividades essenciais foram mantidas dentro das possibilidades institucionais, preservando-se o compromisso com a continuidade do serviço público e com o atendimento às demandas da comunidade acadêmica. Com o retorno da profissional e a reorganização das rotinas institucionais, encontra-se em andamento o processo de qualificação dos instrumentos de monitoramento e avaliação, com vistas à incorporação progressiva de indicadores qualitativos e ao aprimoramento dos relatórios produzidos.	A AUDIN considera as ações indicadas como adequadas e segue monitorando as ações em desenvolvimento pelo Campus.	Melhoria dos processos relacionados à execução dos PAE no Campus.				
5	A ausência de Regimento Interno formalmente estabelecido.	Diálogos com a Gestão do Campus e com a PRODIN.	Não há um regimento interno próprio do Campus adequado ao Campus para se orientar ao que for determinado nesse documento orientador.	Falta de pessoal no IF Bialano para atender a todas as necessidades, não apenas as relacionadas ao funcionamento administrativo, conforme protocolos de trabalho que devem ser notadas pelo setor.	Excesso de informalidade na atuação dos setores; dificuldade de estabelecer a divisão de setores, distribuição de tarefas, e demais ações administrativas que devem ser notadas pelo setor.	1. Concluir a elaboração e aprovação do RI do Campus; 2. Garantir alinhamento ao organograma institucional; 3. Definir formalmente atribuições, responsabilidades e processos administrativos, atentando para as adaptações necessárias entre os modelos que serão disponibilizados e as necessidades operacionais do Campus.	Historicamente, o campus pautou seus procedimentos nas normativas institucionais superiores, considerando a ausência de Regimento Interno formalmente institucionalizado, que está em minuta desde 2015, realmente não foram consolidadas novas internas.	A AUDIN entende que a questão dos RI necessita de definições a nível institucional para nortear os Campi. Essa situação foi identificada em todas as unidades que vem avaliando nos últimos anos. Nesse modo, está acompanhando essa recomendação junto a gestão do IF Bialano e seus pró-reitores, voltando ao tema junto aos Campi em um momento posterior, quando forem definidas as diretrizes institucionais a serem seguidas para cada modelo de Campi.	Formalizar a organização do Campus, dando maior transparência na atuação dos servidores.				
6	A ausência de fluxos de processo formalmente estabelecidos e de controles internos.	Observação do Campus; Reunião com gestores e servidores de áreas chave.	Devido à falta de servidores e a alta rotatividade, há dificuldades de se desenhar os fluxos de processos e demais tramites para sua formalização.	Falta de servidores e alta rotatividade; dificuldades técnicas; outras.	Procedimentos executados com informalidades em seus fluxos.	1. Desenvolver fluxos de processo: *Mapear os fluxos processuais prioritários; *Adaptar ferramentas de gestão por processos; * Desenvolver os fluxos de processo das áreas chave e apresentá-los formalmente aos servidores, integrando a rotina de atividades administrativas do Campus e garantindo que sejam devidamente seguidos, conforme desenhados. 2. Desenvolver Controles Internos: *Implementar controles internos para os processos considerados essenciais para a operacionalidade do Campus; *Designar responsáveis pela coordenação e monitoramento dos controles internos; *Elaborar plano anual de capacitação do Campus, priorizando temas de gestão, controles internos e atendimento ao cidadão; *Remover revisão periódica com participação dos setores envolvidos.	Após orientação da Auditoria quanto à possibilidade de institucionalização de procedimentos internos mesmo na ausência de normativo superior específico, o campus iniciou processo formal de mapeamento e construção de fluxos próprios. Foram orientadas as coordenações vinculadas à Diretoria Acadêmica a elaborarem Procedimentos Metodológicos ou Procedimentos Operacionais Padrão (POP), com registros em ata e consolidação em andamento (ATA 146/2025 - CSI-CGE/CSI-DSE/CSI-DG/RET/IFBIAIANO), no dia 10 de setembro de 2025. Tal medida teve por objetivo fortalecer os controles internos, padronizar procedimentos, ampliar a transparência e promover maior segurança jurídica e eficiência administrativa.	A AUDIN reconhece os esforços do Campus e segue monitorando a recomendação até que sejam implantadas e institucionalizadas as ações indicadas.	Formalização adequada dos processos em execução no setor e contribuições a transparência.				

7	Insuficiências de controles internos para gestão do laboratório.	Inspeção física do Campus e Solicitação de Auditoria.	Durante a visita aos laboratórios do Campus Santo Inês, verificou-se que não existem controles internos formais para o registro de utilização dos espaços, materiais empregados e demais informações técnicas relacionadas às atividades desenvolvidas.	Ausência de procedimentos ou instrumentos padronizados para utilização e gestão dos laboratórios.	A falta de controles compromete a efetividade do planejamento acadêmico e administrativo dos laboratórios, podendo impactar na qualidade das atividades práticas oferecidas aos estudantes e na otimização dos recursos humanos. Fisiológicos relacionados à dificuldade no planejamento e reposição de materiais e insumos, limitações para avaliar a demanda real de uso dos laboratórios, fragilidades na gestão e manutenção da infraestrutura, prejuízo à criação de dinâmicas pedagógicas que aproveitem melhor os espaços disponíveis.	Recomenda-se que o campus elabore controles internos para a gestão dos laboratórios que permitam um adequado planejamento relacionado ao uso dos espaços, insumos utilizados, e demais informações estratégicas.	Após a verificação de insuficiências metodológicas e da ausência ou indisponibilidade de procedimentos formalizados em algum laboratório do IF Biano Campus Santa Inês, a Diretoria Acadêmica, em conjunto com a Coordenação de Ensino, promoveu reunião institucional com os responsáveis pelos laboratórios didáticos da instituição. A reunião teve como finalidade tratar das demandas relacionadas às atividades laboratoriais e proceder à análise e avaliação do Regimento Geral de Laboratório do Campus. Foram convocados todos os responsáveis pelos laboratórios, conforme registrado na ATA nº 202/2023 - CSE/CSE/CS/DOE/CS/DOE/RT/IFBIANOS, referente à reunião de planejamento das ações voltadas à organização, controle e manutenção dos laboratórios do campus, realizada em 19 de dezembro de 2023. A iniciativa teve como objetivo fortalecer os mecanismos institucionais de organização, padronização e monitoramento das atividades laboratoriais, em consonância com os princípios de legalidade, eficiência, transparência, controle e governança. Registra-se, ainda, que o processo de melhoria e padronização dos procedimentos laboratoriais teve início em setembro de 2023, com a atualização das portarias de designação dos responsáveis pelos laboratórios do campus, assegurando maior clareza quanto às responsabilidades administrativas e operacionais. Essa ação integra um conjunto mais amplo de medidas destinadas ao fortalecimento da gestão institucional, da transparência administrativa e do controle das atividades acadêmicas vinculadas aos laboratórios.	A AUDIN reconhece os esforços da gestão em atender a recomendação e acompanhar as ações indicadas até a institucionalização de procedimentos formalmente estabelecidos e que supram as deficiências de controle apontadas.	Melhoras na gestão dos laboratórios, Nutrir a alta gestão de informações estratégicas quanto ao uso dos espaços, bem como as deficiências apresentadas, possibilitando a tomada de decisões estratégicas relacionadas.
8	As áreas de plantio são em pequena escala, servindo como amostras didáticas. Ainda que algumas apresentem identificação, não se identificam sem informações complementares como tipo de cultura, pesquisa associada ou finalidade do cultivo, o que limita a compreensão e o potencial educativo do espaço. O antigo abatedouro vem sendo utilizado como depósito de materiais patrimoniais, muitos deles em estado de deterioração ou obsolescência, sem avaliação formal sobre sua destinação.	Inspeção física do Campus e Solicitação de Auditoria.	Durante a visita às áreas de campo, verificou-se que as áreas de plantio são utilizadas para aulas práticas de pesquisas, porém em pequena escala, servindo como amostras didáticas. As áreas estavam identificadas, contudo sem informações complementares (como tipo de cultura, pesquisa associada ou finalidade do cultivo), o que limita a compreensão e o potencial educativo do espaço. Há necessidade de um espaço de apoio provisório de estruturas centralizado para os servidores que atuam na UEC (contato-se que a obra do "Setor de Agricultura I" está em execução, com boa parte da estrutura física concluída). Os insumos agrícolas são armazenados em depósitos areos, a razão em média própria e o feno em cômodos do antigo abatedouro, o qual não foi originalmente projetado para essa finalidade, embora tenha recebido adequações. Os ambientes destinados à criação animal apresentavam boas condições de limpeza e organização. O antigo abatedouro vem sendo utilizado como depósito de materiais patrimoniais, muitos deles em estado de deterioração ou obsolescência, sem avaliação formal sobre sua destinação.	Ausência de procedimentos ou instrumentos padronizados de controle informativo nas áreas produtivas, inexistência de espaço centralizado de apoio finalizado, e destinação provisória de estruturas físicas (como o antigo abatedouro) para fins de armazenamento.	Redução da potencialidade pedagógica e demonstrativa de controle informativo nas áreas produtivas, desarticulação de espaços específicos, possível deterioração de bens patrimoniais e necessidade de futura de baixa ou descarte de materiais que poderiam ser reaproveitados; fragilidade no controle e gestão integrada das atividades de campo.	1. Implementar sinalização informativa padronizada nas áreas das Unidades Educativas de Campo (UEC), contemplando, no mínimo, a identificação das culturas, a finalidade do cultivo, os responsáveis e a eventual vinculação a atividades de ensino, pesquisa ou extensão; 2. Concluir a estruturação e promover a entrada em funcionamento do Setor de Agricultura I, de modo a assegurar disponibilização de espaço de apoio adequado aos servidores e colaboradores envolvidos nas atividades das UEC; 3. Proceder à reavaliação do destino do antigo abatedouro, mediante a realização de levantamento dos bens patrimoniais armazenados, com posterior submissão à análise da PROPLAN quanto à viabilidade de reaproveitamento, destinação ou doação, em conformidade com a normativa vigente; 4. Instituir e formalizar procedimentos internos que assegurem o adequado controle, organização e gestão das áreas produtivas e dos insumos agrícolas, incluindo rotinas de registro, acompanhamento e responsabilização.	Registra-se que a ausência de indicações permanentes relacionadas a determinadas culturas decorre, em grande parte, das características produtivas adotadas nas áreas experimentais e didáticas do campus. Muitas das culturas trabalhadas possuem ciclo curto, sendo necessária a realização periódica de rotação de áreas, prática amplamente reconhecida na literatura agrônoma como fundamental para a sustentabilidade e conservação do solo, além de contribuir para a redução da incidência de pragas e doenças. Nesse contexto, a dinâmica de uso das áreas produtivas atende não apenas aos princípios técnicos da produção agrícola, mas também aos princípios de eficiência e da boa governança administrativa, ao permitir melhor aproveitamento dos espaços produtivos e maior racionalização dos recursos institucionais. No que se refere à conclusão da estrutura anteriormente destinada ao setor de Agricultura I, esclarece-se que o espaço passará a atender de forma integrada às atividades desenvolvidas nos setores de Agricultura I e II e III, funcionando como estrutura de apoio comum. Tal decisão administrativa foi tomada com base em critérios de eficiência, economicidade e racionalização da gestão dos espaços institucionais, permitindo a maximização da infraestrutura existente e evitando investimentos desnecessários. Quanto à reinauguração do referido espaço, informa-se que esta ocorrerá em 1/03/2024, conforme divulgado no folder oficial da Jornada Pedagógica. No que se refere à gestão das áreas produtivas e dos insumos agrícolas, destaca-se que as ações já desencadeadas pela gestão, em consonância com as orientações da AUDIN, apontam para um processo contínuo de aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas. Nesse sentido, a implantação de procedimentos metodológicos padronizados e a definição de indicadores quantitativos e qualitativos de acompanhamento contribuíram para o fortalecimento dos mecanismos de controle, transparência e governança institucional.	A AUDIN reconhece os esforços da gestão em atender a recomendação e acompanhar as ações indicadas até a institucionalização de procedimentos formalmente estabelecidos e que supram as deficiências de controle apontadas.	Melhoras na gestão das áreas de campo e fornecer a gestão informações estratégicas quanto ao uso dos espaços, bem como as deficiências apresentadas, possibilitando a tomada de decisões estratégicas relacionadas.
9	O Campus não dispõe de espaços individuais destinados aos docentes.	Inspeção física do Campus e Solicitação de Auditoria.	Durante a visita in loco, constatou-se que o Campus não dispõe de espaços individuais destinados aos docentes para o desenvolvimento de atividades que demandem sigilo, concentração e ambiente reservado, como o atendimento a discentes, a elaboração de avaliações e a produção de materiais didáticos. Atualmente, as atividades docentes são realizadas em salas de uso coletivo, o que pode comprometer a privacidade e a qualidade do trabalho acadêmico. • Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, estabelecendo que os Institutos Federais devem assegurar condições adequadas ao exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão. • Resolução nº 04/2018 – CONEP, que orienta sobre infraestrutura mínima necessária ao funcionamento dos espaços pedagógicos nos Institutos Federais. • Portaria MEC nº 389/2013, que dispõe sobre diretrizes para adequação dos ambientes pedagógicos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.	Ausência de planejamento ou de priorização na estrutura física para as necessidades específicas das atividades acadêmicas e pedagógicas individuais.	A inexistência de ambientes individuais pode dificultar o atendimento personalizado aos alunos, reduzir a confidencialidade das informações acadêmicas e impactar a concentração necessária para a produção de materiais pedagógicos e avaliações, afetando a eficiência das atividades docentes.	A gestão do Campus avaliar a viabilidade de criação ou adequação de espaços individuais para uso dos docentes, de modo a proporcionar condições adequadas para o atendimento de alunos, a elaboração de provas e a produção de materiais didáticos, garantindo privacidade e concentração nas atividades.	A Gestão está desenvolvendo ações para prover os espaços indicados.	A AUDIN reconhece os esforços da gestão em atender a recomendação e acompanhar as ações indicadas.	Garantia de atendimento às atividades docentes extraclasses e aos alunos.
10	Ausência de sala adaptada para Recursos Multifuncionais	Inspeção física do Campus e Solicitação de Auditoria.	O Campus dispõe de equipamentos e profissionais voltados à acessibilidade e assistência estudantil, contudo, não possui sala de recursos multifuncionais e apresenta déficit de profissionais especializados, especialmente pedagógicos e profissionais adicionais de AEE, o que acarreta sobrecarga de servidores e limita a plena execução das ações de apoio aos estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas.	Inexistência de planejamento estruturado para ampliação dos serviços de acessibilidade e apoio multifuncional. Limitação orçamentária e de pessoal para provimento de cargos e funções específicas. Ausência de sala de recursos multifuncionais equipada e institucionalizada.	A ausência de estrutura física dedicada e de equipe completa pode restringir a efetividade do atendimento especializado, comprometer a inclusão pedagógica, aumentar o risco de evasão e afetar o bem-estar e o desempenho acadêmico dos discentes que necessitam de suporte contínuo.	1. Avaliar a viabilidade de implantação de uma sala de recursos multifuncionais no Campus, devidamente equipada e de equipe completa, com itens repetidos. Alguns estavam na própria sala da docente de AEE e outros em caixas numa sala pequena. Os itens repetidos foram organizados em sala específica para este fim no almoxarifado, de modo a ter melhor visualização destes. A sala da docente ficou disponibilizada os recursos para o atendimento educacional especializado, a sala onde estavam os itens repetidos se tornou o Gabinete da Decente e a sala ao lado ficou para atendimento individualizado. Esse atendimento pode ser pela docente de AEE, psicólogo, assistente social ou pedagogo.	Os Recursos Multifuncionais que estavam no Centro de Atendimento ao Discente do Campus Santa Inês, foram recebidos da Retenir e contavam com itens repetidos. Alguns estavam na própria sala da docente de AEE e outros em caixas numa sala pequena. Os itens repetidos foram organizados em sala específica para este fim no almoxarifado, de modo a ter melhor visualização destes. A sala da docente ficou disponibilizada os recursos para o atendimento educacional especializado, a sala onde estavam os itens repetidos se tornou o Gabinete da Decente e a sala ao lado ficou para atendimento individualizado. Esse atendimento pode ser pela docente de AEE, psicólogo, assistente social ou pedagogo.	A manifestação da gestão demonstra a adoção de medidas voltadas à organização e melhor aproveitamento dos recursos multifuncionais disponíveis, bem como a reestruturação dos espaços físicos destinados ao atendimento educacional especializado e ao acompanhamento individualizado dos discentes. Observa-se como ponto positivo a iniciativa de centralizar os materiais, eliminar redundâncias e destinar ambientes específicos para o atendimento por diferentes profissionais (AEE, psicologia, assistência social e pedagógica), o que contribui para a melhoria do suporte aos estudantes. Entretanto, verifica-se que a solução adotada ainda não configura, de forma plena, a implantação de uma sala de recursos multifuncionais nos moldes recomendados, especialmente no que se refere à estruturação de um ambiente único, devidamente equipado, organizado e formalmente instituído para essa finalidade, conforme preconizam as boas práticas de acessibilidade educacional. Adicionalmente, a manifestação não evidencia, de forma objetiva, avanços quanto à reavaliação do quadro de profissionais especializados, nem a formalização de um plano estruturado de acompanhamento das ações de acessibilidade, com definição de indicadores e mecanismos de monitoramento. Dessa forma, considera-se que a recomendação foi parcialmente atendida, permanecendo a necessidade de avanços na institucionalização da sala de recursos multifuncionais, na estruturação do acompanhamento das ações de acessibilidade e na avaliação da suficiência da equipe técnica especializada, de modo a assegurar atendimento adequado e contínuo às demandas dos discentes.	Garantir a efetividade das políticas institucionais de inclusão e assistência estudantil.

11	Espaço físico da biblioteca localizado inadequado para as demandas do Campus.	Inspeção física do Campus e Solicitação de Auditoria.	O espaço físico da biblioteca é reduzido em relação ao número de cursos e estudantes atendidos, o que limita a ampliação do acesso e o conforto dos usuários. O ambiente ao redor da biblioteca tem sido utilizado de forma informal pelos discentes como local de convivência, descanso e lazer, especialmente devido à carência de espaços próprios destinados ao acolhimento estudantil.	Dimensionamento físico da biblioteca não compatível com o crescimento dos usuários durante o estudo e matrículas. Ausência de planejamento de médio prazo voltado à ampliação da infraestrutura de apoio pedagógico e de convivência discente. Falta de alternativas para o acolhimento dos estudantes em períodos sem atividades pedagógicas. Localização da biblioteca em área de difícil acesso, considerando a topografia montanhosa do terreno e os acessos existentes.	Limitação da capacidade de atendimento da biblioteca e redução do conforto dos usuários durante o estudo e pesquisa. Devido ao uso dos espaços adjacentes, há dificuldade de acesso para discentes que se deslocam de pavilhões mais distantes, especialmente em virtude da topografia acidentada do Campus, o que torna o deslocamento cansativo e demorado, desestimulando o uso da biblioteca para consultas rápidas. Falta de comprometimento da qualidade do ambiente de estudo e da conservação do acervo, diante de maior fluxo de pessoas em espaço limitado.	1. Elaborar estudo técnico e funcional para ampliação ou readequação da biblioteca, de forma a garantir espaço compatível com o quantitativo de cursos e discentes atendidos, incluindo área adequada para acesso, leitura e pesquisa. 2. Avaliar a criação de ambientes próprios de convivência estudantil, de modo a reduzir o uso da biblioteca e seus entornos para finalidades de descanso e lazer. 3. Considerar, no estudo de ampliação ou readequação da biblioteca, alternativas que minimizem as barreiras de acesso físico, tendo em vista a topografia montanhosa e os acessos do terreno, que tornam o deslocamento até o espaço cansativo e demorado para discentes que se deslocam de pavilhões mais distantes. 4. Analisar a viabilidade de instalação de pontos de consulta ou minicursos de leitura digital em setores estratégicos do Campus, como forma de otimizar o tempo dos alunos e facilitar o acesso à informação.	A gestão demonstra entendimento da situação apontada e se compromete a criar soluções viáveis.	A AUDIN reconhece os esforços do Campus e segue acompanhando o monitoramento da recomendação até um destino final de seus resultados.	
12	Estrutura esportiva inacabada sem isolamento adequado com ferragens expostas e elementos construtivos sem proteção, localizada na área utilizada como quadra de vôlei de terra.	Inspeção física do Campus e diálogos com a gestão.	A estrutura esportiva inacabada e sem isolamento adequado com ferragens expostas e elementos construtivos sem proteção, localizada na área utilizada como quadra de vôlei de terra. O uso do espaço nessa condição oferece risco de acidentes e compromete a segurança de alunos e servidores.	Paralisação da obra de manutenção em modo de isolamento e segurança adequadas.	A permanência de estruturas inacabadas e desprotegidas pode ocasionar acidentes pessoais, danos patrimoniais e comprometimento da imagem institucional, além de impactar a administração e civil da instituição, além de impactar a imagem institucional, pela inadequação das condições de segurança.	1. Permanência de estruturas inacabadas e desprotegidas, podendo ocasionar acidentes pessoais, danos patrimoniais e comprometimento da imagem institucional, além de impactar a administração e civil da instituição, além de impactar a imagem institucional, pela inadequação das condições de segurança. 2. Avaliar tecnicamente as condições estruturais da obra paralisada, com apoio da equipe de engenharia, definindo providências para retomada, reaproveitamento ou desmobilização segura do espaço. 3. Registrar documentalmente as ações corretivas e o acompanhamento da situação da obra, de modo a subsidiar futuras auditorias e processos de gestão.	O Campus possui obra iniciada que seria um Ginásio de Esportes (desde a época da então Escola Agrícola Federal de Santa Helena) e, no momento da visita da Audin estavam em processo de atuação de uma quantidade de área no referido local. Para uso foram revisadas a estrutura das arquibancadas, foi colocado cordão de isolamento nas ferragens e garrafas PET na parte superior destas. Como a maior parte dessas ferragens estavam atrás das arquibancadas, foi colocado uma tela de proteção em toda extensão desta e, quando há jogos, os assistentes de alunos e pessoal da vigilância permanecem no local para inibir o uso do último degrau da arquibancada.	A AUDIN reconhece as providências implementadas, as quais contribuem para a minimização dos riscos imediatos aos usuários, especialmente diante das limitações orçamentárias apresentadas. Não obstante, permanece a necessidade de aprimoramento contínuo das condições de segurança do local, ainda que de forma gradual, buscando-se, sempre que possível, a adoção de soluções mais duradouras e efetivas. Dessa forma, a AUDIN orienta que o Campus mantenha o monitoramento das condições de segurança do local, avalie periodicamente a efetividade das medidas adotadas e, conforme a disponibilidade de recursos, promova a implementação de melhorias adicionais, de modo a fortalecer a segurança dos usuários.	
13	Data-center necessita de itens de segurança e melhorias diversas. Ausência de link redundante. Rede Wi-Fi não atende todas as áreas. Equipamentos obsoletos, desuso, danificados ou sem destinação definida.	Inspeção física do Campus e Solicitação de Auditoria.	Foi observada ausência de link redundante, o que pode ocasionar paralisação dos serviços administrativos e acadêmicos em caso de falha de conexão. Constatou-se ausência de link redundante em toda a rede Wi-Fi. A rede Wi-Fi não atende todas as áreas. Equipamentos obsoletos, desuso, danificados ou sem destinação definida.	Ausência de planejamento de contínuo de infraestrutura tecnológica, incluindo redundância e expansão de rede sem fio. Falta de segregação entre o ambiente de data center e o armazenamento de arquivos, prejudicando atividades pedagógicas e administrativas. Existência de política interna ou rotas éticas para destinação de equipamentos inservíveis e dados em caso de incêndio ou acidente no data center. Insegurança patrimonial e desorganização do inventário, com acúmulo de equipamentos obsoletos ou sem destinação adequada. Possível descumprimento da legislação ambiental referente ao descarte de resíduos eletrônicos.	Risco de indisponibilidade de serviços essenciais (administrativos e acadêmicos) em caso de falha no link principal de internet. Baixa qualidade de conectividade em ambientes de TI. Segregar o espaço de armazenamento de equipamentos ociosos, mantendo o data center exclusivo para servidores e dispositivos de rede. Providenciar a destinação adequada dos equipamentos de informática obsoletos, observando: Procedimentos Internos de Baixa Patrimonial; Normas ambientais e de gestão de resíduos eletrônicos. Vulnerabilidade à perda de equipamentos e dados em caso de incêndio ou acidente no data center. Insegurança patrimonial e desorganização do inventário, com acúmulo de equipamentos obsoletos ou sem destinação adequada. Possível descumprimento da legislação ambiental referente ao descarte de resíduos eletrônicos.	1. Implementar link redundante de internet, visando garantir continuidade dos serviços em caso de falhas na conexão principal. 2. Expandir a infraestrutura de rede sem fio, conforme levantamento técnico, para ampliar a cobertura e qualidade do sinal em todos os ambientes do Campus. 3. Readequar o ambiente de data center, promovendo: instalação de piso elevado para organização e ventilação adequadas dos cabos; Organização e identificação do cabamento; Implantação de sistema de detecção e combate a incêndio compatível com ambientes de TI. 4. Segregar o espaço de armazenamento de equipamentos ociosos, mantendo o data center exclusivo para servidores e dispositivos de rede. 5. Providenciar a destinação adequada dos equipamentos de informática obsoletos, observando: Procedimentos Internos de Baixa Patrimonial; Normas ambientais e de gestão de resíduos eletrônicos. 6. Estabelecer rotina de revisão e limpeza do parque tecnológico, evitando acúmulo de equipamentos inservíveis.	Foram instauradas algumas comissões para desfazimento de bens, sendo a primeira em 2023, específica para Tecnologia da Informação; Processo 23332.250152.2023-08 - Processo de Desfazimento de Bens e Insumos (Eletrônicos Patrimoniais de Tecnologia da Informação Classificados como Inservíveis); Processo 23332.250096.2023-65 - Solicitação de Abertura de Comissão para Desfazimento de Bens Móveis Inservíveis; Processo 23332.250319.2023-87 - Classificação e possível reavaliação de bens patrimoniais no SIGA - Gestão do Patrimônio. Entretanto, o atual Sistema utilizado para gerir os bens de Patrimônio e Materiais de Almoarifado é o SIGA, o qual encontra-se defasado e de operação complexa. Além da necessidade de maiores informações atualizadas sobre o correto destino aos bens classificados como inservíveis. Houve solicitação de apoio técnico da unidade de Retoria, considerando a complexidade e o volume dos ajustes necessários - nesse caso específico a Retoria designou uma Comissão para acompanhamento, orientação e execução das ações de gestão patrimonial, inventário e descarte de bens móveis e imóveis, através da PORTABIA 377/2023 - RET/GAB/RET/IB/BAIANO, de 3 de setembro de 2023, da qual consta como membro servidor do Campus Santa Inês, cedido por 2 (dois) anos à Retoria com vistas a alinhar junto com o Campus essa organização do Patrimônio como um todo.	A AUDIN reconhece os esforços do Campus e segue acompanhando o monitoramento da recomendação até um destino final e adequada aos bens em situação de desuso.	
14	Ausência de segregação entre almoxarifado e patrimônio. Controles internos para localização de itens e registro das movimentações dos materiais armazenados.	Visita in loco, observação, entrevista com a alta gestão do Campus.	Durante a visita in loco, observou-se que bens patrimoniais, materiais de consumo e de construção civil armazenados no mesmo ambiente, sem segregação física adequada. O setor não dispõe de controles internos formalizados.	Ausência de sistema informatizado de gestão de materiais. Falta de segregação física e funcional entre o patrimônio e os materiais de consumo. Carência de normatização interna e fluxos documentais definidos para requisições, movimentações e baixas. Limitações estruturais e de pessoal para a execução adequada das atividades de controle e armazenamento.	Risco de extravio, uso indevido ou perda de materiais armazenados. Falta de movimentações, comprometendo a transparência e a acurácia dos registros. Inconsistências entre o estoque físico e os controles internos e fluxos documentais definidos para requisições, movimentações e baixas. Risco de inconformidade com a legislação patrimonial e financeira aplicável à administração pública federal.	1. Segregar fisicamente os bens patrimoniais dos materiais de consumo, de modo a garantir controle e organização adequados de cada categoria. 2. Implementar um sistema informatizado de controle de almoxarifado, integrando o registro de entradas, saídas e saldos, de forma compatível com o módulo patrimonial do SUAP ou outro sistema institucional. 3. Elaborar e formalizar procedimentos operacionais internos para o setor, definindo fluxos de requisição, recebimento, armazenamento e baixa de materiais. 4. Identificar e endereçar os itens do estoque, adotando etiquetas, códigos ou outro método de localização rápida. 5. Promover capacitação da equipe responsável, voltada à gestão de estoques, controle físico e documental e boas práticas de armazenamento.	O sistema SIGA, utilizado pelo Almoxarifado, permite realizar requisição de materiais, entretanto, há muitos servidores(as) que não tem acesso ao mesmo. Por isso, optou-se pela requisições manuais, as quais são lançadas mensalmente pelo responsável pelo setor, enquanto não se adquire novo sistema para esses movimentações. Do mesmo modo, a utilização do SIGA para gestão de Patrimônio, torna o processo lento tanto para registros de saída/destino dos bens, quanto para indicar o responsável direto/nominalmente, o que tem gerado chamados no SUAP, com vistas à adição de servidores para análise.	A AUDIN reconhece as medidas adotadas pela gestão como alternativas viáveis no contexto apresentado, bem como os esforços para utilização dos sistemas institucionais, ainda que de forma parcial. Não obstante, observe-se que a utilização de controles manuais e não integrados pode demandar maior atenção quanto à padronização dos procedimentos, à tempestividade dos registros e à organização das informações, de modo a contribuir para a confiabilidade dos controles internos. Dessa forma, a AUDIN orienta que o Campus, de forma gradual e conforme a viabilidade operacional, avalie possibilidades de aprimoramento dos controles existentes, especialmente quanto à ampliação do uso dos sistemas institucionais. A organização das rotinas de registro e o fortalecimento da segregação de funções, contribuindo para maior segurança e rastreabilidade das informações.	
15	Não há controles internos relacionados ao registro formal ou entrevista com a alta gestão do Campus.	Visita in loco, observação, entrevista com a alta gestão do Campus.	Durante a visita in loco, a AUDIN constatou uma grande quantidade de pastas e papéis espalhados pelo chão sobre mesas, em estado de desorganização e/ou deterioração física. Em indagação a gestão do Campus não foi apresentado controle sobre o acervo de documentos armazenados em sala de arquivo.	Ausência de política documental efetivamente implantada. Falta de capacitação técnica para apoio especializado em arquivologia no âmbito do Campus. Carência de planejamento de acompanhamento do PROPLAN ou do setor documental em nível institucional. Descumprimento de normas arquivísticas e de documentos físicos, sem triagem, classificação ou gerando fragilidade na prestação de contas e transparência administrativa aplicáveis.	1. Realizar diagnóstico completo do acervo documental existente, com apoio técnico da Pró-Retoria de Planejamento (PROPLAN) e, se necessário, de profissionais especializados em arquivologia. 2. Elaborar e implementar um plano de ação que contemple: classificação e inventário do acervo; definição de critérios de descarte conforme a Tabela de Temporalidade Documental; organização física e digitalização de documentos passíveis de preservação; padronização de procedimentos para arquivamento, consulta e guarda; e que mais for aplicável. 3. Promover capacitação da equipe responsável pela guarda e gestão documental, assegurando o cumprimento das normas arquivísticas vigentes. 4. Adotar medidas de preservação física e controle ambiental no espaço do arquivo, incluindo limpeza periódica, controle de umidade, ventilação e mobiliário adequado.	O material identificado foi selecionado e acondicionado em caixas arquivo devidamente identificadas (conforme fotos a baixo, onde a primeira do documento). Ademais, há necessidade de Regulamento próprio do IF Baiano, com orientações quanto ao tempo de manutenção de alguns documentos e, definição de quais serão arquivados de forma permanente. Sobre a localização dos documentos, há de se contratar um técnico arquivista para orientações e/ou empresa especializada para realização dos controles documentais e classificação sistemático do acervo.	Conforme registro fotográfico enviado pela gestão, a AUDIN avalia que houve uma melhoria significativa em relação à situação encontrada in loco. Segue mantendo a recomendação até a completa adequação do espaço, conforme recomendado, e a implementação das ações planejadas pela gestão do Campus.	Diminuição da quantidade de papéis fisicamente arquivados e passíveis de descarte, ou que há viabilidade de armazenamento digitalizado. Melhoria na gestão de arquivos e agilidade na identificação de documentos, quando solicitados.	

16	As ações de sustentabilidade relacionadas ao descarte de lixo não contemplam a separação de material reciclável por tipo. Não há lixeiras segregadas por material nem espaço próprio para separação. Não há parcerias com associações de catadores e afins, nem há ações em desenvolvimento pelo Campus nesse sentido.	Inspeção física do Campus.	Em visita in loco não se identificou lixeiras segregadas por tipo de material, nem um espaço específico para separação de lixo produzido.	A situação decorre da ausência de um plano estruturado de gerenciamento de resíduos sólidos e da inexistência de política institucional ou ambiental integrada, abrangendo desde a segregação até a destinação final dos resíduos. Contribui também a falta de ações educativas de	A inexistência de procedimentos e infraestrutura adequados para a segregação e destinação correta dos resíduos; compromete a conformidade ambiental do local voltada à gestão de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e o Decreto nº 10.936/2022; dificulta a coleta seletiva e a reciclagem de materiais reaproveitáveis, impacta negativamente o	1. Elaborar e implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), abrangendo procedimentos de segregação, armazenamento temporário, coleta e destinação final adequada dos resíduos (observar Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 10.936/2022); 2. Instalar lixeiras devidamente identificadas para coleta seletiva, distribuídas de forma estratégica nas áreas de maior circulação; 3. Providenciar pontos de coleta específicos para resíduos eletrônicos, pilhas e baterias, preferencialmente em parceria com cooperativas ou empresas licenciadas; 4. Desenvolver ações de educação ambiental voltadas à conscientização da comunidade acadêmica, integrando essas iniciativas a projetos de ensino, pesquisa e extensão que promovam a sustentabilidade e a cidadania ambiental.	A gestão demonstra entendimento da situação apontada e se compromete a criar soluções viáveis.	A AUDIN reconhece os esforços do Campus e segue acompanhando o monitoramento da recomendação até um destino final de seus resíduos.	Desenvolvimento da educação ambiental junto à comunidade interna e externa do Campus.
17	Ampliar as ações de acessibilidade e melhorar as vias de acesso às áreas do Campus.	Inspeção física do Campus e Solicitação de Auditoria.	As ações de acessibilidade implantadas no Campus são parciais, abrangendo apenas parte das edificações, sem contemplar integralmente a circulação entre os prédios, espaços e as áreas externas. Observa-se ausência de sinalização tátil e visual adequada, bem como inexistência de rota acessível contínua que permita o deslocamento autônomo de pessoas com deficiência por todo o Campus. Ademais, as vias de acesso às diversas áreas do Campus, em geral, não apresentam vias de acesso para pedestres (calçadas e afins).	Ausência de plano de acessibilidade institucional que contemple a infraestrutura, os fluxos de deslocamento e as rotas acessíveis. Risco de acidentes e quedas devido à ausência de calçadas e estruturas para adequação do espaço físico às normas de acessibilidade. Restrição de acesso igualitário a determinados espaços e atividades, contrariando o princípio da inclusão. Incompatibilidade parcial com normas legais de acessibilidade às instituições públicas de ensino.	Dificuldade de locomoção para pessoas com deficiência; servidores e estudantes, especialmente em áreas de pavimentados e sinalizados, que interliguem os setores pedagógicos, administrativos e áreas de convivência. Complementar a instalação de sinalizações táteis e visuais (em Braille, Libras e pictogramas) em corredores, portas e áreas de circulação. 4. Avaliar a viabilidade de transporte interno ou alternativas de apoio à mobilidade, especialmente para alunos e servidores com deficiência ou dificuldades de locomoção. 5. Buscar apoio técnico e orçamentário junto à Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROPLAN) e à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), para planejamento e execução das adequações necessárias.	1. Elaborar e implementar um Plano de Acessibilidade do campus, abrangendo rotas acessíveis, sinalização tátil, visual e sonora, conforme a NBR 9050/2022 e demais legislação aplicável. 2. Promover a adequação física das vias de circulação interna, priorizando a implantação de calçadas e caminhos pavimentados e sinalizados, que interliguem os setores pedagógicos, administrativos e áreas de convivência. 3. Complementar a instalação de sinalizações táteis e visuais (em Braille, Libras e pictogramas) em corredores, portas e áreas de circulação. 4. Avaliar a viabilidade de transporte interno ou alternativas de apoio à mobilidade, especialmente para alunos e servidores com deficiência ou dificuldades de locomoção. 5. Buscar apoio técnico e orçamentário junto à Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROPLAN) e à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), para planejamento e execução das adequações necessárias.	A gestão demonstra entendimento da situação apontada e se compromete a criar soluções viáveis.	A AUDIN reconhece os esforços do Campus e segue acompanhando o monitoramento da recomendação.	Garantia de acessibilidade a todos os que frequentam ou venham a frequentar o Campus.
18	Carência de áreas de lazer, descanso e socialização	Visita in loco, observação e entrevista com a alta gestão do Campus.	Durante a visita in loco, a AUDIN constatou poucos espaços que podem ser utilizados para o lazer, socialização ou descanso dos alunos.	Ausência de planejamento específico para a criação ou adequação de espaços destinados à convivência e lazer dos estudantes. Limitações orçamentárias para implantação de infraestrutura voltada à permanência e bem-estar discente. Redução de oportunidades de priorização e integração entre as demandas estruturais em detrimento de áreas de convivência e lazer.	A inexistência de áreas adequadas de lazer e a permanência dos estudantes a qualidade do ambiente de trabalho dos servidores, e a convivência comunitária, importante para ensino, pesquisa e extensão. 4. Estrutura cronograma e responsáveis pela execução, com metas e prazos definidos, permitindo acompanhamento e monitoramento pela gestão, comunidade e auditoria interna. 5. Garantir condições de acessibilidade, segurança e manutenção, considerando normas técnicas e legislação vigente (ABNT NBR 9050, iluminação adequada, circulação segura etc.).	Recomenda-se que a Direção-Geral do Campus: 1. Elabore e submeta um plano de implementação de áreas de convivência (ex.: praça coberta, banco e mesas, área sombreada, salas de descanso, área verde estruturada), alinhado ao PDI, planejamento estratégico institucional e às diretrizes de infraestrutura educacional. 2. Realize diagnóstico técnico-ambiental e levantamento de necessidades junto à comunidade acadêmica, visando identificar demanda por espaços de convivência, horários e perfis de uso; locais de maior circulação; itens essenciais (bancos, cobertura, iluminação, acessibilidade etc.). 3. Avalie possibilidades de parcerias institucionais (ex.: emendas parlamentares, convênios, projetos de extensão, empresas locais) para viabilizar a implantação sem comprometer o orçamento ordinário. 4. Estruture cronograma e responsáveis pela execução, com metas e prazos definidos, permitindo acompanhamento e monitoramento pela gestão, comunidade e auditoria interna. 5. Garanta condições de acessibilidade, segurança e manutenção, considerando normas técnicas e legislação vigente (ABNT NBR 9050, iluminação adequada, circulação segura etc.).	A gestão demonstra entendimento da situação apontada e se compromete a criar soluções viáveis.	A AUDIN reconhece os esforços do Campus e segue acompanhando o monitoramento da recomendação.	O atendimento desta recomendação contribui para melhorar o clima organizacional, fortalecer políticas de assistência estudantil e atender às boas práticas de infraestrutura educacional pública.

Documento Digitalizado Público

RA 01_2026 - AVALIAÇÃO CAMPU SANTA INES

Assunto: RA 01_2026 - AVALIAÇÃO CAMPU SANTA INES
Assinado por: Vitor Menezes
Tipo do Documento: Relatório
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Joao Vitor Miranda de Menezes, CHEFE - FG1 - OA-AUDIN**, em 25/03/2026 16:55:27.

Este documento foi armazenado no SUAP em 25/03/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1279984

Código de Autenticação: 4942855502

